

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**A DONA DA RUA: TERRITORIALIZAÇÃO E PERFORMANCE DE GÊNERO A
PARTIR DA PROSTITUIÇÃO DE TRAVESTIS NA BAIXADA CUIABANA**

Discente: Haydeé Tainá Schuster

Orientador Prof Dr.: Moisés Lopes

**Co-orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio da
Silva**

Março de 2019

UFMT

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

S395d Schuster, Haydeé Tainá.
A dona da rua : Territorialização e performance de gênero a partir da prostituição de travestis na baixada cuiabana / Haydeé Tainá Schuster. -- 2019
135 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Moisés Alessandro Souza Lopes.
Co-orientador: Marcos Aurélio da Silva.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Departamento de Antropologia e Museu Rondon, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Cuiabá, 2019.
Inclui bibliografia.

1. Performance de gênero. 2. Travesti. 3. Prostituição. 4. Sociabilidade. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**A DONA DA RUA: TERRITORIALIZAÇÃO E PERFORMANCE DE GÊNERO A
PARTIR DA PROSTITUIÇÃO DE TRAVESTIS NA BAIXADA CUIABANA**

Discente: Haydeé Tainá Schuster

Orientador Prof Dr.: Moisés Silva Lopes

Co-orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva

Trabalho apresentado ao Programa de pós graduação em Antropologia Social da UFMT como requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

MARÇO DE 2019

UFMT



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 - Boa Esperança - Cep: 78060900 -Cuiabá/MT
Tel : (65) 3615-7389/7386 - Email : ppgas@ufmt.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO : "A dona da rua: Territorialização e Performance de gênero à partir da prostituição de travestis na baixada cuiabana."

AUTOR : Mestranda Haydeé Tainá Schuster

Dissertação defendida e aprovada em 22/03/2019.

Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Orientador Doutor(a) Moisés Alessandro de Souza Lopes
Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Coorientador Doutor(a) MARCOS AURELIO DA SILVA
Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Examinador Externo Doutor(a) Sônia Weidner Maluf
Instituição : Universidade Federal de Santa Catarina

Examinador Externo Doutor(a) Marcio Alessandro Neman do Nascimento
Instituição : Universidade Federal de Mato Grosso/Campus Rondonópolis

Examinador Suplente Doutor(a) Sonia Regina Lourenço
Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

CUIABÁ, 17/05/2019.

AGRADECIMENTOS

À CAPES pela concessão da bolsa que possibilitou o engajamento e término do mestrado.

A minha mãe pelo incentivo constante nas horas de desespero. Ao meu pai, pois mesmo sem compreender o que significa um mestrado, perguntou-me várias vezes para que servia esse “curso” e mostrou-se interessado na compreensão da complexidade disso tudo.

Ao meu atual parceiro, que prestou apoio emocional nos momentos de saturação e esteve comigo diversas vezes em campo. Ao meu orientador, Moisés Lopes, que atendeu a todos os telefonemas e e-mails afobados, buscando sempre me manter calma diante da ansiedade da escrita e de sua demora ao me responder, acredite, foi importante para meu aprendizado compreender o que significa o tempo quando se trata de uma pesquisa. Ao meu co-orientador, Marcos Aurélio que prestou apoio emocional e com suas correções que fizeram esse trabalho amadurecer.

A todos os professores que tive a honra de aprender e apreender o sentido profundo de uma etnografia e de sentir na pele a “afetação”. Aos colegas que em sala, auxiliariam na minha construção como antropóloga e vibraram por mim em todas as fases.

A Dani Veyga e Ariane, informantes que tornaram possível essa dissertação.

A todas as travestis do Zero e que essa dissertação possa causar no mínimo um desconforto em quem leia, ao imaginar o quanto a violência estrutura a vida cotidiana de vocês. O Zero é perigoso para quem fica nele, não para quem vai embora todo dia para sua casa.

{...} Então, é preciso fazer justiça aos dias lindos, oferecer-lhes nossa gratidão. Será egoísmo curtir-los na moita, deixando de comentar com os amigos e até com desconhecidos que por acaso ainda não perceberam o raro presente de abril: “Repare como o dia está lindo”. Não precisa botar ênfase na exclamação. Pode até fazê-la baixinho, como quem transmite boato e não deseja comprometer-se com a segurança nacional. Mesmo assim, a afirmação pega. Não só o dia fica mais lindo, como também o ouvinte, quem sabe se distraído ou de lenta percepção sensorial, ganha a chance de descobri-lo igualmente {...}.

Carlos Drummond de Andrade. Os dias lindos (2011)

Resumo

A partir da compreensão de que a sexualidade é construída socialmente e politicamente, e que o corpo se torna mediador das práticas sexuais e gênero, essa pesquisa visa fazer um recorte etnográfico das travestis e transexuais que se prostituem atualmente no Marco Zero de Várzea Grande, buscando compreender acerca da relação com o território de prostituição, a partir da análise de Redes Sociais. A ideia será buscar as relações com a região moral que se constitui o Marco Zero, juntamente com as regras estabelecidas entre as travestis que de alguma forma, regulamentam a performance de gênero, estendendo-se as sociabilidades das travestis na cidade, territórios ocupados e constituição de identidade e subjetividade a partir do espaço que seus corpos ocupam. O objetivo dessa pesquisa pautou-se em ampliar a visão de território de prostituição para territórios existenciais, incluindo articulações políticas em Conselhos Municipais e a micropolítica que exercem dentro da hierarquia estabelecida – gays travestidas, travestis e transexuais. À luz das teorias de Redes Sociais ator rede de Bruno Latour, e mapas sensoriais, de Tim Ingold a pretensão é mostrar como os corpos constituem e são constituídos pelo espaço e pelas relações sociais que estabelecem, tornando assim o gênero inteligível. Articulado os conceitos de territorialização de Deleuze e Guattari, performance de gênero de Judith Butler, Região Moral de Robert Park entre outros autores que elucidam a relação entre identidades, performance de gênero e espaço urbano, será possível construir e repensar o campo sob o ponto de vista desses autores.

Palavras-chave: Performance; Travesti; Prostituição; Sociabilidade.

SUMÁRIO

1. DA PROSTITUIÇÃO DE TRAVESTIS A TERRITÓRIOS EXISTENCIAIS

1.1 Contexto e Construção do objeto de pesquisa

1.2 Estrutura do Texto

2. ESPAÇO, TERRITÓRIO E CORPO

2.1 O marco Zero: da pesquisa e de Várzea Grande

2.2 O Zero em si

2.3 Território e Performance: constituição da subjetividade através da ocupação de um espaço

2.4 A história de um corpo não é completamente narrável

3. TERRITÓRIO, SOCIABILIDADES E FLUXOS.

3.1 Para além da prostituição

3.2 O mundo de dentro

3.3 O mundo de fora

3.4 O mundo do meio

3.5 Cidade e Fluxos

3.6 Espaços e Performances virtuais

4. DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE E DA TRANSEXUALIDADE

4.1 Micropolítica das margens: a política molecular

4.2 As Travestis e o Estado: a política molar

4.3 O dispositivo da travestilidade e as agências dos próprios corpos

5. CONCLUSÃO

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

1.1 Contexto e construção do objeto de pesquisa

O início dessa etnografia- pensando ainda acerca do projeto de pesquisa- foi pensado com o objetivo de etnografar as sociabilidades, questões de gênero e prostituição das travestis que trabalham no Marco Zero de Várzea Grande, pensando sobre o que chamo de “território subjetivo”, e como as performances são construídas a partir da ocupação de um espaço físico e delimitadas pelas sociabilidades. O campo pode ser compreendido como uma grande região de prostituição em Várzea Grande, sendo chamado de “Marco Zero” por se tratar do ponto de partida para o mapeamento da cidade em sua origem, que sempre foi conhecido por ser uma região moral, inicialmente como bairro industrial cercado de bares, passando a ser sinônimo de região de prostituição.

Quando iniciei o mestrado, o pré-projeto intitulava-se “Prostituição de travestis: territorialização e performance de gênero na baixada cuiabana”, o que levava a compreensão de que somente no espaço de prostituição é que a performance de gênero seria praticada. Por muitos momentos considerei que apenas o Zero seria o local possível de existência da travesti como pessoa, e que a prostituição seria o cerne de suas existências. Contudo a pesquisa encaminhou-se para uma compreensão maior do conceito de performance: não apenas o Zero ou a prostituição, mas a cidade está tomada por performances, nossas e delas, dentro e fora do espaço de prostituição. Elas não se fazem travestis apenas a partir do trabalho, mas sim, a partir do cotidiano impresso em cada rua, pensão, shopping, escola, bar, balada que elas frequentam.

A passagem desse ponto de vista, que fora possível somente após o contato com o campo, também representa em grande parte a lente utilizada para analisar os dados: passar da prostituição para territórios existenciais requer também um deslocamento teórico. Para Guattari (1996) as pessoas não existem descoladas do território que ocupam, as localidades são ambientes “vivos”, são mais que uma delimitação geográfica, são territórios existenciais que possuem uma localização histórica com uma ligação temporal. Esse espaço está em constante processo de fazer-se, em movimento e expressividade que nele, emergem os personagens em cena, contudo, o território existe por si mesmo, os sujeitos são os protagonistas no ato de expressar. A expressividade do território existe antes dos seus personagens, extrai uma forma complexa a partir de situações relacionais que a princípio parecem caóticas. Por isso, por mais que os atores sejam os agentes da expressão num território existencial, a expressão não possui

sujeito: ela pertence ao território. Á partir dessa colocação, podemos dizer que o Zero quilômetro é um território existencial para essas mulheres cisgênero e transgêneros

O Zero expressa por si só imaginários sociais acerca da prostituição, tráfico de drogas e violência e as travestis são algumas das protagonistas desses imaginários. O nome do “Zero” nunca passa despercebido para o ouvinte que já tem uma impressão do que a região significa. Sua extensão territorial e principalmente na área em que se concentra a prostituição é constituída por cinco ruas principais e suas intersecções e em seis quarteirões, além da Avenida Ulisses Pompeu de Arruda, ponto de origem do Zero. Durante o dia funcionam comércios voltados para mecânica de veículos, venda de peças, posto de combustível e comércios de área industrial. Os comércios dividem concomitantemente a paisagem com motéis e bares, algumas poucas residências que pelo que se sabe são de moradores antigos, que resistem ali apesar da violência e perigo que o local representa.

O cenário é da clássica região periférica que estamos acostumados a ver, apesar da região situar-se no centro, entre bares e comércios. Existem pensões e kitnets que abrigam mulheres cisgênero e travestis que trabalham ali, juntamente com alguns terrenos baldios que servem de pontos de prostituição ou de entulho. Algumas ruas são asfaltadas e outras conforme nos deslocamos, acaba o asfalto transformando-se em estrada de chão, incluindo um beco que possui um conjunto de casas que foi ocupada e hoje é conhecido por ser “O Beco do Dragão”, local de compra e venda de drogas.

A periferia não surge aqui apenas como “bordas” ou “limites” de uma determinada região, pois o Zero não se encontra geograficamente nesses lugares. Também não surge como um espaço de oposição (residencial) ao centro (que possui comércios). Apesar de se localizar no Centro e de haver comércios, a paisagem é a mesma que descreveria uma periferia: subúrbio, composto por indivíduos desviantes, sendo um lugar majoritariamente residencial. Para Maganani (2003) a Antropologia Urbana não deve se fechar a estruturalismos conceituais de divisão territorial de uma cidade, cindindo entre “centro” e “margens”, mas sim, na percepção de como os atores sociais utilizam os espaços e circulam por ele. Mais do que categorizar o que é periferia, bairro, comércio ou centro, a antropologia urbana está interessada em pensar como a cidade é lida e utilizada, ou quais são as “formas cidade” possíveis de cada pedaço, mancha e circuito.

O Zero torna-se peculiar justamente pela maneira que esses atores sociais dentro desse recorte etnográfico utilizam o espaço: realizando ponto de prostituição diuturnamente.

Enquanto o dia está claro, usam roupas mais fechadas e não tão chamativas, maquiagem mais leve, cabelo por vezes preso e por conta das altas temperaturas, sombrinha e garrafa d'água. Nesse período do dia, a procura pela prostituição é menos intensa. Apenas um bar ou outro está tocando música alta, mas todos estão abertos com as mulheres sentadas nas cadeiras na calçada. Na maioria das esquinas e em frente aos motéis, alguma travesti a ocupa. Elas sempre estão entre 3 e 4 travestis no ponto, que se revezam para nunca ficarem desacompanhadas.

Conforme a luz do dia se esvai, a região começa a ficar mais cheia, as roupas passam a ser mais provocantes, por vezes ficam seminuas, usam maquiagem chamativa e salto alto. Mais mulheres cisgênero e travestis começam a ocupar o território, as luzes da rua se acendem e os bares começam a tocar músicas sertanejas e funks, com toda iluminação que uma boate pode oferecer. Não são todas as ruas que possuem iluminação e normalmente em frente aos motéis é um pouco mais escuro, onde as travestis em sua maioria trabalham seminuas. Em contrapartida, dificilmente vemos mulheres cisgênero com seios à mostra. Algumas ruas que possuem terrenos baldios no meio acabam sendo mais sujas que outras e menos iluminadas. Os carros passam sempre bem devagar, em sua maioria com dois homens dentro e nunca há carro algum estacionado nas ruas.

O Zero que conhecemos hoje é bastante recente, estruturando-se por volta da década de 1980, a partir do posto de gasolina que leva o mesmo nome e fica situado a rodovia Ulisses Pompeo de Arruda. Nesse posto, alguns caminhoneiros paravam para pernoitar pois não havia hotéis na região e essa era a única rodovia que passava de Cuiabá para Várzea Grande, onde seguiam para o interior do estado. Nessa época, já havia muitos motéis na região e faziam ponto ali algumas mulheres cisgênero e travestis mais antigas que ou viraram donas de pensão ou acabaram falecendo.

Antes de 1995, haviam poucos espaços de sociabilidade para o público LGBT, constando apenas algumas boates e bares, porém, as travestis eram barradas na maioria dos locais. Por isso, os locais que restaram para elas são justamente os locais públicos, como a Praça 8 de Abril, que também serviria de ponto de prostituição com o passar dos meses. Com o tempo, policiais começaram a expulsá-las de lá, e a praça foi ficando vazia. Essa expulsão ocorreu porque a praça 8 de Abril encontra-se em frente ao Choppão, um restaurante considerado cartão-postal da cidade e possui a fama de ser um “ambiente familiar”. Ao lado desse restaurante e em frente à praça (década de 1990) havia uma única boate LGBT da cidade: O Vaticano. Logo em frente ficavam vários pontos de prostituição.

Outro ponto famoso depois do fechamento do Vaticano e a abertura de outras boates foi a Avenida XV de novembro. Aos poucos, as travestis foram se dividindo entre a Avenida XV de novembro e o Porto de Cuiabá, que fica bem próximo a ponte que divide os municípios, sendo que os clientes já estavam acostumados a ir para os motéis do Zero, famosos desde 1980 por serem mais baratos, então não se importavam em passar pela ponte e ir até Várzea Grande para ir no motel. Percebendo que os clientes iam sempre para os motéis do Zero, com o passar do tempo, as travestis que ficavam na Avenida XV de novembro e Porto – que são próximos – começaram a migrar para perto dos motéis do Zero. Com o aumento vertiginoso de mulheres cisgênero e travestis no Zero, criou-se a necessidade de organizar a convivência e ocupação das ruas, culminando em um código de conduta interno para divisão de territórios e regras estabelecidas sobre ocupação e comportamento em 2008.

Pensando nesse código de conduta que foi acordado e em comportamentos permitidos ou não em determinados contextos e espaços ocupados, abranger a pesquisa para o território urbano torna-se de grande valia, afinal, a vida dessas pessoas não se resume a prostituição no Zero. Juntamente com a perspectiva sobre a “forma cidade” que a antropologia urbana adota como modo de pensar, por isso, o deslocamento de território de prostituição para territórios existenciais se fez presente. Para conseguir refletir sobre o processo de territorialização, ou de como a subjetividade é formada por esse processo de ocupação de um espaço, material e simbólico, pretendo usar Deleuze e Guattari (1993) no que concerne ao “desterritorializar-se” e “reterritorializar-se” ocupando um espaço e constituindo-se a partir dele. Nesse contexto isso significa que se em determinados espaços elas agem de uma maneira e se constituem assim, em outros espaços a autoidentificação e a performance¹ podem mudar.

Para compreender o conceito de territorialização, podem se valer outros conceitos como a noção de “espaço” de De Certeau como “lugar praticado” (1998, p.202). Esse mesmo espaço pode abarcar experiências espaciais distintas, que pode ser compreendido através das “ações narrativas” que exprimem práticas organizadoras do espaço. Nesse sentido, os códigos estabelecidos, performance de gênero e ocupação de um território simbólico se confluem para uma prática de experiência e de expressão do gênero no sentido de Guattari (1996) atribuí aos territórios existenciais.

A performance de gênero não se reduz a um mero local em que a sexualidade é exercida, mas em todo momento e em toda rede de sociabilidade na qual a reafirmação é constante, em

¹ O conceito de performance aparecerá de maneira mais detalhadas posteriormente.

cada território que mesmo não havendo acordos formais e explícitos, evocam certas performances e certas regras de convivência diferentes das do Zero. Nesse caso, a Teoria de Redes de Bruno Latour (2012) ajudará a compreender as sociabilidades e as conexões entre o Zero e a cidade. Nesse movimento de rede, aparecem atores que fazem o movimento político, participando de Conselhos Municipais e de organizações de outras travestis que trabalham na região, demarcando uma micropolítica, que será abordada no último capítulo.

O Zero evoca um imaginário de ser considerado um território perigoso, que se confirma através dos altos índices de violência, inclusive de transfobia, conhecido por abrigar várias bocas de fumo e a presença da polícia é sempre constante.

O “Consultório de rua”, projeto abarcado pela prefeitura de Várzea Grande, constituído por uma equipe multidisciplinar que atende demandas relacionadas a saúde em populações em situação de rua, foi a porta entrada, enquanto distribuía camisinhas (em período noturno e diurno) e fazendo teste rápido para HIV e Hepatite, tentei arranjar algum momento de conversa.

Acerca das estimativas quantitativas, não existe censo recente sobre quantas pessoas trabalhariam com a prostituição na região e isso se deve a alta rotatividade de pessoas que chegam e saem dali diariamente. O único projeto ligado ao Estado e que busca fazer quantificações é o Consultório de Rua, e pouco se fala sobre políticas de saúde ou sociais para a especificidade que essa população exige. Grande parte das informações divulgadas sobre o Zero de fato, evidenciam a prostituição, contudo poucos dados são divulgados a respeito de raça, situação socioeconômica, nível de escolaridade e até identidade de gênero. Por isso, compreender o território, regras subjetivas e acordos, é compreender sobre gênero, sexualidade, prostituição e construção de identidade de uma população que é noticiada apenas quando ocorre um homicídio. Somente assim ganham visibilidade e espaço. Isso significa mostrar alguns dados que circulam nas redes, como os dados divulgados pela organização Rede Trans Brasil, que divulgou em 2017: O Brasil é o que mais mata travestis e transexuais no mundo todo, com mais de uma centena de mortes anualmente, sendo a maioria das vítimas entre 20 e 25 anos, sendo assim a média de expectativa de vida de uma travesti é de 35 anos.

Desde que ingressei na antropologia tive vontade de estudar o território do Zero, focando na relação das travestis com território de prostituição. O que ocorre é que com o passar do tempo, fui percebendo que não somente a região representa a vida dessas pessoas, mas toda a sociabilidade e as redes de relações que elas estabelecem a partir da região, uma vez que a maioria delas mora em pensionatos de outras travestis que já trabalham por ali e as abrigam

quando saem de casa, envolvendo uma rede pessoas que ajudam a sustentar o comércio sexual: o dono do bar, do motel, os seguranças particulares, as donas das pensões, o motorista do táxi, a dona do restaurante que fornece marmita para almoço e jantar e todo o aparato de segurança sustentado pela dona da pensão que organiza o espaço.

Das poucas vezes em que consegui ir com Consultório na Rua, pouco houve abertura para conversa, uma vez que não importando o horário, elas estariam trabalhando e o tempo do teste rápido de doenças sexualmente transmissíveis – que não é tão rápido assim – demora por volta de 20 minutos para ser realizado, sendo praticamente o tempo de um programa. A abordagem que os agentes que representam o Estado realizam é bastante complicada, uma vez que interrompe o fluxo do ponto de prostituição e não se torna efetiva no que se refere ao objetivo do trabalho do consultório. A reflexão sobre os agentes que representam o Estado e as relações com as travestis do Zero se tornará uma base fundamental para as reflexões do último capítulo.

Passada essa primeira tentativa, comecei a participar de reuniões do Conselho LGBT, principal fonte do último capítulo, e a estabelecer contatos com as principais informantes desse trabalho. A informante que mais conversei foi Dani Veyga, de 25 anos. Dani é estudante de direito e trabalha no Zero há quatro anos, mora com a família, possui condução própria e vem da classe média, ou seja, não representa a realidade econômica e social da maioria das travestis que trabalham no Zero. Geralmente as travestis mais novas vindas de outras cidades (tanto do interior do estado quanto de outros estados), que não possuem residência fixa, moram com a dona da pensão e não possuem ensino médio completo. Grande parte das vezes que fui ao Zero, estava em companhia dela e no período diurno, no qual ela trabalha. Por indicação dela, conversei com Ariane, uma interlocutora que trabalha há mais tempo no Zero e costuma viajar sempre. Essas entrevistas fiz normalmente no carro, enquanto passeávamos pelo Zero.

Outras interlocutoras nas quais aparecem falas pontuais, como Denise, se deram através de alguns contatos enquanto eu estava acompanhando os agentes do Consultório de Rua ou das vezes em que caminhava no Zero com Dani, que é considerada a representante do Zero em reuniões e aparece sempre na mídia. Ela é considerada a porta-voz das travestis do Zero pelo nível de escolaridade, contudo, seus pares não associam sua imagem com a representatividade que as pessoas “do mundo de fora” delegam a ela. Pouco tive contato com as interlocutoras que trabalham na região mais afastada do Zero, por alguns motivos: Dani sempre se colocava como representante do Zero nos assuntos considerados oficiais (e a pesquisa era considerada por elas um assunto que recorria a informações oficiais do Zero), inclusive quando esse assunto se

referia a outras travestis que não estavam na rua das Tops, o pouco interesse em conversar comigo enquanto estava em campo e a rápida passagem pelo campo em si, que encerrou-se num episódio retratado a diante. Por isso, grande parte dessa etnografia foi pensada a partir do ponto de vista das travestis Tops com as quais conversei.

Essa rápida passagem envolveu em torno de dez visitas ao campo, antes que eu fosse convidada a me retirar por um segurança particular vinculado a dona de uma das pensões, ao notar minha presença “em busca de assuntos considerados oficiais”. Por isso, não houve tempo de criar um clima de aproximação em relação as travestis mais periféricas (e por isso o ponto de vista sobre elas nesse trabalho é através das narrativas das Tops), visitar a pensão que elas convivem, entrar em assuntos considerados mais delicados como “religiosidade” e “família”. Houve tentativa de contato com as travestis mais antigas, dona das pensões, contudo, sempre estavam ocupadas ou indispostas a conversar. Quando encerrei o campo do Zero, comecei a prestar mais atenção nas pessoas que tiveram contato ali anteriormente ou que de alguma forma passaram por lá. Nesse momento, a figura de Lilith, travesti bastante antiga e que não trabalha mais no Zero, torna-se fundamental. Com ela, conversei algumas vezes por telefone e tive acesso a entrevistas realizadas pelo Grupo de Estudos de Gênero e Sexualidade, coordenado pelo professor Moisés Lopes.

Também tive acesso a Cláudia, figura fundamental no Zero, que por quatro anos coordenou o trabalho do Centro de Referência em Direitos Humanos e Prevenção e Combate a Homofobia, que muito esteve presente no Zero de 2008 a 2012 e hoje foi integrada à Secretaria de Direitos Humanos. Outro interlocutor importante na pesquisa, principalmente por fazer parte da Secretária Municipal de Saúde de Cuiabá e poder articular os dois municípios em sua fala, foi Gabriel Figueiredo, psicólogo no setor de Combate e Prevenção a IST's e ativista da ONG Livre-Mente, umas das mais antigas e articuladas no que se refere ao Conselho Municipal.

Além delas, um dos principais interlocutores foi Wanderley, gay, ativista que aos seus 54 anos foi cofundador da ONG Livre-Mente, que, no final dos anos de 1990, realizava trabalhos conjuntos com as travestis do Zero. Wanderley conhece as donas das pensões, que na época trabalhavam no Zero, e contribuiu com a história da constituição do Zero nesse trabalho. Apenas três das travestis antigas, do início do Zero, acabaram virando dona de pensão enquanto outras saíram da profissão e agora possuem vínculo com uma ou outra travesti que se prostitui na região ou acabaram falecendo.

1.2 Apresentação da Estrutura

Esse trabalho inicia-se pela apresentação da cidade de Cuiabá e de Várzea Grande com levantamento de alguns dados demográficos das cidades e suas relações, uma vez que grande parte das travestis mora em Cuiabá e vão para Várzea Grande diariamente. Após essa apresentação geral, passo para o Zero e suas pessoas, sob ponto de vista das interlocutoras que trabalham ali e por último, apresento as redes que se estabelecem através da política. De maneira mais detalhada, o primeiro capítulo será a apresentação do espaço, físico e simbólico, procurando descrever o território e seus entornos, as relações entre mulheres cisgênero e travestis, colocando os atores em cena. Nesse primeiro momento, irei caracterizar o campo inicial e a chegada até ele, o estabelecimento de vínculos com as informantes e de como o Marco Zero tornou-se uma das regiões mais conhecidas e procuradas de prostituição do Centro Oeste. Aqui, ao descrever o espaço também descrevo conceitos que dão sentido ao uso do território.

O segundo capítulo será dividido em: a apresentação da cidade de Várzea Grande e Cuiabá, com apresentação de mapas e senso estatístico, situando o Zero dentro de Várzea Grande e sua relação com a cidade de Cuiabá. O tópico “O Zero em si” vai de fato descrever o Zero, suas ruas e constituição geográfica, no momento seguinte, no tópico “Território e performance” apresento as pessoas que constituem o espaço, falo sobre as regras de ocupação do território e de como isso regula a performance de gênero, buscando problematizar a noção de espaço, de identidade e de tempo. Para dar suporte, George Marcus (1991) em seus escritos sobre identidade, Judith Butler e sua noção de performance de gênero e inteligibilidade do corpo, estendendo do território marcado pela prostituição para o território urbano.

Dentro do segundo capítulo, como último tópico, pretendo abordar as histórias individuais, coletando narrativas de vida que falem sobre os espaços ocupados e os corpos, na ideia da busca pela inteligibilidade do corpo e da generificação, como maneira de mostrar que esses casos particulares se tornam fragmentos da regra e da moral sobre a domesticação dos corpos e da sexualidade, usando Mauss (2003) e Judith Butler (2016) para ajudar nessa compreensão. Por esse motivo nomeio esse tópico de “A história de um corpo não é completamente narrável”. Além disso, Foucault (1997) torna-se importante para compreensão do gênero como regulador, em como pode ser pensado acerca do biopoder e através do gênero como prescrição.

Dando continuidade às sociabilidades, estendendo-se a cidade como categoria de análise, o terceiro capítulo intitulado de “Territórios, Sociabilidades e Fluxos” preocupa-se em dar visibilidade a outros espaços urbanos que as travestis e as mulheres transgêneros ocupam na baixada cuiabana, juntamente com as redes de relações tecidas por elas. Nesse momento, pretendo estender-me aos autores da Antropologia Urbana, como Marcus (1991), Park (1967) e Magnani (1998, 2002, 2003, 2012). Esse capítulo se inicia com o tópico “Para além da prostituição” que busca uma explicação geral sobre sociabilidades e performance, juntamente com a relevância da extensão da pesquisa a outros espaços de sociabilidade. Na segunda parte desse capítulo, faço a divisão sobre o “mundo de dentro” na qual apresento a visão das interlocutoras sobre o Zero, a divisão interna, a hierarquia e a figura da dona da pensão; o “mundo de fora” composto pelos clientes, mulheres cisgênero que se prostituem no Zero e pela polícia, e, por fim, “o mundo do meio” representado pelo motel, lugar no qual o mundo de fora deixa de representar tanto perigo pois existem estratégias de segurança que são acionadas.

O último assunto a ser abarcado no capítulo três são os circuitos, fluxos e trajetos (MAGNANI 2012), tanto dentro quanto fora do Zero. Inicialmente, busco explicar, a partir da antropologia urbana e das discussões sobre a cidade como categoria de análise antropológica, o estabelecimento das redes de relações das travestis com a cidade, os fluxos de Várzea Grande a Cuiabá que se fazem diariamente, bem como entre outras capitais do país que elas incluem em suas viagens. Em paralelo a isso, apresento também as ocupações dos espaços virtuais, tanto de sites de acompanhantes quanto nas redes sociais como o Facebook e seus usos.

O quarto capítulo aborda “O dispositivo da sexualidade” de Foucault (1997) e o “Dispositivo de transexualidade” de Berenice Bento (2012), explicando como as mulheres Trans de Cuiabá e Várzea Grande se articulam politicamente, na manutenção de coletivos e de engajamento em processos de militância LGBT na cidade, estendendo-se á uma noção de “dispositivo da travestilidade”. Concomitantemente a isso, volto para a micropolítica local e a hierarquização existente entre elas (a gay enrustida, a travesti periférica, e a travesti Top) pensando em como os pontos de prostituição e sociabilidades na cidade são demarcados por essas denominações, como o saber médico vem educando esses corpos².

A hierarquia e o saber médico compõem uma relação de poder na qual ´gênero é uma intersecção importante para reflexão do que Foucault (2008) nomeia de “biopoder”. Essas relações que supõem assim a construção de uma hierarquização das pessoas e das identidades,

² “O corpo educado” é uma expressão de Guacira Lopes Louro (2016).

podem ser pensadas através da construção de uma “pirâmide erótica” dos desejos e práticas tal como suposto por Rubin (1984) em “Pensando o Sexo”. Nessa pirâmide, além da travesti estar socialmente abaixo da mulher, que por sua vez está abaixo do homem, as relações que estabelecem com o trabalho de prostituição também reafirmam esse status: a mulher travesti prostituta é duplamente colocada sob a margem, já que seu corpo não se encaixa no binarismo e ela ainda por cima ganha dinheiro (símbolo de poder) com esse corpo (BENTO, 2009; HARAWAY, 2004). Por isso o campo mostra, por si só, as relações de poder entre clientes/travestis e mulheres cisgênero/travestis, sendo o primeiro termo dominante sobre o segundo.

Outra relação de poder estabelecida é a do saber médico, que também se apropria do discurso sobre gênero e legitima-o através da “verdade” científica, designando transgêneros³ como assexuados por terem abjeções contra seus corpos e não se verem com o sexo de nascença, por esse motivo esses sujeitos não exerceriam sua sexualidade plenamente. Essa abjeção perpassa pela noção de trauma que a autora Fassin (1993) utiliza para explicar acerca do dispositivo biomédico sobre os corpos. Bento (2009) também aborda a temática, considerando que esse discurso tende a colocar a genitália como a única característica para designar o gênero, desvinculando do restante do corpo. Partindo dessa premissa biomédica, as genitais tornam-se importantes para determinar se o indivíduo é portador de algum tipo de “anormalidade”, como a disforia de gênero.

Por fim, considero que ainda existam assuntos que não puderam ser tratados com maiores detalhes nesse texto, como a visão das travestis mais periféricas do Zero, pois tive maior acesso somente as travestis da primeira rua – as “tops” – além das poucas visitas que pude fazer ao Zero uma vez que o campo se fechou antes mesmo de eu ter estabelecido uma conexão de confiança, e a impossibilidade de conhecer a pensão que elas residem, uma vez que as donas não permitiram minha entrada. Compreendo que a maioria das falas das interlocutoras está relacionada ao que consideram “assuntos oficiais”, um discurso pronto para todo o curioso que adentra o Zero, seja para pesquisar, ou seja, o Estado buscando informações.

³³ Qualquer corpo que fuja do binarismo cisgênero é categorizado como Trans pela medicina biomédica.

2. ESPAÇO, TERRITÓRIO E CORPO.

Esse capítulo pretende explorar a noção de Espaço em seu sentido material e território em seu sentido de territorializar-se e desterritorializar-se, abordando a construção do contexto chamado “Zero”, detalhando o ambiente, para que assim, as performances façam sentido. Também será necessário retomar a história e o percurso que a população de travestis que se prostituem fizeram na cidade de Cuiabá até chegarem ao Zero como ponto fixo. Para compreender estes temas me valerei das discussões de Deleuze e Guattari (1993) no que se refere ao conceito de território e de Robert Park (1967) com sua definição de região moral.

Para abarcar essa discussão, o território do Zero será descrito em primeiro momento em sua relação com a cidade de Várzea Grande e de Cuiabá, uma vez que são próximas e muitas vezes se fundem nas narrativas, principalmente pelas idas e vindas diárias que as travestis fazem ao atravessar a ponte. O Zero possui uma íntima relação com a cidade de Cuiabá e isso se deve principalmente pelo fato de algumas pensões nas quais as interlocutoras moram situar-se em Cuiabá e que, Várzea Grande é vista apenas como uma extensão da capital. Posteriormente a isso, “o Zero em si” é quando apresento o campo de maneira mais densa, buscando um panorama mais detalhado de como o Zero se estrutura. A ideia é que justamente se forme uma imagem momentânea do Zero.

No segundo momento, após essa descrição densa⁴ do território juntamente com os conceitos propostos, circunscreverei as noções de performance de gênero e de como os acordos estabelecidos na região fundamentam as performances, as divisões hierárquicas, as modificações corporais e o comportamento das travestis. Junto a isso, a discussão acerca das autodenominações e de como as categorias nativas criam subdivisões de gênero: aqui a principal ideia é de justamente compreender como as pessoas ocupam o Zero e como o Zero as constitui, evocando determinadas performances.

Em sequência, irei apresentar uma planta baixa da região e explicar através dos mapas sensoriais (INGOLD, 2005), como estão dispostos os atores e suas performances de gênero, usando Judith Butler (1993; 2003; 2014), na região e de como se conecta as demais regiões da cidade, demonstrando o quanto o fazer-se, a hierarquia e a performance estão intimamente ligadas ao espaço físico que faz uma espécie de “borda” em relação a personalidade e a identidade. Também é nesse momento que o conceito de “pânico moral” de Stahlin Cohen

⁴ No sentido do que significa “etnografia” para Geertz.

(1987) é acionado para mostrar como a região é compreendida como suja e inapropriada para famílias e, de modo contrário, como as travestis enxergam a região como potencial de trabalho.

A partir da discussão sobre usos do espaço e performance, esse capítulo culmina na discussão sobre corpos e narrativas, apresentando um pouco mais intimamente os atores dessa pesquisa e a discussão sobre a construção de gênero e sexualidade em consonância com as narrativas do que Judith Butler (2014) chama de “relato sobre si”. Nesse momento, o uso das narrativas de vida para pensar nas construções dos corpos e usos do gênero, juntamente com as proposições teóricas que, em alguma medida, constroem teorias gerais sobre gênero e sexualidade. As discussões de Berenice Bento (2009; 2012), Judith Butler (2017), Thomas Laqueur (2001), entre outros autores, se torna bastante valiosa nesse tópico.

2.1 O marco zero: da pesquisa e de Várzea Grande

Várzea Grande é uma cidade próxima a Cuiabá, sendo reconhecida por abrigar o aeroporto da cidade e sempre foi considerada periferia, como um bairro subjacente da grande Cuiabá. De acordo com a última estimativa do IBGE em 2010, Várzea Grande possui uma população de 274.013 mil habitantes, ficando somente atrás de Cuiabá em relação a população no estado de Mato Grosso, que possui 590.118 habitantes. Várzea Grande sempre foi considerada a “escória da capital”, e isso muito se deve a sua história: um exílio de militares presos na Guerra do Paraguai na metade do século XIX. Todas as pessoas consideradas “perigosas, desviantes e vagabundas” eram postas para o outro lado do rio, formando inicialmente sua comunidade e posteriormente a cidade. O Zero foi nomeado assim pois quando Várzea Grande emancipou-se de Cuiabá, o Quilômetro Zero era o início da contagem de quilômetros da Rodovia.

Os moradores de Várzea Grande vivem com uma média de 2,3 salários mínimos por mês. Cerca de 30% da população vive com meio salário mínimo apenas e mais da metade das pessoas não possui esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2017). É nesse contexto sociocultural e econômico em que o Zero, compreendido pelos bairros Jardim Potiguar, 23 de setembro e Jardim América se situa, estando também relativamente próximo ao Aeroporto Marechal Cândido Rondon. Vale ressaltar ainda que a região em que os motéis e os pontos de prostituição estão localizados se situam dentro do Jardim Potiguar. O mapa a seguir mostra os limites do município de Várzea Grande e como o território do Zero se situa numa escala geral.

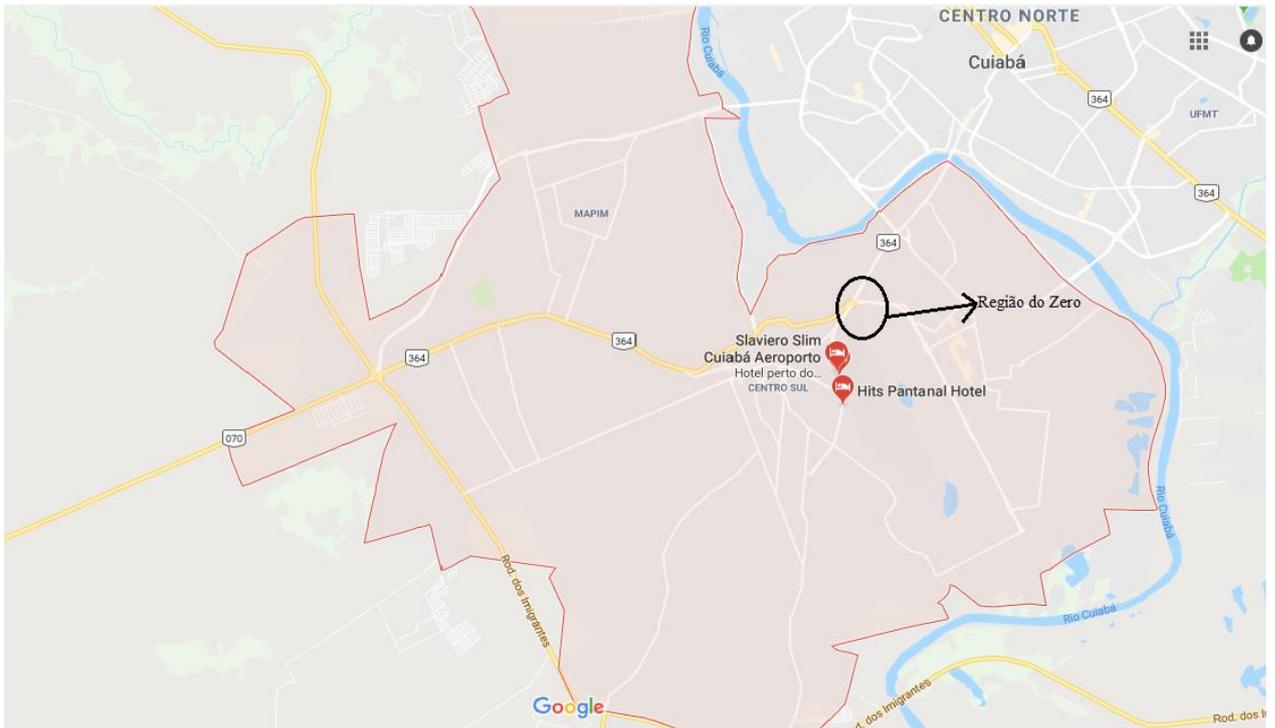


Imagem 1: Limites da cidade de Várzea Grande e a relação do território do Zero com o restante do território que abrange a cidade. Fonte: Google Maps.⁵

Em comparação ao restante da cidade, essa região possui altos índices de criminalidade. Segundo a Secretária de Segurança Pública, os bairros vizinhos que fazem parte do Zero, mas que não tem motéis ou bares que são o Jardim América e o 23 de setembro, não possuem nenhuma notificação de homicídio, 8 notificações de roubo, 30 notificações de furtos e 9 apreensões por tráfico de drogas. Já no Jardim Potiguar, onde os motéis e bares estão, no mesmo período (ano de 2017) foram notificados 5 homicídios, 33 roubos, 42 furtos e o índice mais divergente em relação aos bairros vizinhos: 56 apreensões por tráfico de drogas.

O próximo mapa mostra a região do Zero de uma maneira um pouco mais aproximada, suas ruas e a relação de aproximação com a avenida Ulisses Pompeo de Arruda. Essa avenida que posteriormente torna-se uma rodovia, foi a origem de Várzea Grande e do posto de gasolina conhecido como “Zero Km” – o primeiro ponto de prostituição da região também se originou ali. A avenida citada é a referência de ruas para o Zero. É a partir dela que se atribui o reconhecimento da primeira rua do Zero, segunda e da terceira, e que se sustenta toda a hierarquia de ocupação das ruas, que será abordada posteriormente.

⁵ Link para acesso: < <https://www.google.com.br/maps/place/V%3A1rzea+Grande,+MT/@-15.6648384,-56.2163225,12z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x939dad18cb64935:0xfbb74bb1fac6cf4c!8m2!3d-15.646248!4d-56.1327131> >



Imagem 2: Quadrado do Zero. Fonte: Google Maps⁶.

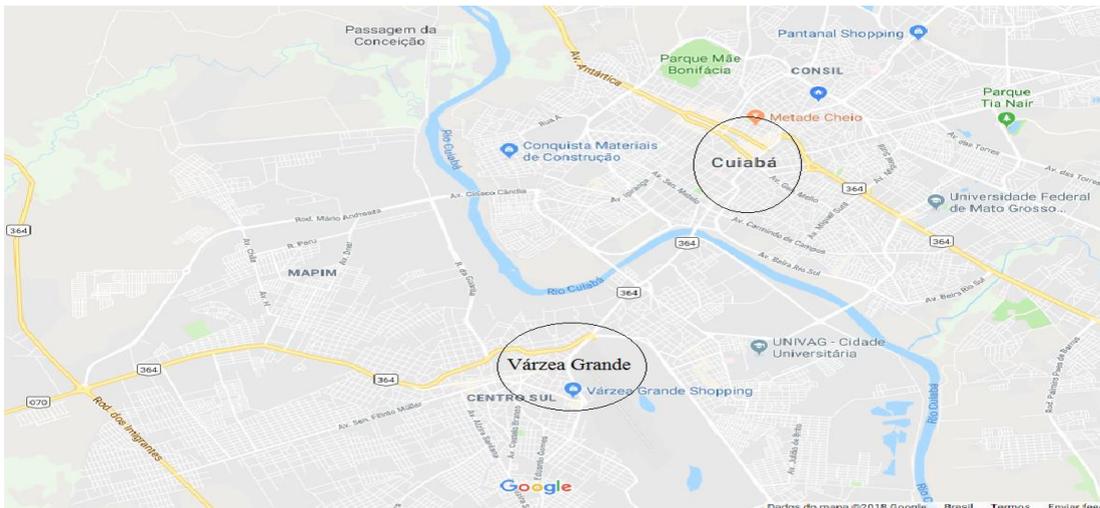
Para conhecer o Zero se faz necessário falar um pouco do passado que inclui a cidade de Cuiabá. Isso por que enquanto no Zero, apenas algumas poucas travestis e mulheres cisgênero faziam ponto, em Cuiabá os pontos comportavam mais travestis e com o tempo houve a migração de Cuiabá para Várzea Grande. Na década de 1990, o ponto de encontro da população LGBT e os pontos de prostituição das travestis se formavam nas praças no centro da cidade de Cuiabá, principalmente na Praça 18 de Abril, em frente ao Choppão, restaurante conhecido por ser um ambiente familiar, e que ao lado tinha um bar LGBT bastante frequentado: o Vaticano. Ali em frente, tanto as mulheres cisgênero quanto as travestis, que eram poucas na época, faziam ponto de prostituição. Depois de algumas “batidas” policiais migraram para perto da ponte que divide os municípios de Cuiabá e Várzea Grande.

Wanderley, um gay militante dessa época, e hoje com 50 e poucos anos, me conta que nessa época era difícil viver em Cuiabá, sempre muito conservadora. Quando elas foram expulsas dessa praça, que era um ponto principal por haver a única boate gay da cidade, começaram a fazer ponto em frente ao Banco Itaú, na Avenida XV de Novembro. Porém, já haviam rumores de que o Zero era um lugar em potencial, e que Renata, Marilene e Gretchen já faziam ponto lá. Também se aglutinaram no Porto, local muito próximo a ponte que liga

⁶ Link para acesso <<https://www.google.com.br/maps/place/V%C3%A1rzea+Grande,+MT/@-15.637629456.1241541,16.49z/data=!4m5!3m4!1s0x939dadb18cb64935:0xfbb74bb1fac6cf4c!8m2!3d-15.646248!4d-56.1327131>>.

Cuiabá e Várzea Grande, que já era conhecida por ter motéis mais baratos. Nessa época não havia a avenida perimetral da cidade que ligava Cuiabá a Várzea Grande, portanto, todos os caminhoneiros paravam no posto de gasolina para dormir (o posto zero que está no mapa acima) e desde que existe esse posto (por volta da década de 1980), existe ponto de prostituição ali. Com o tempo, motéis foram se instalando na região, e, por serem de baixo custo, tornaram-se lugares de fácil acesso para fazer programas.

A boate Zum Zum também teve um papel importante para o Zero tornar-se mais conhecido nos anos 2000, pois os gays “afeminados” como elas mesmas denominam, travestiam-se para shows e para frequentar a boate. Com o tempo, iam começando a usar mais roupas femininas do que masculinas, e desciam até a XV de novembro em Cuiabá, ou já iam direto para o Zero. Lilith, uma travesti bastante antiga da região, conta⁷ que “*antigamente era assim [...] se quisesse ir pro Zero tinha que ter um apadrinhamento, alguém mais velho pra proteger. Mas o que mais acontecia é que as Drags⁸ entram na Zum Zum fazem show e depois que elas tão cansadas, viram travestis e vão para o Zero*”. Não foi muito difícil para que o território do Zero acabasse virando um local receptivo para as travestis: não haviam muitos restaurantes do porte do Choppão, poucos comércios, próximo à Rodovia e muitos motéis por perto. O mapa a seguir mostra a proximidade entre Cuiabá e Várzea Grande, o que facilitou a mudança dos pontos de prostituição de Cuiabá para o Zero:



⁷ Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa Homossexualidades, preconceitos e discriminação: A Construção Social do gênero no universo LGBT da grande Cuiabá, coordenada por Moisés Lopes em 2014 e que gentilmente cedeu as entrevistas que eu não havia conseguido fazer por questões que serão abordadas no próximo capítulo.

⁸ Homens que se vestem de mulheres, normalmente de maneira exagerada e caricata para fazer shows.

Imagem 3: Relação Cuiabá- Várzea Grande. Fonte: Google Maps.⁹

Juntando algumas conversas com Lilith, Wanderley e Dani, esta última sendo mais nova e contando como foi contado para ela a história do Zero, procurei ordenar uma linha histórica com as informações. Com o passar dos anos, o ponto da XV de novembro foi ficando inconveniente, pois como se trata de uma avenida de comércio, assim possibilitava a ocupação somente noturna para fazer ponto. Assim se deu “a descoberta” do Zero: conversando em festas, na qual encontravam outras travestis, perceberam que uma ou outra estava em Várzea Grande e que ali havia bastante possibilidade de crescimento, devido ao público de caminhoneiros que paravam, por poderem fazer ponto no período diurno, pela quantidade de motéis e bares por perto, o que facilita muito o trabalho, e sem contar a organização do espaço, já realizada pelas travestis e garotas mais antigas que faziam ponto ali desde o início dos anos de 1990 e que hoje, as que não vieram a falecer, viraram donas de pensão.

Hélio Silva (2007) em uma das primeiras etnografias feitas com travestis que se prostituem na Lapa no Rio de Janeiro, demonstra uma história de resistência e expulsão. O autor descreve um fenômeno “peculiar” que ocorreu no Rio de Janeiro na década de 1970, quando a Lapa foi tomada pelas travestis que expulsaram violentamente as mulheres cisgênero que trabalhavam ali, tornando-se uma das primeiras regiões de prostituição de travestis no Brasil. Ali se encontram até hoje, principalmente nas casas de shows, vivendo da memória da época de glamour, ostentada pela Lapa desde 1915. A decadência da Lapa é descrita a partir da demolição de algumas residências e descritas por moradores locais como a vinda da prostituição de mulheres na década de 1950.

Em pesquisas mais recentes, como a de Larissa Pelúcio (2009) que pesquisou prostituição de travestis em São Paulo, os territórios se mostram de certa maneira mais espalhados pela cidade. As ruas são ocupadas no período noturno e a divisão hierárquica se estabelece não numa região inteira, como no caso do Zero, mas em ruas espalhadas pela cidade, tanto no centro quanto na periferia. Na etnografia da autora, as travestis dividem os espaços com michês, e as travestis mais novas, apesar de não terem realizado tantas modificações corporais são as mais requisitadas por serem novidade. Esses detalhes se diferem do Zero, uma vez que não há michês nos quarteirões que compõe a região, e mais a diante veremos que a novidade nem sempre se torna algo tão procurado assim.

⁹ Link para acesso: <<https://www.google.com.br/maps/place/V%C3%A1rzea+Grande,+MT/@-15.6140111,-56.1433586,12.79z/data=!4m5!3m4!1s0x939dad18cb64935:0xfbb74bb1fac6cf4c!8m2!3d-15.646248!4d-56.1327131>>

Já o Zero, apesar de não ser tão antigo quanto a Lapa descrita por Hélio Silva (2007), se tornou tão conhecido quanto no meio da prostituição e se difere da maioria dos territórios descritos, inclusive da vizinha Cuiabá por ter uma localização estratégica no Centro, mas ao mesmo tempo não tão aparente de quem passa pela avenida, além de funcionar 24 horas por dia, sete dias da semana, com a mesma rotatividade de pessoas e circulação de garotas e travestis de programa durante dia e a noite, dividindo o mesmo espaço (embora haja uma organização espacial cumprida rigorosamente). Alguns motéis têm registro de abertura que datam da década de 1980, antes da fama do local, e isso foi um dos influenciadores para que as travestis migrassem de Cuiabá para lá. Existe uma preferência em se trabalhar no Zero, mas quem não quer pagar para descer¹⁰ no ponto e conseqüentemente por essa organização e segurança oferecidas pelas donas de pensão, acabam fazendo ponto em Cuiabá, em lugares que ficam dispersos pela cidade.

¹⁰ Apesar de muitas vezes elas dizerem que a rua não tem dono e que elas podem ir para onde quiserem, em outros momentos comentam que pagam as donas dos pontos que também são donas de pensões para usar a calçada de determinadas ruas. Abordarei sobre isso mais a diante.

2.2 O Zero em si

O Zero é um território extremamente organizado em suas hierarquias e leis, vigiado pelos seguranças particulares dos donos de comércio dali e das donas de pensão. Não existe diferença nítida de movimentação do comércio do sexo dia e noite. Apesar de algumas mudanças irem ocorrendo no passar das horas do dia, por conta dos outros comércios da região e das crianças que passam para ir à escola, o acordo é que a roupa seja comedida enquanto o dia esteja claro, não fiquem nuas ou abordem pessoas que passam nas ruas. Contudo, a prostituição ocorre ali independente do horário. Tanto Pelúcio (2009) quanto Benedetti (2005) mostram em suas etnografias uma diferença entre o mesmo espaço durante o dia e a noite, um território cheio de comércios e pessoas que passam por ali, que vai se modificando conforme o sol se põe e dando lugar as garotas, travestis e michês vão aparecendo. No Zero, diferentemente, comerciantes, pessoas que passam, moradores, motéis, crianças, bares, pensões, travestis e garotas estão simultaneamente ocupando o mesmo espaço. Apesar dessas diferenças, o zero pode ser pensado a partir do conceito de região moral de Park (1967).

Robert Park (1967) elabora o conceito de região moral como sendo um espaço nos quais as personalidades desviantes podem agir e se juntar numa simbiose e solidariedade que outros espaços não poderiam proporcionar por conta da moralidade imposta, como o exemplo da prostituição. A região moral é vista justamente como o território que torna possível uma categoria de acusação a quem frequenta: se eu acuso o outro, fica mais evidente quem não sou. Se trata de um local onde o desejo se emancipa da moral vigente.

As categorias de acusação em sua maioria estão ligadas a uma região moral, que evoca determinadas personalidades que são atreladas ao espaço. No caso da região do Zero, é comum que se fale “eu trabalho no Zero” e conseqüentemente, a ideia da prostituição vem à tona. É preciso ser uma pessoa com uma determinada “personalidade” no Zero, e, fora de lá, comportar-se diante da moral, contendo alguns impulsos que incluem o modo de falar e a espontaneidade de iniciativa de comunicação (um dos requisitos mais importantes para trabalhar no Zero, precisa ser escondido no restante da cidade). Berenice Bento (2012) explica que o insulto é um dos dispositivos mais eficazes para a produção de seres abjetos, que devem ser postos às margens, e que se transforma em fundamento para construir uma nova identidade marcada na e pela disputa.

Essa margem composta pelos seres abjetos também pode ser reconhecida como uma Região Moral. Por muitas vezes uma Região Moral está ligada a violência, por isso é comum

que o Zero seja considerado um território hostil, já que por muitas vezes fui repreendida por ir sozinha até lá, mesmo que fosse pela tarde: *“Nossa menina, você é corajosa hein, eu fico lá mas fico com medo mesmo. Nunca me ocorreu nada de ruim, a gente as vezes leva gilete ou alguma faca na bolsa para ficar tranquila”*. A região é cheia de motéis, todos com suas fachadas coloridas e placas luminosas que servem de ponto de referência, juntamente com os bares, além do comércio da região e alguns terrenos baldios. Os pontos mais conhecidos e mais perto da chamada “Primeira rua” ou “Rua das tops” é o Motel Ti Kontei e o bar Point da Gelada. Digo isso pois algumas ruas dos quatro quarteirões não são asfaltadas, há vários terrenos baldios que empoeiram os pontos de prostituição, nem todas as ruas são iluminadas pela noite, há tráfico de drogas e bares. Além disso tudo há homens, que são vistos como os maiores representantes da violência pelas travestis.



Imagem 04: Bar onde ficam mulheres cisgênero. Destaque para o terreno baldio. Fonte: Acervo pessoal.

Os homens possuem o poder de compra do trabalho das prostitutas do Zero que em conjunto, tornam-se principais movimentadores da região (os homens com o poder de compra do trabalho das travestis e de drogas, e as trabalhadoras do Zero que vivem na região, comem, dormem e por vezes compram drogas também no Beco). Apesar de serem as principais fontes de renda, são eles que apresentam a eminência do perigo, uma vez que as fontes midiáticas expõem as mortes de mulheres cisgêneros e travestis causadas por homens que podem ou não

chegar ao Zero como clientes¹¹. Alguns, como mencionado, fingem ser clientes e cometem a agressão quando se aproximam para supostamente negociar um programa. Dificilmente ocorre violência dentro do motel, uma vez que possuem seguranças e câmeras. Em raros casos, ocorre violência quando a travesti furta o cliente ou o cliente se nega a pagar. Nesse último caso, a violência parte da travesti.

Esse medo da violência é efetivo, uma vez que as estimativas apontam para um número considerável de crimes na região. Entretanto, o restante da população nutre um imaginário sobre a violência, cercado a região de histórias sobre assaltos, homicídios e tráfico de drogas, sempre colocando como vítimas, as pessoas que vem “de fora” do Zero. Contudo, as pesquisas estatísticas apontam que 70% dos ataques homofóbicos¹² são feitos por suspeitos do gênero masculino, e que o segundo crime mais praticado após a calúnia e difamação é a lesão corporal. Isso reforça o imaginário de violência, mas que se torna confuso: as principais vítimas são as pessoas que trabalham na região e não o cidadão “de fora”.

Os dados anteriores foram oferecidos pelo Grupo Estadual de Combate aos Crimes de Homofobia (GECCH)¹³, com levantamento estatístico entre 2011 e 2015 (última publicação oficial), quando ainda se chamava GRECO – Grupo Estadual de Combate a Homofobia-, considera crime de homofobia qualquer crime a comunidade LGBT em geral, não distinguindo homofobia de transfobia em seus relatórios, por isso a confusão sobre quais desses dados poderiam ser atribuídos somente aos crimes transfóbicos. Outra base de dados aponta que no ano de 2015 o Brasil ficou em primeiro lugar no ranking de mortalidade de transgêneros, com 42% de todas as mortes computadas no mundo, ou seja, 123 mortes das 295 relatadas. Tais dados apontados pela Rede Trans apenas corroboram com os dados regionais: 80% dos ataques transfóbicos são ocasionados por sujeitos do sexo masculino.

Lia Zanotta Machado (2014) aponta que essa noção de cultura do medo é fundamentada pelo alerta à uma construção social de insegurança atrelada ao perigo que o outro representa pela sua alteridade, como uma forma de “projeção” do perigo à diferença. A sensação de segurança não depende exatamente da ausência do crime, mas sim, da distância social. Nesse

¹¹ No terceiro capítulo será abordada a diferença entre os tipos de agressão e como são classificadas internamente de acordo com a relação entre travesti e homem, que pode ser por clientela ou alguém estranho que adentra o Zero.

¹² Homofóbicos é a classificação utilizada para qualquer crime contra gays e travestis no Estado. Entramos nisso mais á diante.

¹³ Agradeço ao Major Bueno, atual presidente do GECCH, que ajudou com os dados e encaminhamentos de ofícios a Secretária de Segurança Pública.

sentido, o Zero costuma ser bem conhecido pelo distanciamento social, mesmo que situado numa zona central da cidade de Várzea Grande próximo ao Aeroporto e ao Shopping da cidade.

Quando fui as primeiras vezes em campo, não senti esse peso todo descrito pelas pessoas do que o Zero representa, talvez fosse mais perigoso para as travestis que estão lá do que para mim. Isso porque elas precisam lidar com essa desconfiança de que a todo momento um potencial agressor pode solicitar seus serviços, ou simplesmente aparecer no ponto em que estão na rua. Por isso, todo jogo de atração e negociação do programa é feito em cima de uma relativa segurança. Como por exemplo: não entrar no carro para negociar e ir a pé até o motel encontrar o cliente que negociou na rua; estar sempre em pontos com mais 3 ou 4 travestis; fazer parcerias com os donos de motéis para que saibam os horários que chegam e saem para fazer ponto; denunciar algo que pareça suspeito. Além disso, os seguranças particulares rondam as ruas diuturnamente.

Esse tipo de precaução em relação a segurança é tomado independente do horário em que estão trabalhando. Em suas rotinas, costumam intercalar quem trabalha de dia (das 14 horas até as 18 horas) e quem trabalha final de tarde, noite e madrugada, que são a maioria. Voltam para casa, no caso das gays que ainda moram com a família e que os familiares não sabem que se prostituem, ou para alguma pensão em Cuiabá e raras são as travestis Tops que tem apartamento ou imóvel próprio. Como a pensão não possui cozinha, costumam pegar marmita ou comer fora, quando no Zero, por lá mesmo, no almoço e jantar, pulando o café da manhã uma vez que é o horário que chegam do trabalho na pensão para descansar. Quando acordam, almoçam e já iniciam o processo de arrumar-se para fazer ponto. A rotina inclui ir semanalmente fazer as unhas e cabelo, depilação. Todas essas práticas são vistas como investimentos na profissão, que renderá mais programas e dinheiro para as modificações corporais mais definitivas.

As travestis performam o gênero mais feminino possível quando chegam no Zero, pois é o ápice do quanto são procuradas como objeto de desejo de homens. Don Kulick (2008) em etnografia realizada nos meados nos anos de 1980, em Salvador compreende a prostituição de travestis não só como uma fonte de renda, mas fonte de prazer e de existência enquanto feminino. Para se sentirem mulheres, o mais próximo do feminino possível, precisam sentir-se desejadas por homens, e a prostituição se torna então, a possibilidade de existência enquanto mulher. O autor explica que em Salvador, as travestis enxergam a prostituição como um trabalho como outro qualquer, mas que não possui chefia, ou seja, torna o acesso mais fácil a grandes quantidades de dinheiro. O Zero, em partes não carrega grandes estigmas em relação

aos agenciamentos, mas uma figura importante impera sobre os corpos e os espaços: a dona da pensão.

Em grande parte, o campo da etnografia de Kulick se parece com o Zero: no que se refere a posição que as travestis ocupam no mercado do sexo e acerca de como fazer o ponto reafirmar a identidade de gênero feminino. Contudo, vale ressaltar que não é somente o fazer ponto e o desejo masculino que reafirma o gênero feminino, mas o conjunto de reconhecimento social e de direitos adquiridos que contribuem para o contexto de reconhecimento.

No Zero, em um primeiro momento, as travestis possuem o discurso de que não há agenciadores, ou donos de rua, que elas trabalham para si mesmas, mas basta um pouco mais de conversa para que elas digam que a dona da pensão é também a dona dos pontos e que essa figura é essencial para manter a ordem do espaço e garantir a segurança delas.

De Certeau (1998) explica que a ordem espacial organiza um conjunto de possibilidades, que correspondem a práticas do espaço e a uma base da ordem do território construído:

Um indício das relações que as práticas do espaço mantêm com essa ausência [de lugar] é precisamente mantida pelos seus jogos sobre e com os nomes. O espaço pode abarcar experiências espaciais distintas, que pode ser compreendido através das “ações narrativas” (DE CERTEAU, 1998, p.202)

São essas “ações narrativas” que exprimem práticas organizadoras do espaço. Essas práticas organizadoras de espaço e de performances se mostram no campo através de um diálogo realizado e acordado entre mulheres cisgênero e travestis que dividem o território e que regulamentam as práticas de trabalho e de gênero. Esse acordo é bem objetivo e deve ser cumprido para que ambas não entrem conflito na região, o que é considerado péssimo para a reputação do lugar, uma vez que quanto mais perigosas elas foram consideradas, menos clientes aparecem. A partir dessas práticas organizadoras é que a territorialização acontece.

Deleuze e Guattari (1993) compreendem o movimento de desterritorializar-se e reterritorializar-se como concomitantes, inseparáveis de seus espaços geográficos. O Zero, por mais que pareça um trocadilho, foi a origem da cidade e da ocupação de um território reconhecido como legitimamente de desviantes da cidade de Várzea Grande e Cuiabá. Esse território acaba surgindo como uma margem de descodificação, no sentido que Deleuze propõe de premissa para desterritorializar-se e reterritorializar-se. Mesmo que de maneira simultânea, “física, psicológica ou social, a desterritorialização é relativa na medida em que concerne à relação histórica da terra com os territórios que nela se desenham ou se apagam” (DELEUZE e GUATTARI, 1993, p. 113).

Essa relação se estabelece a partir de uma ruptura anterior: ao ser posta para fora, seja da Praça 13 de Abril (em frente ao Choppão) ou de sua própria casa assim que se assume gay, a região do Zero é inserida como um espaço a ser ocupado de maneira não tão passiva, que ocupa os corpos concomitantemente a medida que os corpos a ocupam. É esse lugar possível de territorialização, de refazimento de subjetividade e nesse caso, de performance de gênero¹⁴.

A territorialização e ocupação mútua de espaços e corpos é intermediada por acordos que consistem na divisão de ruas para fazer ponto, que regulamenta bares e a porcentagem que cobram das mulheres cisgênero que ficam sentadas ali esperando ser chamadas para o programa, já que as travestis não trabalham em bares. Esse acordo também abarca preços, um limiar entre mínimo e máximo a ser cobrado para não haver concorrência desleal, que costuma ser entre R\$ 60,00 e R\$ 120,00 para mulheres cisgêneros, travestis tops e travestis. Já as bichas que são expulsas das ruas perto dos motéis e ficam nos becos, cobram R\$ 30,00 em média. Esse acordo também regulamenta as vestimentas (ou a nudez, permitida apenas a noite e por travestis), juntamente com a divisão interna entre ruas de mulheres, bichas/gays e travestis. É através desse acordo, feito em 2008, entre a representante das travestis no Zero, Lilith e outras que a acompanhavam e a polícia militar, intermediada pelo Centro de Referência de Enfrentamento à homofobia que se instituiu toda essa organização pela qual o Zero é conhecido.

Nessa reunião, que ficou intitulada como “Pacto de Conduta entre as Profissionais do Sexo – Travestis e Agentes de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso”, mediada pelo Centro de Referência em Direitos Humanos e Prevenção e Combate a Homofobia (CRDH), que existiu entre os anos de 2008 e 2012, sendo incorporado atualmente à Secretaria de Direitos Humanos, estavam presentes alguns agentes de Segurança Pública, da Saúde, a ANTRA – Associação Nacional das travestis e a ASTRA/MT – Associação das Travestis do Estado de Mato Grosso. Foram realizadas oficinas, palestras e grupos de trabalho visando a prevenção de DSTs (ARAGUSUKU e LOPES, 2016). Quando o Centro de referência atuava, elas se sentiam protegidas pelo Estado e representadas em relação à política, havia sempre disposição para encaminhamentos para Defensoria Pública em caso de transfobia, de Serviço Social em caso de acesso a programas sociais, o CAPS em relação ao uso abusivo de drogas e medicamentos e também não se sentiam acuadas para relatar abusos de autoridades como policiais ou prostituição de menores de idade na região.

¹⁴ Abordarei o conceito de Performance de gênero no próximo subitem desse capítulo.



Imagem 5: A rua das “tops”, um dos pontos mais conhecidos por travestis que já estão algum tempo trabalhando no Zero. Fonte: Acervo pessoal.

Quando se referem a esse serviço, é sempre com nostalgia e apreço aos servidores que se envolviam diretamente no Zero e comparam com os dias de hoje em que o Zero é realmente esquecido pelo Estado e pelas autoridades. Por isso a figura das donas de pensão é importante, pois são elas que organizam, fornecem segurança, informações e acesso aos serviços públicos de saúde e projetos sociais caso necessário. Contudo, no que se diz respeito a atualidade, o Estado não possui nenhuma política pública efetivamente voltada para elas ou para intervenção no Zero como havia nessa época que elas rememoram com afetividade. Quando existe encaminhamento ou algum tipo de atendimento em órgãos públicos, relatam sempre um despreparo imenso, principalmente no que se refere ao uso do nome social e aos conceitos de identidade de gênero e orientação sexual.

Essa reunião de 2008 que resultou no acordo, foi bastante aceita pelas trabalhadoras do Zero na medida em que serviu para legitimar uma hierarquia que já existia, deixando-a mais evidente e clara. Segundo Dani, essa hierarquia que foi legitimada pelo Estado nesse acordo serve para que *“as mais bonitas fiquem no claro e as mais feias no escuro”*, demarcando a diferença entre elas e as ruas, entre claro e escuro, entre quem fica em pé na calçada e quem pode sentar-se na cadeira e esperar que algum cliente apareça. É também esse acordo de uso do espaço que diz quem elas são, uma vez que ocupar certos lugares e ruas demonstram na hierarquia, se são “tops” ou não e sobre o tráfico de drogas na região. Isso começará a ficar

mais claro com o passar das apresentações das ruas. A imagem a seguir é uma foto da região onde as bichas fazem ponto:



Imagem 6: Rua que as bichas ficam. Notem que não há calçada e iluminação. Fonte: acervo pessoal.

Ser “Top” se tornou uma gíria não somente usada pelas travestis, mas em geral por jovens, que significa algo que todos apreciam com empolgação, como algo mais valioso, de um status superior. Nesse contexto, pode se aplicar como uma rua que abriga as travestis de maior prestígio, “as gatas”, que adquirem esse valor simbólico através de alguns requisitos como a modificação corporal, aparência mais próxima possível à feminina e além do tempo de trabalho na região e reconhecimento pelos seus pares. Ser “Top” possibilita que a travesti poderá virar dona de pensão futuramente, o maior status dentro da hierarquia.

Quando se trata da circulação de pessoas de maneira constante, somente pessoas autorizadas podem adentrar o Zero, qualquer movimentação diferente, é avisado diretamente a quem cuida do ponto através de vigilantes particulares que rondam a região. Esse guarda, segundo as travestis, é contratado pela dona de pensão mais conhecida da região em conjunto com os donos dos motéis para resguardá-las dos perigos que a rua oferece. Normalmente, é um homem (mesmo que sejam outros homens que representem o perigo para elas), que fica rondando em baixa velocidade de moto, observando o movimento e relatando caso algo incomum aconteça. Por várias vezes, por destoar da paisagem, fui abordada pelo guarda que questionava o que eu estava fazendo ali e por quais motivos estava abordando e atrapalhando o trabalho das meninas dali. Mesmo que eu me justificasse dizendo que estava com alguma delas,

a resposta mais ríspida que recebi foi “*tudo bem que você está com fulana, mas quem manda aqui não é ela, é a dona da rua*”¹⁵”.

A figura da dona da pensão paira sobre o ar, e, apesar dela nunca estar na região ou em Cuiabá mesmo, torna-se um fantasma que tudo vê, tudo escuta e tudo sabe sobre o que ocorre, principalmente quando se tratam das travestis que residem em sua pensão ou que pagam para descer no seu ponto. Apesar da tentativa de estabelecer contato com ela, nas vezes que conversamos por telefone ela comenta que viaja muito e que eu não poderia ir a pensão pois ela gostaria de me receber melhor para conversarmos e que fazia questão de estar junto comigo caso eu visitasse sua casa. O “fazer questão de estar junto” demonstra o poder sobre a fala das travestis que estão sob sua responsabilidade e o controle das informações que são dadas as pessoas que constituem o “mundo de fora” e aos assuntos avaliados como oficiais.

Outras maneiras de acessar informações “oficiais” sobre o Zero é através dos recursos tecnológicos, como a divulgação de informações sobre censos estatísticos de violência, até os mapas possuem outras ferramentas com as quais conseguimos inserir o corpo dentro do mapa através do Street View¹⁶, que mostra em 360° a rua, comércio e pessoas e assim mostrar o Zero em si de outro ponto de vista. Quando entramos na região do Zero pelo mapa do Google, muitas mulheres aparecem fazendo ponto e negociando seu programa. A sensação de quem anda por ali, mesmo que virtualmente, é a de quem vê a prostituição como marca do local. Motéis, bares, mulheres e travestis aparecem, não importa o horário.

¹⁵ A dona da rua pode ser também a dona da pensão, figura sempre presente nos discursos, mas que nunca aparece de fato no Zero.

¹⁶ Programa do Google Maps que você insere um avatar no mapa e consegue navegar pela rua.



Imagem 07: Travesti na rua das Tops e policial na ronda usual. Fonte: Google maps.¹⁷

Como é visível na imagem, esse Print¹⁸ não foi retirado de maneira aleatória. Primeiro porque uma foto retirada por mim nesse mesmo lugar (ver imagem 4) não mostra essa faceta que é possível ver pelo programa Maps do Google. E por conseguinte, são dois pólos representados por uma imagem: uma travesti na rua das “Tops” e a Polícia, rondando o local e sempre presente (diuturnamente), mesmo com a presença dos guardas particulares. A polícia faz ronda no local tanto pela questão da violência relatada, quanto pelo fato de haver tráfico de drogas no local e residências familiares.

Uma das maiores queixas delas em relação ao trabalho foi justamente das batidas policiais e de como sentiam-se lesadas. Apesar de apenas policiais do gênero feminino poderem revistar as travestis, elas ainda sentem-se humilhadas, principalmente quando precisam apresentar os documentos e esses não estão legitimando a aparência delas. Muitas vezes, quando são “enquadradas” por algum motivo (a maioria das vezes é por portar drogas na bolsa,

¹⁷ Link para acesso:

https://www.google.com.br/maps/@15.6364733,56.1212162,3a,75y,246.82h,90t/data=!3m5!1e1!3m3!1s2pTus9P6bxwtCvWfzf1Adg!2e0!6s%2F%2Fgeo3.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3D2pTus9P6bxwtCvWfzf1Adg%26output%3Dthumbnail%26client%3Dmaps_sv.tactile.gps%26thumb%3D2%26w%3D203%26h%3D100%26yaw%3D246.02942%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100

¹⁸ Recurso disponível no Windows para tirar foto da tela, congelada, e cola-la no Paint, podendo assim, ser editada pelas ferramentas disponíveis ou apenas colada para que vire um arquivo.

quando descem do Beco do Dragão e seguem levando drogas para clientes) vivem o seu maior medo: alguém que chame em voz alta pelo seu nome de batismo.

As travestis sempre relatam que a polícia pouco respeita o nome social delas. Ao narrar qualquer acontecimento, inserem a si mesmas como “fulano”, no lugar do nome de batismo: *“aí o delegado foi chamando uma por uma, pelo nome de batismo. Na hora, gelei que ele ia falar meu nome... mas não deu outra, ele gritou “fulano, pode passar pra cá pra dar depoimento”*. Apesar de não se sentirem respeitadas, elas sempre ressaltam que a polícia é um agente do Estado importante para organização do Zero, para segurança delas e para os moradores que possuem residência ali.



Imagem 7: Final da parede de um motel, início do muro de uma residência. Algo comum na região são casas que dividem o muro com motéis e bares. Fonte: arquivo pessoal.

Assim como já mencionei, a região possui comércios e residências mais antigas. As kitnets servem de moradia para quem trabalha na região e as casas são de famílias que também são mais antigas, que moram ali antes de virar ponto de prostituição. É um limiar entre o doméstico, familiar e a vida noturna que envolve o bar e os motéis. Como também ocorre prostituição durante o dia, de todas as vezes que fui ao Zero, nenhuma delas havia feito ponto em frente as casas. As travestis sempre comentam desse limite em relação ao âmbito doméstico: *“Eu vivo falando pras meninas não fiquem sem roupa durante o dia, principalmente com os peitos de fora. Ali tem muita casa de gente de família, crianças que passam pra ir pra escola. Precisamos respeitar esse ambiente durante o dia, mas elas não tão nem aí, acham que podem*

ficar destruindo a família dos outros, mostrando o corpo de qualquer jeito pra rua e pra quem passar, sem limites mesmo que haja crianças” comentou Ariane, uma travesti que faz ponto na região há algum tempo e ajuda outras travestis. Ariane fica na rua das “Tops” e está sempre viajando e fazendo ponto em outros lugares.

A rua, como descreve DaMatta (1997), é o lugar do perigo e do não pertencimento, um lugar de fluxos e de passagem. Já para as travestis que estão no Zero, a rua pode representar o perigo, mas antes disso, representa o lugar de trocas, sociabilidades e oportunidades. DaMatta (1997) escreve justamente sobre essa contrapartida entre o âmbito público e o privado, a casa e a rua, mostrando que estes não são somente espaços geográficos, mas sim entidades que se ligam a sentimentos, reações, leis e emoldurações estéticas próprias. Limpamos a casa e jogamos a sujeira na rua, que se torna pública, onde todos passam e ao mesmo tempo, se torna responsabilidade do Estado. Na rua, a vergonha e a desordem é do Estado. A casa é sempre dotada de cunho moral e idealista, enquanto a rua mistura a não responsabilidade pelo que se passa e o rejeito do que não tem pertencimento a lugar algum.

O público e o privado se desloca no Zero uma vez que a rua para as travestis é parte do âmbito doméstico e privado, já que existe uma organização, ordem, hierarquia e o essencial para o âmbito privado que é o pertencimento ao local. A própria pensão já não representa tanto o âmbito privado como a casa a priori representaria. Isso se deve pois as travestis não se sentem seguras na pensão, não existe a sensação de pertencimento e estão suscetíveis a roubo das colegas de quarto, vivendo sob ameaça.

Magnani (1998), a partir dessa discussão proposta por DaMatta, compreende a rua e o ambiente doméstico, voltando para o estudo do lazer e suscitando uma nova categoria entre a casa e a rua, que é o “pedaço”. A rua torna-se extensão do ambiente doméstico, principalmente quando é uma localidade que o indivíduo passa diariamente, criando um vínculo afetivo com o espaço. As travestis do Zero criam essa afetividade a rua e estendem todo o aparato característico do âmbito doméstico, descrito por DaMatta, para a rua.

A rua é o local de possibilidades de ganhos, significada como local onde as sociabilidades se dão, onde as regras se fundem muito mais que na própria pensão em que moram, sendo a pensão, e não a rua, o ambiente hostil, de discussões, de sujeira, de falta de estrutura. A pensão é considerada portanto, um ambiente sem condições básicas para sobreviver, na qual não há vínculo afetivo, sensação de segurança ou pertencimento. Na pensão, a ameaça são seus próprios pares (dona da pensão e outras travestis que moram lá), enquanto

na rua onde se faz ponto, a ameaça é o mundo de fora e seus pares se tornam uma rede de proteção. Ou seja, na pensão há mais sensação de solidão e de insegurança uma vez que os próprios pares representam a ameaça, enquanto na rua, as estratégias de segurança envolve outras pessoas. É na rua que também existem acordos claros de convivência e de trabalho.

Somente as travestis mais antigas lembram-se e cumprem esse acordo de trabalho e convivência de maneira habitual e levam bastante a sério, enquanto as outras acabam descumprindo. Inclusive, as travestis mais antigas comentam que *“essas bichas novas não estão nem aí para as coisas que a gente fala pra elas, daqui uns dias vão estar fazendo ponto dentro shopping, e não seria de se admirar se elas ultrapassassem esse limite, por que elas não ligam nem um pouco pra isso, não tem decência alguma”*, disse Lilith, uma das travestis mais antigas do Zero e que estava presente na reunião que foi realizada e que resultou nesse acordo.

Acerca dessa reunião e todos os acontecimentos posteriores gerados por ela, os conceitos suscitados pela reflexão acerca do Pânico Moral, originado por Cohen (1987), reeditado por Miskolci (2008) para repensar acerca da sexualidade, pode ser aliado a compreensão de região moral de Robert Park. A articulação desses conceitos auxilia na reflexão sobre essa validação de regras e acordos feitos, juntamente com a constante lembrança da importância de cumpri-las, lembranças essas feitas ora pela polícia, ora pelas travestis mais antigas. Nesse caso a Região Moral contém a “categoria de pessoas que ameaça a ordem social”, criando o Pânico Moral, que se trata na reedição de Miskolci:

De um consenso compartilhado por um número de indivíduos de uma sociedade que determina que uma categoria de pessoas ameaça a sociedade e a ordem moral. Ao sentirem-se ameaçados, tendem a concordar que algo deveria ser feito em relação as esses indivíduos e comportamentos. Apontam para o aparato de controle social (leis, hostilidade ou condenação pública), e acham que uma sociedade ameaçada moralmente necessita de renascimento de valores morais (MISKOLCI, 2008, p. 113)

Esse consenso de que a região do Zero abriga essa categoria de pessoas que ameaça a ordem moral, fez com que os mecanismos de controle da sociedade sejam ativados. Como a exemplo da própria polícia, que levava as travestis “dia sim, dia não” para delegacia, pois o coronel achava que elas estariam perturbando a ordem e os valores do bairro. Essas idas e vindas à delegacia, a reunião para acordar regras que, no fundo, possuíam um cunho moral de que “algo deveria ser feito em relação a isso” e o “renascimento de valores morais”.

Existe algo geracional nesse renascimento de valores morais: as travestis mais velhas são as que ensinam como ser travestis e como negociar programas e, ao mesmo tempo, devem

ser respeitadas pois elas foram as primeiras a fazer ponto no Zero. As que não viraram donas de pensão, que é o ápice da hierarquia, viraram donas de alguns pontos ou acabaram falecendo. Por isso, sempre que lembrados, os nomes mais conhecidos são revistos com afeto e respeito pelas travestis, enquanto as bichas que estão no processo de compreensão do que é ser uma travesti não se importam muito com leis e hierarquia. Larissa Pelúcio (2009), em sua dissertação realizada com travestis em São Paulo, encontra um cenário bem semelhante a esse, nas quais as travestis mais velhas sempre comentam que as mais novas, as que acabaram de entrar para a prostituição, são mais “abusadas”.

São elas que colocam as veteranas em situações constrangedoras, infringem as regras do mercado sexual, como estar seminua no período diurno, cobram preços mais baixos no programa (em média R\$ 60,00), fazem uso abusivo de drogas, furtam clientes e arrumam brigas quase sempre enquanto estão no ponto, manchando a reputação de segurança do Zero. Seriam as mais novas, sob a ótica das travestis mais velhas, que comporiam esse grupo que ameaça a ordem moral pois não levam a prostituição a sério e não são travestis de respeito

Enquanto Piscitelli (2011) explica que, na prostituição de mulheres cisgênero, as prostitutas mais novas são mais requisitadas, uma vez que demonstram novidade no território, são menos “rodadas”. As mais velhas demonstram a sabedoria e ensinam como deve ser combinado o programa e são consideradas mais experientes, contudo, são menos procuradas pelos clientes e são substituídas. No Zero, isso em algum momento se inverte¹⁹: logo que chegam, as bichas não têm o corpo feito, ainda carregam muitos traços masculinos que desvalorizam o trabalho e a procura, enquanto as que estão trabalhando há alguns anos e juntaram dinheiro para realizar as modificações corporais, ascenderam à rua das Tops. Como a expectativa de vida de uma travesti no Brasil é atualmente de 35 anos, esse é o ápice do trabalho. Após essa idade, considerado um período de sobrevida, elas começam a fazer parte da geração de “travestis velhas”, pouco procuradas pelos clientes. Porém, existem outra divisão de travestis no Zero, como por exemplo, além da idade, hierarquia e modificações corporais: as que vem de outros estados e passam temporadas apenas.

Essas outras personagens são travestis que vem de outras cidades, tanto do interior do Mato Grosso, sendo as mais comuns de Rondonópolis, quanto dos estados vizinhos, como Rondônia, Pará, Mato Grosso do Sul e região Nordeste. Essas travestis que chegam para “fazer

¹⁹ Consideração realizada pelo Professora Dr^a Marina França no exame de qualificação dessa dissertação. Agradeço por esse ponto de vista acrescentado.

ponto”, se não estiverem instaladas em pensões de travestis conhecidas, podem ser postas para fora do Zero através de violência física. É necessário que se pague para descer no ponto ou que alugue um apartamento para trabalhar. É bastante comum casos de travestis que saem de casa e preferem mudar-se de cidade e para isso, buscam auxílio em grupos do Facebook onde trocam informações sobre quais capitais e espaços de prostituição haveria mais chances para crescimento financeiro, por isso já chegam em Várzea Grande com contato de onde vão ficar e a quem devem pagar para descer no ponto. A notícia a seguir demonstra um pouco sobre o Zero ser “referência” para essas travestis de outras cidades:

The image shows a screenshot of a news article from the website 'O Livre'. The browser address bar shows the URL: olive.com.br/zero-km-se-torna-referencia-como-ponto-de-prostituicao-no-brasil. The page header includes the 'O LIVRE' logo and navigation links for 'MATO GROSSO', 'BRASIL', 'AGRO & TEC', 'GERAL', 'ENTRETENIMENTO', and 'EMPREGO'. The main headline is '“Zero km” se torna referência como ponto de prostituição no Brasil'. Below the headline, it says 'Redação / pautas@olive.com.br' and '30/09/2017 às 07:00'. The article text begins with: 'Um quarteirão em forma de quadrado, rodeado por bares e motéis e repleto de pessoas cuja profissão é a prostituição, assim poderia ser resumido o Zero km, em Várzea Grande. Mas não é apenas isso, nesse lugar há vidas repletas de histórias, que vão além das roupas curtas e dos olhares convidativos de cada uma das mulheres ali presentes. A reportagem do O Livre conversou com cinco garotas de programa – quatro mulheres, sendo uma transexual, e uma travesti – e descobriu que o Zero se tornou referência como ponto de prostituição no Brasil. Das cinco entrevistadas, três não são de Mato Grosso e todas, por unanimidade, afirmaram que preferem trabalhar no Zero, porque consideram um local seguro para a profissão'.

Imagem 8: Notícia sobre o Zero. Fonte: Jornal O livre. Acesso em: 10/05/2018< Link para acesso: <https://www.olivre.com.br/zero-km-se-torna-referencia-como-ponto-de-prostituicao-no-brasil/>>.

Pensando acerca desse panorama construído sobre o Zero, podemos dizer que o território se trata de uma *mancha* (MAGNANI, 2012): um lugar que, apesar de parecer heterogêneo num primeiro momento, com pessoas distintas dividindo o mesmo espaço, homens, mulheres cisgênero, travestis, donos de bares e motéis, acolhe a todos. Esse encontro momentâneo em um lugar ocorre, pois, os objetivos são compartilhados: tudo gira em torno da prostituição, diretamente ou indiretamente. A *mancha* é um território de acolhimento, que independe de fatores morais, diferenças sociais ou raciais. Por mais que territórios como o Zero, pareçam hostis e perigosos, no fundo são lugares que mais possibilitam o acolhimento de pessoas consideradas desviantes.

Quando pensamos no Zero como uma *mancha*, e em toda essa abertura que esse território possibilita a pessoas tão distintas, esse lugar passa do status de “periferia” para território referência para as personalidades desviantes²⁰.

A *mancha* é reconhecida por ser uma região mais abrangente, com aspecto bem característico, que serve de possibilidade a circulação de pessoas vindas de muitos outros lugares, e serve como referência à totalidade da cidade, sendo reconhecida por ser uma região específica para algo (MAGNANI, 2012). O Zero é reconhecido dessa maneira pois é considerado o ponto principal de prostituição de Cuiabá e de Várzea Grande, tornando-se referência quando alguém solicita uma informação sobre prostituição. A região é reconhecida entre trabalhadoras do sexo tanto mulheres cis quanto travestis de outras manchas de prostituição de outras capitais.

Ao mesmo tempo que a região do Zero serve de “mancha”, como referência de prostituição para o resto da cidade, sob outro ponto de vista, ela atua como “pedaço” para quem trabalha ali, já que uma mancha pode conter diversos pedaços, como o das travestis. Segundo Magnani (1998), o “pedaço” é um espaço intermediário entre casa e rua, que não é representado nem pelo fluxo da rua, nem pelo âmbito doméstico: é o espaço de pertencimento e de trocas. No caso do território ocupado pelas travestis, a rua que ocupam fazendo ponto, de fato é o refúgio onde exercem as sociabilidades e é também o espaço de trocas, “o pedaço” delas. A pensão, de fato não representa o âmbito doméstico já que é uma grande fonte de desconforto no que se refere ao saneamento e mínima higiene, sem contar a alta rotatividade de travestis que chegam e saem, não dando muito tempo para criar vínculos, logo, a pensão não é a casa ou lar. Na *mancha* inserem-se os atores que se comunicam através das regras que serão exploradas adiante.

O Zero, portanto, é uma mancha que liga uma rede de sociabilidades com interesses em comum, mas para modos de vida e símbolos que revelam gostos, valores e hábitos gerais. É um espaço que tende a gerar um sentimento de acolhimento e de identificação entre as pessoas que frequentam. Esse é o Zero em si, um emaranhado de sociabilidades, redes, performances, política. Esse é o Zero que enxergamos ao adentrar o espaço²¹, uma mancha que inicialmente parece um caos.

²⁰ Apontamento realizado por Magnani na banca de qualificação da dissertação, mês 08/2018.

²¹ Como as travestis enxergam o Zero e fazem dele seu “pedaço” (MAGNANI, 1998) será abordado no próximo capítulo.

2.3 Território e performance: constituição da subjetividade através da ocupação de um espaço

Esse aparente “caos” descrito anteriormente serve de embasamento para pensar na organização que se encontra em acordos, códigos morais de conduta e regras de performance no Zero. Esse tópico se propõe justamente a explicar com detalhes o “pedaço” que as travestis ocupam na “mancha” do Zero através do uso do conceito de performatividade, que fornecerá subsídios para que compreendamos gênero e corpo, principais categorias acionadas pelas travestis ao organizar o seu “pedaço”.

Nesse sentido, a performatividade pode ser compreendida como “poder reiterativo do discurso” (BUTLER, 1993, p.95), que está para além de um ato singular, encenação teatral ou mero aparato adjetivo de modo de agir consciente. Compreender a performatividade inclui perceber que ela está estritamente ligada a reiteração a um conjunto de normas, ou à “prática discursiva que efetua ou produz aquilo que ela nomeia” (BUTLER, 1993, p.167). No Zero, a performatividade está relacionada às regras que as travestis utilizam para se relacionar e se comunicar, juntamente com a constituição do gênero.

A performatividade não está ligada apenas às pessoas as quais o gênero é construído de maneira mais evidente, de forma mais marcada, como as travestis, mas é a reiteração constante entre masculino e feminino. As pessoas só se tornam pessoas quando existe um gênero inteligível com códigos facilmente identificáveis e, quando se trata de autoidentificação, são as práticas reguladoras de formação e identificação de gênero que constituem a identidade e, para além disso, “a coerência interna do sujeito” (BUTLER, 2003, p. 38).

Jean Langdon (2007) percebe que a performance está ligada a um evento particular, num dado contexto e é construído pelos participantes, contudo existe um contexto maior ao qual esse micro contexto refere-se, ao mesmo tempo em que está ligada a algo mais individual: “A experiência é um elemento importante invocado pela performance” (LANGDON, 2007, p. 15). Apesar da autora referir-se principalmente a performance ligada aos rituais, estendo essa compreensão a performance de gênero e ao contexto construído pelos participantes ao próprio território: a questão da experiência particular estar ligada a esse contexto maior.

As autodenominações entram como subdivisões demarcadas com mais contraste dentro do Zero e mais fluídas nos outros lugares na cidade, pois a divisão territorial é bem clara na região, enquanto no resto da cidade elas (gays, travestis e trans) são vistas como pertencentes a uma única comunidade, a LGBT. Dentro do Zero, elas são divididas em bichas/gays, travestis e travestis Tops e performam de acordo com cada denominação. No restante da cidade, isso se

torna mais fluído: a bicha se apresenta como travesti; a travesti ora se apresenta como travesti, ora como transexual; a bicha às vezes se apresenta como homossexual; ou seja, essas subdivisões perdem um pouco sua força e demarcação que é proporcional a demarcação territorial do Zero.

Essas subdivisões de categorias são os termos da linguagem usados para dar um relato sobre si mesmo, para se fazer decodificado para si e para o outro. Essas categorias de autodenominação possuem caráter social, se estabelecem através da norma social e antecedem o que entendemos por indivíduo:

Para ser reconhecido, as normas já devem existir [...] no momento em que percebo que os termos pelos quais confiro reconhecimento não são só meus, que não fui eu que os criou [...] sou despossuída pela linguagem que ofereço (BUTLER, 2017, p. 39)

Por isso, é importante perceber como elas se autodenominam e o que isso diz sobre uma estrutura maior, anterior à chegada delas na região. Ariane, que trabalha no Zero há bastante tempo, num movimento de idas e vindas, me explica que no Zero elas são concorrentes, cada uma faz seu ponto na rua e divide sem problemas, mas que existe essa concorrência. Enquanto na cidade, elas precisam se unir contra o preconceito do restante da população.

Na região, elas se dividem entre “as gays” – algumas travestis falam com artigo feminino, outras no masculino, “os gays”, e outras chamam a mesma categoria de “bichas”, que é quando o menino homossexual afeminado decide virar travesti. Tudo começa quando o menino homossexual começa a vestir roupas mais justas e a deixar o cabelo crescer, se aventura pela maquiagem, perucas e unhas postiças, vai testando seu corpo com o uso de hormônios, injeções de silicone, produtos para pele e procedimentos estéticos.

Apesar do constante afronte das bichas em relação as travestis, segundo as regras pré-estabelecidas, a bicha só poderá passar para uma rua mais clara e mais próxima da avenida caso faça alguma intervenção no corpo, como cirurgia no nariz ou “bombar” peito e bunda e após trabalhar um certo tempo no Zero. Também será mais valorizada se morar em uma das pensões das travestis mais velhas, que acolhem e recebem essas bichas logo que se assumem e são expulsas de casa, ou saem por conta própria para prostituir-se, ponto que será abordado mais adiante.

Com o tempo de trabalho, as bichas vão mudando seus corpos²² e tornam-se travestis. Isso significa que elas podem ocupar uma rua mais perto da avenida e pontos mais próximos de portas de motel, enquanto as outras ficam em pé, normalmente numa esquina ou embaixo de alguma árvore, assim como explicou Daniele. Quanto mais feminina e mais natural forem unhas e cabelos, elas se aproximam da rua um do Zero, ou “a rua das tops”. É dessa maneira que a performatividade de gênero, dentro das categorias nativas, se constrói a partir do território ocupado e de como o pertencimento a ele vira símbolo de status.

Em sua etnografia em Salvador na década de 1980, Don Kulick (2008) acompanhou travestis em diversos procedimentos estéticos, entre eles o mais conhecido até hoje que é “bombar” glúteos e pernas com silicone industrial. Kulick explica que esse procedimento é o mais invasivo e definitivo de todos, uma vez que a retirada de silicone dos tecidos é quase impossível, além do risco alto de morte devido a injeção de substância tóxica e situação de insalubridade que acompanha o procedimento. No Zero, quando as bichas que bombam o corpo, se arriscando num procedimento irreversível passam então a ser consideradas travestis de fato o que significa levar a transformação e a prostituição a sério (uma vez que a partir desse momento, não há mais volta) e não somente como fonte financeira para ir em festas e comprar bebidas e drogas.

Ainda sobre as modificações corporais, Bento (2012) compreende que não existe corpo livre de qualquer investimento discursivo, ou “in natura²³”, não existe corpo fora de uma ideia. O corpo é um discurso construído e, nesse contexto, alguns códigos vão sendo naturalizados e outros ofuscados, inclusive quando se tratam de pessoas a margem da norma, um padrão entre elas mesmas se estabelece, a fim de criar uma “norma fora da norma”. Uma escala é posta, um padrão do que é ser apenas uma bicha e do que é passar de bicha, que ainda usa o gênero masculino em seu discurso, para uma travesti, que se apropria do gênero feminino ao falar sobre si mesma é estabelecido, inclusive no que se trata de hierarquia.

A admiração maior entre elas e o símbolo máximo de ascensão é virar uma dona de pensão, figuras conhecidas por serem as primeiras a se prostituir na região e abrir espaço dos pontos para travestis. É ocupar o lugar de reconhecimento, sendo uma mulher travesti que não se prostitui mais e é dona de pensão na região na qual as mais novas entram e referir-se a elas

²² Próximo tópico será abordada a construção do corpo.

²³ A própria autora utiliza dessa terminologia.

como cafetinas ou agenciadoras causa um enorme conflito. Essas são as que merecem mais respeito, pois “*se dão ao respeito*”.

Isso acontece pois são travestis “de respeito”, reiterando sobre a normatização criadas por pessoas fora da norma, que estabelecem inclusive uma escala de pessoa que merece mais ou menos respeito, reproduzindo um discurso semelhante ao heteronormativo, de que pessoas dentro do padrão comum merecem mais respeito do que as que estão à margem dele (BENTO, 2012). Essas travestis, que são o exemplo máximo do padrão, já passaram por tudo o que as travestis que trabalham na região estão passando e o que elas oferecem é a oportunidade de elas entrarem numa comunidade e fazer parte de uma segunda família.

Como as donas de pensão são antigas na região e possuem pontos que são ligados a elas, quem mora na pensão tem mais direito de usá-los do que quem vai trabalhar no Zero por conta própria. Apesar disso, não são chamadas de agenciadoras pois elas somente administram a pensão, mesmo que pare no ar o respeito pelos pontos que já pertenceram a elas. Daniela chama de “*uso capiã*”²⁴, pois qualquer espaço ocupado na região, foi previamente conquistado: “*eu trabalho na primeira rua do Zero, a rua das Tops pois conquistei esse espaço, vindo aqui dia após dia, há 4 anos. Posso passar o tempo que for longe, sempre que eu voltar esse ponto será meu*”.

Dani sempre comenta nas entrevistas o quanto é necessário ter disciplina e desenvolver atributos para continuar trabalhando no Zero, senão corre-se o risco de acabar caindo no uso abusivo de drogas e não adquirir nada. Como ela que, por exemplo, possui carro e viaja sempre que pode. Tanto ela, quanto Ariane que estão na rua das Tops trabalham no Zero há cerca de 5 anos e fizeram carreira ali. Elas explicam que é essencial saber conversar, escutar e opinar bem para fidelizar um cliente, juntamente com o fato de não usar drogas, destinando a maior parte do dinheiro adquirido para continuar no investimento da modificação corporal e em viagens para fazer pontos e estabelecer redes e outras capitais.

Na visão delas, as travestis periféricas e bichas só poderão subir de hierarquia se pararem o consumo de drogas e começarem a investir mais no trabalho, fazendo horários com mais disciplina, não frequentando bares, puxando brigas, roubando clientes, fazendo escândalo e ameaçando clientes conhecidos na cidade. Ou seja, enquanto não cumprirem essas normas éticas, não poderão ir para rua das Tops, pois manchariam a reputação de segurança do lugar.

²⁴ Expressão utilizada para denominar uma situação na qual o tempo de uso de uma propriedade, sendo terra ou imóveis a torna possuidor da mesma.

As estratégias de fidelização de clientes vão desde mostrar exclusividade, conversar bem, demonstrar ser discreta, culta e instruída. Dani comenta que grande parte dos clientes da rua das Tops são funcionários públicos e que o movimento varia de acordo com a data do pagamento mensal que recebem e que a negociação vai da aparência do cliente e veículo que utiliza. Ela comenta também que os clientes preferem voltar sempre nas Tops pois sabem que não serão expostos ou furtados, como as outras travestis costumam fazer para comprar drogas.

Contudo, o caso de Dani é uma exceção, pois ela mora com a família que sempre aceitou suas mudanças físicas, sua profissão e pertence à classe média. Já as outras travestis do Zero vêm de famílias pobres que não as aceitam desde que se reconheceram como homossexuais, antes mesmo de saber o que significava ser “travesti”. Dani foi uma das principais interlocutoras dessa etnografia, juntamente com outras travestis Tops que se dispuseram a conversar, então, o ponto de vista sobre as outras travestis está atrelado ao ponto de vista das travestis Tops. Essa situação também se torna interessante para pensarmos acerca de certa independência que as travestis Tops possuem para falar sobre si mesmas – para mim e para o “mundo de fora”- enquanto as outras travestis estão atreladas ao discurso que as Tops têm sobre elas e sobre o Zero.

A dona da pensão é vista como a figura que recebe em sua casa e as ajuda, mas ao mesmo tempo, ela que incentiva as mudanças corporais, viabilizando inclusive que os seios e bundas sejam bombados por outra travesti mais experiente. A pensão representa mais um possível lugar de estabelecer sociabilidades, mas nem de longe é reconhecida como casa ou lar, uma vez que a dona nunca está presente e a rotatividade de colegas de quarto é alta, juntamente com a estrutura que não propicia que elas passem muito tempo lá.

Dessa maneira, elas mesmas chegam a conclusão de que são “empurradas” para a pensão e conseqüentemente para prostituição, pois é a única via possível de existência como travesti e de ser reconhecida como uma pessoa que necessita estabelecer relações. Essa é a principal diferença que Pelúcio (2009) aponta entre travestis e transexuais: a travesti é a pobre que precisou se prostituir, pois não teve nenhum tipo de assistência e a prostituição é sua única via de existência. Já a transexual é a “rica” que pode fazer as intervenções e adquirir maior “passabilidade” em locais públicos. Eis uma reportagem de 2012, mas que retrata muito bem como as travestis relatam sua chegada a prostituição:

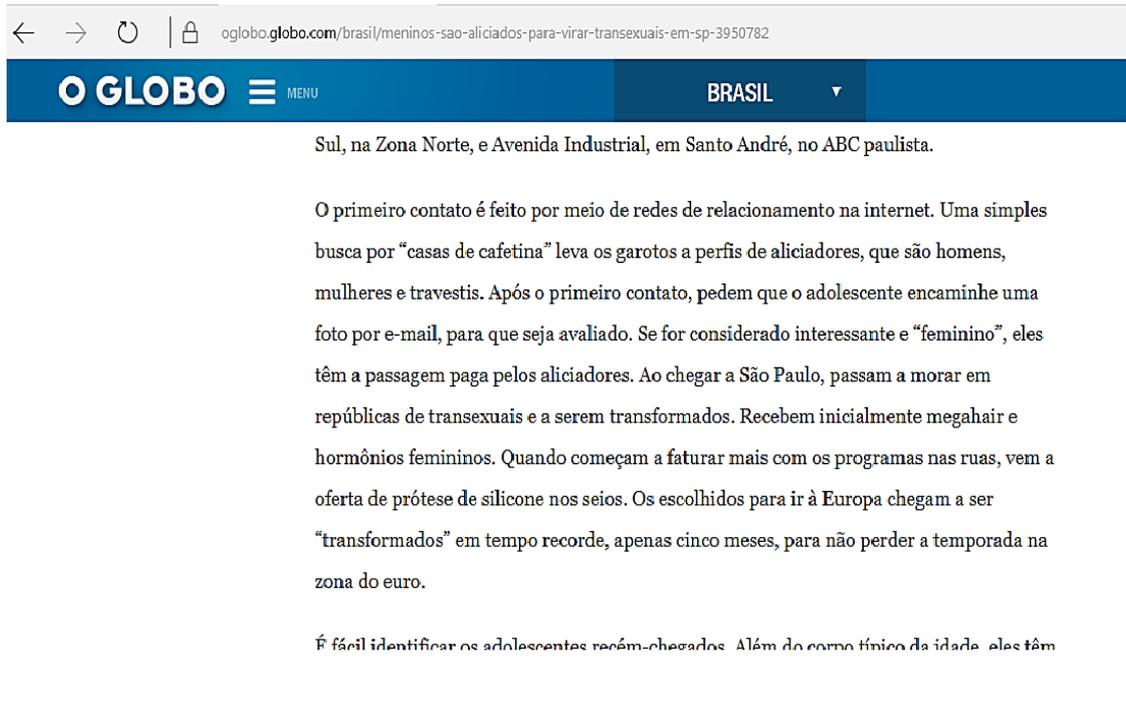


Imagem 09: Notícia sobre aliciamento de menores de idade. Fonte: Jornal O Globo.²⁵

Apesar da chamada da matéria ser um pouco sensacionalista “Meninos são aliciados para virar transexuais em SP”, esse parágrafo retirado em muito se assemelha à vida das travestis e das histórias percorridas para chegar até o Zero. Talvez o termo “aliciamento” seja exagerado, pois remete a uma pessoa ou grupo de pessoas que se torna responsável por fazer elas chegarem até a pensão e a prostituição e que não existe outro caminho possível de vida. Contudo o que ocorre no Zero e com as travestis que não trabalham ali, mas que recebem sempre convites para trabalhar com prostituição, é um tipo de assédio constante pelas donas de pensão e pelas circunstâncias sociais, econômicas e familiares. Dessa maneira, é possível refletir sobre um tipo de aliciamento que as empurra para prostituição, pois somente esse modo de existência torna-se possível.

É bem comum que as travestis relatem que nunca se pensaram como travestis antes da prostituição e que tanto o processo de mudança para o feminino e a prostituição foram se iniciando concomitantemente. A entrada na prostituição não soa como algo traumático ou qualquer coisa do gênero. Em muito se parece com as travestis que Kulick (2008) descreve em sua etnografia, que percebem a prostituição como uma profissão que requer habilidade de

²⁵ Link para acesso: <:<<https://oglobo.globo.com/brasil/meninos-sao-aliados-para- virar- transexuais-em-sp-3950782>>

relacionamentos interpessoais, responsabilidade e senso de hierarquia. Dani, minha interlocutora sempre menciona que para crescer no Zero é necessário ter determinação: ela anota num caderno caixa toda entrada e saída de dinheiro, evita beber nos bares do Zero que são mais caros, destina todos os meses uma quantia fixa para procedimentos estéticos, salão de beleza e compra de roupas novas.

Dani conta que na cabeça delas, não pretendem virar mulheres transexuais, uma vez que usam o pênis para trabalhar e é isso que faz a diferença entre o cliente que procura uma mulher que fica sentada na cadeira do bar e as travestis que ficam em pé na rua. Uma das primeiras pessoas a utilizar a palavra “travesti” em evento formal foi João Mascarenhas que na década de 1980 buscava esclarecer as diferenças entre orientação sexual e identidade de gênero, deixando mais clara ainda que o “homossexualismo” (nomenclatura utilizada na época) e o “travestismo” se tratavam de coisas diferentes (CARVALHO e CARRARA, 2013).

Nesse momento, a travesti é considerada a bicha exagerada, aquela que exacerba feminilidade, fazendo a passagem de momentos específicos em que a pessoa se travestia (como nos carnavais) para o uso de uma categoria identitária, tal qual o gênero feminino ou masculino. As travestis passam então a adquirir esse status de sujeito político, contudo a categoria transexual e os debates que seguem na tentativa de conceituar travestis e transexuais, em suas semelhanças e diferenças, datam de um pouco mais tarde, nos anos 1990 (CARVALHO e CARRARA, 2013).

Conceituar e diferenciar o que é ser travesti do que é ser transexual é uma tarefa um tanto quanto complicada, uma vez que essas terminologias são constantemente intercambiáveis. É perceptível tanto nas etnografias mais antigas, a exemplo de Benedetti (2005) e de Kulick (2008) da década de 1980 e 1990, quanto as mais recentes como a de Larissa Pelúcio (2009) e os trabalhos que retomam um percurso histórico das categorias, como o de Carvalho e Carrara (2013), a relativização do que é ser travesti. Essa relativização parte principalmente de quem se identifica como travesti e que essa identificação perpassa a questão territorial atrelado as sociabilidades estabelecidas.

É interessante perceber que para esses autores e também para as travestis do Zero, ser travesti e tornar-se uma, possui uma ligação estreita com ser prostituta. Hélio Silva (2007, p. 39) já ressaltava que “a travesti é fruto histórico do asfalto e das grandes aglomerações urbanas” e também da “proliferação de travestis” que ocorre na década de 1970 nas calçadas do Rio de Janeiro e de São Paulo (CARVALHO E CARRARA, 2013). A prostituição está intimamente

ligada à identidade de gênero assumida pois implica na constituição dos corpos e do reconhecimento do gênero a partir do “se tornar objeto de desejo de um homem”, de suas posições políticas, territórios ocupados, espaços significados e sociabilidades estabelecidas.

As interlocutoras de Kulick (2008), assim como as do Zero, explicam que a orientação sexual muda de acordo com a prática sexual e isso não vale só para elas, estende-se aos clientes. A travesti, quando penetrada, torna-se objeto de desejo de um homem e isso a levaria para perto do ideal feminino, enquanto homens que são ativos (penetram) numa relação sexual com uma travesti, continuam se considerando héteros pois estão penetrando uma mulher. Já a travesti, apesar do gênero feminino, ao ser penetrada se coloca numa orientação homossexual, e costuma não gostar de ser ativa, embora o faça em determinados momentos, pois isso a colocaria numa posição masculina da relação sexual. Enquanto o homem penetrado não necessariamente ocuparia uma posição feminina como a travesti quando é passiva, mas com toda certeza, ocupa uma posição homossexual.

Em excertos mais recentes, Carrara e Simões (2007) ressignificam essa passagem de Kulick acerca da homossexualidade, uma vez que o Brasil e a América Latina teriam uma formação diferente a respeito do simbólico que representa as masculinidades homoafetivas. Nos meados de 1970, as primeiras discussões sobre “ser ou estar” gay, acabou por dispersar grupos ativistas pela causa homoafetiva, uma vez que se “está gay”, a qualquer momento poderá deixar de ser- como se fosse uma condição homossexual. Essa perspectiva, como explicam Carrara e Simões (idem) é um “anti-essencialismo” e também pode ser utilizada para argumentação de cunho político no combate contra a homofobia. As relações homoafetivas no Brasil estão em sua expressão, para além dos dualismos homo/héteros e ativo/passivo. Um cliente passivo no Zero, ao ser penetrado por uma travesti não entrará na categoria “homo”. Assim como eventuais experiências homoafetivas não estão na categoria gay, e não estão representadas pelos dualismos identitários.



Imagem 10: Cadeiras onde as mulheres cisgênero sentam. As travestis ficam em pé na rua.

Essas categorias travesti/ bicha e hetero/homo são intercambiáveis de acordo com a ocupação de certos territórios simbólicos e com as práticas sexuais ativas e passivas. Quando as travestis passam de determinadas ruas para outras, do escuro para o claro, de baixo da árvore para a porta do Motel, isso significa que mais perto da inteligibilidade do gênero feminino o corpo delas está. O gênero então pode ser pensado como uma “identidade tenuemente constituída no tempo” (BUTLER, 2003, p.200). Nesse sentido, na construção do gênero na travesti, gênero não é apenas uma categoria de análise, uma dimensão de pesquisa e fazer ciência, mas sim um marcador que torna a pessoa uma pessoa.

Aqui o gênero também causa certa confusão entre as nomenclaturas “travesti”, “transexuais” e “transgêneros”. A identificação e nomeação de experiências transgêneros ultrapassa a divisão didática proposta pelas academias e estão em tensa negociação com os sujeitos e principalmente aqueles que participam de movimentos políticos, que prezam pela autodenominação e do reconhecimento social ao gênero pelo qual se identificam (BENTO, 2012).

A inteligibilidade, fator principal para um indivíduo ser reconhecido como pessoa, está ligada ao aparato de regulação e como se manifestam junto aos hormônios e ao corpo biológico, sendo o gênero a maneira com a qual o masculino/feminino são naturalizados. Sendo assim, supor um binarismo masculino ou feminino é muito mais do que supor categorias, mas é estabelecer uma função reguladora e organizadora de todo social (BUTLER, 2003). Por isso, quanto mais perto de ser reconhecida como mulher pelo social, mais perto da Avenida elas se encontram, que representa de fato, o encontro com o resto da cidade e a passabilidade.

A passabilidade pode ser pensada a partir de uma política da existência. A inteligibilidade que é incorporada como passabilidade, não é apenas normativa, mas é também prescritiva. A passabilidade então, estaria ligada a ideia do que é normal e previsto dentro dos corpos, que se tornam dóceis e educados e que possam passar despercebidos. Assim como Foucault (1997) aponta, o discurso sobre o sexo (seja em sua repressão ou em sua liberdade), compreende algo dotado de poder, que também se torna uma via de prescrição da norma e de práticas sexuais. Aqui podemos estender a prescrição às abjeções, uma vez que o que está fora das prescrições, se torna abjeção.

Ultrapassar o binarismo sexual que é a prescrição de gênero, é justamente propor o prefixo “trans”, das abjeções fora da prescrição. Carvalho e Carrara (2013) explicam acerca do percurso histórico sobre o conceito “transgênero” compreendem que só foi após a década de 1980 que a categoria travesti foi tomada como identitária. Já a ideia de “pessoa transgênero” só surgiu após a criação de grupos de apoio e combate à violência (ou seja, posterior ao reconhecimento da categoria “travestis”) como um dispositivo político para adquirir direitos sobre um amontoado de agressões sofridas ao longo do tempo. O que de fato acaba se sobressaindo em todas as criações de novas nomenclaturas e categorias, que estão em constantes mudanças, são os cenários políticos que demandam posicionamentos que por vezes também modificam essas categorias e os usos dessas nomenclaturas como dispositivo de criação de um aparato de segurança à pessoa trans.

Estando então o conceito de travesti mais ligado à ideia de território (e mais propriamente a rua ou “à pista”) do que o conceito de transgênero, a territorialidade (DELEUZE e GUATTARI, 1993) se torna uma importante categoria para compreensão das travestis do Zero. O processo de delimitação espacial, mesmo que momentânea, da identidade travesti e de prostituta do Zero, partindo da ideia que parte da rua pertence à pessoa que a ocupa, de que certos lugares são permitidos dadas as circunstâncias e contextos e certas personalidades são delimitadas por esses lugares, perfazendo o processo de territorialização, relacionado a essa ocupação simbólica, é um dos principais fatores na autodenominação acerca do gênero. Essa ocupação (simbólica) de um território ajuda a pensar o movimento que Marcus (1991) faz ao questionar o conceito de “identidade” e de “território”, alertando sobre as singularidades que os estudos urbanos possuem em relação a essas categorias.

A identidade que é evocada por determinados espaços ocupados foi bastante clara em campo, como o próximo excerto relata. Estava com o Consultório na Rua quando chega Denise, uma travesti que fazia ponto na rua das bichas e que havia chegado na região há pouco tempo.

Aflita, relatou que onde a base do consultório estava (perto de um bar na rua das tops) seria um território proibido para bichas transitarem em horário em que estariam fazendo ponto, mas que como ela precisava muito fazer a testagem, acabou indo até a base do consultório. Denise era bem magra, sem curvas, peitos ou bunda, usava peruca e unhas postiças e disse que fazia ponto numa rua sem asfalto, ali perto do Beco do Dragão. Ao ir embora, levou umas camisinhas e disse que não sairia dali tão cedo pois estava lucrando bastante, mesmo num ponto afastado.

Após um mês, estávamos com a base do consultório no mesmo lugar, e chega uma travesti feita. Bombada, aplique de cabelo natural, unhas grandes, roupa alinhada. Era Denise, irreconhecível aos meus olhos: *“Nossa Denise, como está diferente hein! Arrasando na produção!”*, eu disse ao vê-la. *“Pois é linda, dei sorte e agora que estou mudada, faço ponto aqui na rua das tops. Bombei peito e bunda, gastei uns 15 mil reais, agora só na primeira rua!”*. Essa fala representa a passagem e ocupação de um território para outro a partir da construção do corpo e de como as regras de ocupação territorial organizam inclusive onde a base do consultório na rua pode chegar ou não.

O caso de Denise serve também para pensar sobre uma característica comum as travesti do Zero e também relatado na etnografia mais recente de Pelúcio (2009) que é a incorporação da personalidade da prostituta: quando adentram a região do Zero, ou chegam ao ponto, “incorporam” uma personalidade da travesti prostituta, que normalmente está mais ligada a espontaneidade, a não ter vergonha em mostrar o corpo, de chegar nos clientes, negociar o programa ou responder de maneira “ríspida e engraçada” ao mesmo tempo quando se tratam de propostas que elas não aceitariam (como por exemplo, ejacular no rosto ou na boca) ou quando reclamam do preço: *“Ah, eu dou o preço de acordo com o carro que a pessoa chega, e quando reclamam dizendo “tudo isso” para o preço, eu respondo: “só isso por tudo isso”* disse Denise, apontando para o corpo num movimento sensual.

As negociações dos programas, um dos pontos principais do trabalho no Zero, são feitas de maneira minuciosa para que o programa fique entre R\$ 60,00 e R\$ 120,00 , a depender da “cara” do cliente. A estratégia para prospectar clientes se inicia na exibição do corpo e abordagem caso o carro comece a ir mais lento, assim que param para conversar, a negociação se inicia: quanto tempo de programa? Se o cliente for limpinho, vai ter beijo na boca? Quais práticas serão realizadas? Ela irá buscar drogas para o cliente? Esses fatores são cruciais para compreender quanto será cobrado. Após a negociação, o cliente entra no motel com seu carro e a travesti a pé. Após o programa que envolve: beijo na boca (quando o cliente parece limpinho ou é cliente antigo), sexo oral – sempre – e a penetração até que o cliente ejacule. Quando o

cliente demora mais que o previsto, costuma ter uma pressão por parte da travesti para que haja ejaculação e para que termine o programa.

Elas comentam que na vida “real”, ou seja, fora dali seus comportamentos são totalmente diferentes disso. Por vezes são contidas, não falam alto e, dependendo do lugar, não querem chamar tanta atenção para si, apesar de demonstrarem um gosto por atraírem olhares para seu corpo, que demora certo tempo para ser decodificado por quem não está habituado a conviver com corpos transgêneros. Grande parte de todo aquele personagem que elas exibem no Zero não corresponde às vestimentas e à aparência que exibem cotidianamente. Percebi isso no meu próprio posicionamento, uma vez que a princípio eu ia até o Zero e convivía com personalidades espalhafatosas e, quando as encontrava em outros lugares como lanchonetes e shoppings, a aparência e o comportamento se modificava drasticamente.

Para compreender como as travestis ocupam o território e atuam sobre ele, da mesma maneira que a performance é evocada pelo lugar, é necessário problematizar alguns conceitos e tentar redefini-los. Marcus (1991) propõe que repensemos alguns conceitos, como a categoria “espaço”, de uma maneira interligada ao conceito de território. A pergunta que aqui se abre sobre a categoria “espaço” é: quais identidades se aglutinam e em quais circunstâncias? A identidade se produz simultaneamente em vários locais, ou seja, fragmentos múltiplos de identidade são sobrepostos: “A identidade de alguém ou de um grupo se produz simultaneamente em muitos lugares de atividades diferentes” (MARCUS, 1991, p.204).

Aqui a identidade é vista pela ótica da etnografia modernista que Marcus (idem) propõe: “uma abordagem etnográfica modernista da identidade requer que este processo de dispersão de identidade seja apreendido [...]” (idem, p.204) sendo assim essa noção de que a “identidade é multilocalizada e dispersa, reestrutura e complexifica” a noção de que exista uma identidade singular. Essa abordagem proposta para etnografia é justamente o que Marcus chama de “controle disperso da personalidade” (idem), algo semelhante aos fragmentos de personalidade que se aglutinam em dado espaço e se refazem e dispersam, reaglutinando-se a outras identidades em outros espaços. Contudo o que realmente importa para antropologia quando repensamos a identidade são os atores que compõe a cena: as divisões sobre quais identidades são dominantes, que definem o espaço, que organizam e que se dizem representantes desse espaço. E isso consequentemente servirá de subsídio para compreensão mais adiante das hierarquias internas e das identidades que se aglutinam de outra maneira fora do espaço do Zero.

Portanto, a territorialidade vincula-se também às identidades que, apesar de certa fluidez, demonstram estabelecer-se sempre relacionadamente e de maneira a dar fidedignidade ao que apresentam e isso envolve a aceitação dos demais e do compartilhamento de códigos (PELÚCIO, 2009). E tanto no Zero quanto na ocupação de outros territórios na cidade, que culminam no estabelecimento de certas redes sociais, são códigos compartilhados que se tornam referência no reconhecimento da identidade.

Outra maneira de fazer etnografia e identificar territórios e espaços, percebendo os códigos compartilhados é através de mapas sensoriais. Um mapa sensorial contém diversas atribuições de sentidos simbólicos e corporais, demonstra essa organização das identidades imersas no espaço. Não estamos sobre um mapa, caminhando num único plano, mas sim imersos no espaço, e até certo ponto o espaço também está imerso nos corpos. Um mapa contém muito mais que pura geografia, está repleto de sinais e marcadores políticos, que dividem e segregam, que atribuem características e adjetivos. Não somos pássaros que sobrevoam os locais e olham de cima a paisagem (INGOLD, 2005). Fazemos parte da paisagem, modificamo-las com nossa simples presença e ela nos modifica na medida em que nos refazemos constantemente (INGOLD, 2005).

A única maneira de se construir um mapa é andando por ele. Tim Ingold (2005) faz algumas reflexões sobre mapas geográficos e cognitivos, sendo que os mapas constroem-se primeiramente na memória de quem os desenha e nas sensações de quem caminha por ele. Por isso que, ao se perguntar a uma nativa da região: “*onde você faz ponto?*”, a possível resposta não está no nome de uma rua, mas na ordem hierárquica das ruas das tops, algo do tipo “*na primeira rua do zero*” ou “*na rua do Star Night*”²⁶. É, neste sentido, que “os espaços não possuem posição, possuem história” (INGOLD, 2005, p.77). Por isso, os espaços não existem num mapa, mas no que Tim Ingold nomeia de matriz-movimento. Essa habilidade em situar-se na região e mover-se pelos caminhos sem se perder é possível, pois o nativo está inserido “dentro de um contexto histórico de jornadas efetuadas anteriormente” (INGOLD, 2005, p.78). Por isso, um mapa nativo é antes de tudo, um mapa afetivo. O mapa é feito de imagens mentais que mudam conforme nos movimentamos no espaço.

Para fazer o mapa, percorri o caminho a pé, observando detalhes que vão para além da planta baixa e das esquinas. São olhares que vão para lugares que criam sentimentos e sensações a quem caminha, um trajeto como descrito por Magnani (2012), sendo o caminho percorrido

²⁶É comum a utilização de bares e motéis como referência de localização do ponto de prostituição.

Imagem 11: Divisão territorial do Zero. Fonte: Google Maps.²⁷

O mapa acima mostra com maiores detalhes do que os mapas anteriores, as ruas e pontos de prostituição no Zero, lembrando que essa forma de distribuição de pessoas corresponde a uma hierarquia estabelecida internamente por meio da incorporação do acordo realizado na reunião de 2008. Os pontos pretos são pontos de prostituição de mulheres cisgênero, e, como pode ser percebido, estão sempre ligados aos bares e ruas que tenham esses bares, os quais fornecem uma estrutura e cobram porcentagem. Muitos homens passam por ali, sentam para beber enquanto as mulheres usam do bar como vitrine do corpo. Também nas ruas que possuem bar, elas ficam sentadas nas cadeiras nas calçadas, embaixo de árvores. Há duas cores de cadeiras: as vermelhas e as amarelas, que representam valores diferentes de programas. O acordo realizado entre elas permite que elas usem roupas justas, mas não podem ficar nuas. Apesar disso, as bichas costumam desrespeitar as regras, hierarquia e serem afrontosas.

Os pontos azuis são das bichas/gays. Elas ficam um pouco mais próximas da Avenida e, como o mapa demonstra, não há motel ou bar com alguma estrutura de apoio a elas, somente mato e rua. Wanderley, que fez parte do Livremente²⁸ e na década de 1990 ia até o Zero levar preservativo e falar sobre prevenção. Disse que *“desde sempre houve essa rixa entre as bichas e as travestis. As travestis acham que as bichas se prostituem por vício (de sexo) e para manter o vício (em drogas), o que torna a concorrência desleal”*.

As bichas são consideradas feias e fora do padrão “travesti”, por isso ficam no escuro e normalmente não ficam nuas, pois como não são bombadas de silicone “não há nada de atraente para mostrar”. Muitas delas conversam referindo a si mesmas no gênero masculino. Enquanto entrevistava Denise, ela me falava sobre essa “*rixa*” entre travestis e gays, então surgiu o seguinte comentário: você já não foi a bicha que se prostituiu dessa mesma maneira? Que no cotidiano misturava roupas femininas e masculinas, não usava tanta maquiagem e usava sutiã de enchimento para fazer volume por baixo da “*blusinha*”? Ela solta uma risada e responde: *“por isso mesmo, porque eu já fui assim que sei que elas não levam a sério. Quando começam a perceber que dá mais dinheiro ser travesti, começam a tirar a grana da balada do final de semana para iniciar as modificações corporais. É um investimento que só faz ganhar mais e mais dinheiro”*.

²⁷ Link para acesso: <<https://www.google.com.br/maps/place/V%C3%A1rzea+Grande,+MT/@-15.6377304,-56.1226243,17.79z/data=!4m5!3m4!1s0x939dad18cb64935:0xfbb74bb1fac6cf4c!8m2!3d-15.646248!4d-56.1327131>>

²⁸ Organização não governamental criada por gays que na época militavam em busca de direitos, principalmente por ter sido a explosão da epidemia do vírus HIV, o qual a população atribuía principalmente aos gays. Esse grupo saía pelos pontos de prostituição da cidade para realizar educação sexual e alertar sobre o vírus, distribuindo camisinhas.

Enquanto as bichas trabalham *apenas por vício*, acabam fazendo ponto onde não existem travestis que possam expulsa-las, ou seja, em ruas desertas e sem iluminação que servem para ocultar parte do corpo que ainda não foi modificado. Durante o dia, diferente das outras ruas do Zero, não há ninguém se prostituindo nessa rua e nem comércios, apenas algumas casas e muito mato. Como a noite essa rua não possui iluminação e fica um pouco fora da rota comum aos carros, sempre que alguém entra nessa rua, as bichas costumam abordar pois “*só vai lá quem procura esse tipo de serviço*”. Se elas aparecem em outra rua da região no intuito de fazer ponto, ou até mesmo ir até o bar, são agredidas verbalmente, então não existe a possibilidade de elas irem fazer ponto na rua das travestis. Normalmente as bichas moram fora da região, em casa com pais ou amigos e só vão para a pensão de uma travesti mais antiga quando decidem que ser trabalhadora do sexo é algo “*sério*” (remetendo a fala de Denise, *em levar a prostituição a sério*) e que vão se responsabilizar como fariam com qualquer emprego.

Sobre a nomenclatura “travesti” é interessante pensarmos que até 1990 os movimentos ainda não haviam acrescentado a sigla “T” em seus nomes e somente em 1995 que as associações de travestis passaram a integrar as Conferências nacionais, como o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas O Brasil torna-se peculiar pois culturalmente existem categorias identitárias separadas para travestis e transexuais e isso de certa maneira, polarizou o movimento que possuía o objetivo contrário: a integração. Como o movimento começou a crescer ainda nessa década de 1990, e a palavra “travesti” sempre fora usada mais pelo número de pessoas que se identificavam com essa categoria de análise e acabou por adotar a terminologia “transgêneros” para abarcar essas identidades (travesti e transexual), facilitando a identificação do movimento tanto num cunho de semelhanças às terminologias internacionais quanto para questões acadêmicas de conceitualização (CARVALHO E CARRARA, 2013).

É bem comum que, apenas depois de “se assumir”, as bichas tenham contato com outras travestis e reconheçam uma identidade próxima a dela naquele momento. Foi bem usual que elas comentassem que “na cabeça delas” nunca imaginavam que se tornariam travestis e que muito menos conheciam outras travestis antes de virarem uma. Dani diz que “*quando a gente descobre que não é a única que é assim, é normal sair de casa e procurar uma tribo que você as identifique. Mesmo que eu tivesse aceitação da minha família, saí para morar com a Renata e ali conheci outras iguais a mim. Com tempo amadureci e voltei para casa da minha mãe, mas sei que a maioria sai de casa para não ser cobrado e encontra outras travestis na rua*”.

Larissa Pelúcio (2009, p.70) explica sobre esse espelhamento do corpo de uma travesti para com a outra: “ Nas esquinas é que as travestis, muitas vezes, têm a sensação de pertencer a algum lugar. Um lugar que começa no corpo de uma outra travesti” e que se estende a *tribo*,

como Dani se refere, a segunda família que recebe e não julga sua sexualidade, mudança de gênero e trabalho. Se reconhecer como travesti e considerar a diferença que isso implica em relação a ser bicha ou transexual também perpassa pela questão de posicionamento político e, principalmente, a prostituição como dito anteriormente.

Fica evidente pela fala de Dani, o quanto a família acaba por influenciar o processo de entrada na prostituição. A partir das etnografias de Hélio Silva (2007) e Benedetti (2005) podemos pensar em como a casa dos pais ou dos familiares passa a ser um lugar de ameaça ou cobrança quando o sujeito se assume sendo gay ou mesmo depois das mudanças corporais. Dani comentou comigo certo dia, que não conhece mais nenhuma travesti que se prostitui no Zero que more com a família (das cerca de 45 que estão lá atualmente). Isso se dá tanto pelo medo do preconceito. - A não aceitação da identidade de gênero costuma a ser maior do que a orientação sexual- e também um desejo delas de experienciarem seus corpos sem julgamento e opiniões familiares.

Após percorrermos a rua das mulheres cisgênero e das bichas, chegamos ao ponto da rua das travestis. No mapa são os pontos em vermelho, considerada “a primeira rua do Zero”, tanto porque somente as travestis que são mais femininas e possuem um status elevado dentro do grupo que trabalham ali, tanto porque, de fato, essa é a primeira rua que se entra quando estamos no Zero. É algo nítido: todo mundo que vai até o Zero, seja o Consultório na Rua, seja eu pesquisadora sozinha ou acompanhada, sejam outros carros, essa rua é a primeira que viramos para assim acessar as outras. Isso não quer dizer que não tenhamos acesso por outros lugares, mas é que, de certa maneira, essa é a primeira rua e a primeira impressão de quem entra no Zero.

A rua serve de exemplo para o comportamento, para a performance e para o ser travesti. É na rua, quando montadas para trabalhar, que aprendem a como abordar um cliente, como ser mais espontânea, como chamar atenção e negociar o programa. Pelúcio (2009) explica que é na rua que existe o espelho de outra travesti. É principalmente na hora de trabalhar (seja a noite ou de dia) na rua que se estabelecem redes de sociabilidades, que se encontram informações sobre uma ou outra travesti que costuma trabalhar ali. Também é na rua que testam o sucesso das modificações realizadas em busca do feminino.

Também são através dessas sociabilidades estabelecidas na rua que formam a “tribo” e que estabelecem estratégias contra a transfobia, comunicando-se sempre que exista algum suspeito, ou um cliente que já foi violento para que seja “marcado” e ninguém mais atendê-lo. Também é na rua que conversam sobre a vida, os programas, os homens que passam por ali e aconselham umas às outras sobre saúde, uso de substâncias ilícitas, experimentações de

modificações corporais, testes de cosméticos, procedimentos estéticos. Também trocam informações de como negociar com os clientes, como agir para conseguir mais clientes entre outros comportamentos que remetem à “*personalidade*” da “*travesti prostituta*”- como elas denominam essa troca de personalidade quando chegam no Zero para trabalhar-.

Nesse espaço de sociabilidades, podemos perceber no mapa a quantidade de pontos de travestis em frente aos motéis. A primeira rua tem quatro motéis e todos em suas esquinas e laterais possuem pontos de prostituição de travestis, enquanto as mulheres cisgênero ocupam os bares. Nesses pontos as travestis ficam em pé. Normalmente de dia usam sombrinhas pois é bastante quente, roupas um pouco mais curtas e raramente usam salto alto. Também usam pouca maquiagem uma vez que o calor derrete a maquiagem e cabelo quase sempre preso. À noite costumam ficar com os seios à mostra em pontos de no máximo três pessoas juntas, usam maquiagem mais pesada, salto alto, meia arrastão, cabelo solto e roupa mais chamativa, às vezes até alguma fantasia imitando couro.

Os motéis são considerados empresas parceiras de quem trabalha na região²⁹, primeiramente por terem surgido antes da prostituição do local e, segundo, pelo fato da prostituição gerar mais lucro a eles. Algumas informantes como Denise e Dani sempre ressaltaram o fato de que são autônomas, que elas são sua própria empresa e que os motéis são parceiros, oferecendo estrutura para quando elas estão na rua, banheiro, água, estacionamento para os seus carros e lugar para deixar bolsa, além de lugar para tomar banho e trocar de roupa. Em troca, elas levam os clientes para lá mesmo, já que os pontos são em frente. A média de preço por “momento” (cerca de duas horas) é de trinta reais e os motéis lucram com isso pois normalmente um programa dura entre 20 e 30 minutos. Somente no almoço que acabam usando o momento inteiro. O programa em si é descrito por um protocolo: beijo, sexo oral e o sexo anal, tanto ativo quanto passivo³⁰.

Vale ressaltar que o beijo só ocorre em caso que os homens são “*limpinhos*” e que não usam drogas. O sexo ativo não é muito apreciado, uma vez que ocorre o deslocamento de papéis: feminino para o masculino. Também evitam ejaculação no rosto ou no sexo oral, pois elas se sentem “suja”, além de precisar tirar a maquiagem para limpar. Ser objeto de desejo de homens é um marco da proximidade com o corpo feminino. Tanto Kulick (2008) quanto Pelúcio (2009) explicam o papel do cliente na constituição da travesti: são eles que legitimam quem é

²⁹ Insiro mais detalhadamente o papel do motel no capítulo seguinte no tópico “O mundo do meio”.

³⁰ No próximo capítulo abordarei com mais detalhes como é realizado o programa, perfil do cliente, custos entre outros pormenores que fazem diferença no trabalho delas.

mais procurada e, logo, quem está mais próxima do feminino. Os homens potenciais clientes representam a troca e o potencial monetário, mas carregam também a possibilidade da violência. Contudo, homens que praticam violência raramente são clientes, as agressões ocorrem mais por parte de homens que vão para o Zero premeditando a violência. Os clientes podem reagir com violência caso a travesti furte, se negue a buscar drogas ou aja de violência primeiramente.

Dessa maneira, entre o vai-e-vem do fluxo objeto de desejo/ programa/ receber dinheiro/ usar o dinheiro para modificações corporais/ ser mais reconhecida como objeto de desejo/ fazer mais programas e por aí segue, que os corpos vão se tornando mais inteligíveis a quem passa na rua, vão sendo concebidos como aquilo que se produz como reconhecimento das normas sociais vigentes, tornando-se a condição de reconhecimento como pessoa, materializando o simbólico no corpo físico e marcando o gênero (BUTLER, 1993). Por isso, adiante apresentarei um pouco mais desses corpos que ocupam e performam no Zero.

2.4 A história de um corpo não é completamente narrável

Esse tópico servirá para abordar principalmente as teorias sobre gênero e as narrativas sobre a construção do próprio corpo, de maneira mais individualizada durante a pesquisa. Esse excerto inclui histórias e narrativas sobre situações vividas na rua e durante a vida, em sua transição e construção do corpo. Enquanto no momento anterior, estava atenta ao de “longe e de fora”, falando sobre a cidade, estados e locais, agora me proponho a apresentar o “de perto e de dentro”, no sentido proposto por Magnani (2002), dando voz aos sujeitos dessas narrativas que constituem o todo da pesquisa, o qual não faria sentido nessa localidade, sem a devida singularidade dos sujeitos que habitam esse local. Judith Butler (1993, p.160) em “Corpos que pesam” escreve:

Se o gênero é uma construção, deve haver um Eu ou um Nós que executa ou desempenha essa construção? Como pode haver uma atividade no ato de construir sem que pressuponhamos um agente que precede e desempenha essa atividade? [...] o “eu” não precede e nem segue o processo desse generificação, mas emerge apenas no interior das próprias relações de gênero e como matriz dessas relações.

Esse tipo de afirmação só demonstra a necessidade de mostrar a narrativas sobre si mesmas que as travestis contam. Como as relações são precedidas pelo gênero e, mais ainda no

caso delas, seres que são “apropriadamente”³¹ generificados e que possuem sua humanidade questionada por isso, pelo estigma dessa inapropriação do gênero. Isso aparece na maioria das ofensas que as travestis escutam diariamente, na rua fazendo ponto, na pensão onde moram (vindo de outras travestis), em lugares públicos, de seus clientes e de outras figuras. São ofensas ligadas ao corpo, ao gênero e a sexualidade em todas as vezes. Não foram poucos os momentos em que estávamos no ponto e alguém passou xingando de “*bicha*”, de “*veado*” ou passava e parava para ofender mais diretamente, dizendo algo como “*você é uma aberração*” ou “*seu corpo é deformado*”. Nessas acusações percebemos que sempre se referem a um desalojamento do lugar “Ser Humano” das travestis.

Entre as próprias travestis, as categorias de acusação mais utilizadas são sobre o corpo e a beleza, normalmente algo do tipo: “*seu cabelo é ruim*”, “*bicha feia*”, “*parece homem*”, que também se referem a insultos quanto ao gênero feminino não alcançado, do corpo não inteligível. Conta Dani Veyga sobre sua própria história que replica tantas outras ao mesmo tempo. Inicialmente se travestia somente para ir às baladas, depois isso se estendia ao ponto de prostituição em Cuiabá para ganhar dinheiro suficiente para comprar a bebida para as festas: “*Eu ia para o ponto até ganhar meus oitenta reais por final de semana e estava ótimo. Era o suficiente para comprar bebida e me manter nas festas. Eu tinha por volta de 15, 16 anos, e ficava num ponto com mais duas monas na época*”.

Esse início do “travestismo”³² é relatado de maneira semelhante por outras travestis. Inicialmente, eram adolescentes homoafetivos e um pouco afeminados, usavam roupas que misturavam o masculino e feminino: uma calça mais larga com uma blusa mais justa ou o contrário. Se interessavam por maquiagens e pelas cantoras que são consideradas “divas do pop” – requisito essencial para ser considerado gay nesse contexto. Contudo, essa identidade e a autodenominação como travesti chegam através de algo que Larissa Pelúcio (2009) e Benedetti (2005): através do reconhecimento do corpo de outra travesti.

O corpo, segundo Weeks (1995, p.90) “é visto como a corte do julgamento final sobre o que somos ou que podemos nos tornar”. Aparentemente é sobre o corpo que se deduz uma identidade de gênero, construímos como maneira de adequação aos valores estéticos, morais. Essa adequação segue uma hierarquia, uma ordem, classifica os sujeitos e os coloca em

³¹ Na tradução utilizada, o termo “apropriadamente” aparece como um quase sinônimo de “impróprio”, contudo, não se trata do estigma que o termo “impróprio” carrega, pois isso abarcaria a construção do que seria um gênero apropriado. Diria apenas que se equivale a uma maneira “não própria” de generificação.

³² Coloco o travestismo com o mesmo sentido usado pelas informantes: início da transição entre ser gay e reconhecer-se como mulher travesti.

determinados lugares e espaços sociais. Para Louro (2016) os corpos não são tão evidentes quanto pensamos, não são tão óbvios ou tão naturais, pois são significados pela cultura e modificados por ela. Para as travestis isso se torna bastante presente pois uma modificação corporal pode abrir ou fechar espaços de sociabilidades e pode inclusive salvar sua vida de alguma agressão ou violência.

Weeks (1995) explica justamente que o corpo, sendo os lócus do gênero e da expressão da sexualidade, não se torna simplesmente uma categoria analítica, mas sim representante de um padrão de demonstração de poder. No caso das travestis, isso encontra-se para além do padrão de expressão do gênero feminino heterossexual: apesar da busca pelo corpo feminino, a vagina não é uma definição do gênero. Essa discussão sobre o corpo torna-se possível apenas mediante um contexto histórico escolhido, pois normas, sociedade, discursos legitimados sobre os corpos mudam constantemente: “Uma norma talvez não necessite de uma definição explícita; ela se torna quadro de referência que é tomado como dado para o modo com pensamos; ela é parte do ar que respiramos” (WEEKS, 1995, p.62)

Essa norma que não necessita de definição explícita é corroborada hoje pelo discurso da biologia. Contudo, Laqueur (2001, p.23) explica que o sexo biológico que tomamos hoje como “a verdade sobre o corpo” não passa de mais uma das marcas culturais, uma vez que “o corpo está tão profundamente ligado aos significados culturais que não é acessível sem essa mediação”, ou seja, até as diferenças naturais são originalmente culturais. Isso demonstra algo semelhante ao conceito de inteligibilidade do corpo em relação ao gênero para Butler e de “passabilidade³³” para as travestis.

A maioria das travestis que são nascidas entre a década de 1980 e 1990 não sabiam o que eram travestis quando pequenas. Nunca haviam visto uma travesti na rua ou em qualquer espaço público, somente quando começaram a frequentar festas LGBTs, nessa época esses eventos se restringiam a alguns bares em Cuiabá e festas, onde ocorriam os primeiros contatos com outras formas de expressão do gênero. É na rua, vendo o corpo de outra travesti que realmente ocorria uma identificação. Após entrar para os grupos LGBTs da cidade é que a prostituição entra como opção e a revelação à família sobre orientação sexual e gênero também, sendo esse um dos principais motivos para saída de casa e posterior entrada na pensão de uma

³³ Conseguir frequentar lugares públicos sem ser reconhecida como travesti, nesse caso, passar pelas situações como uma “mulher normal”.

travesti mais velha, que também fará o papel daquela que deve ser respeitada e que ensinará as coisas sobre “*o mundo de fora*”.

Conforme Pelúcio (2009) explica em sua etnografia e que se vale para esse contexto, uma travesti se faz vendo outra travesti, nas ruas ao trabalhar e na pensão com a figura da Dona da pensão. É interessante perceber que essa “ida à rua” para prostituição se dá inicialmente para sustento das saídas noturnas e estende-se posteriormente para o sustento da vida. Quando a pergunta dentro da pesquisa se volta para o início da prostituição a resposta sempre veio de maneira muito semelhante: “*eu já dava para todo mundo, saía com um monte de garoto na balada. Agora eu só ia começar a cobrar*”.

Contudo, a ressalva sempre se fazia por elas quando esse era o assunto: esse modo de operar em relação a descoberta do travestismo se deu na época delas, e que isso não vale para os adolescentes de hoje, já que a mídia e as redes sociais, juntamente com as pesquisas e as publicações acadêmicas, estariam fazendo esse papel de mostrar essas outras expressões do gênero sem que necessariamente precise do reflexo de outra travesti para descoberta. Isso inclui também as novelas, canais do YouTube com protagonismo de pessoas Trans.

Chamo de “descoberta” do gênero pois é assim que elas falam sobre si. Apesar de recorrer ao passado constantemente como explicação de alguns comportamentos, como gostar de vestir bonecas, serem delicadas com a manipulação de objetos, desde a infância, não existia uma consciência de que isso era se ver como mulher e que hoje, o sentido é dado como explicação de que “*sempre foram assim*”, mas que só descobriram ao entrar para prostituição, ou momentos antes – nas baladas LGBTs, como comentou Lilith anteriormente.

Isso se dá justamente por essa “insistência dominante na estabilidade dos corpos, no corpo como um fato e na transmissão de informações óbvias” (BRITZMAN, 2016, p. 87). Recorrer ao passado na tentativa de explicar-se sobre aquilo que existe antes da inteligibilidade do corpo é um recurso e uma maneira de proteger-se frente aos ataques transfóbicos. Usando da mesma estratégia essencialista que a biologia se utiliza como detentora da verdade sobre o gênero, o “nascer assim” faz com que o sujeito não seja responsabilizado pela construção do seu gênero e pela fluidez de sua sexualidade no transcorrer da vida, deslocando isso da cultura e do social para o biológico e incontrollável. Dentro dessa situação, existe um paradoxo que permeia a linha tênue entre o gênero ser construído e agenciado quando se trata do corpo, mas que seu correspondente psíquico anterior seria inato e incontrollável.

Don Kulick (2008) compreende as travestis como seres únicos, que se colocam no gênero feminino e em determinados momentos elementos da masculinidade tendem a aparecer. As travestis seriam então, a junção das melhores características masculinas e femininas. Por conta disso, atributos femininos como ser sensível, passiva, e frágil não cabem na personalidade das travestis. A força física, a frieza no envolvimento com cliente, são os aspectos masculinos e são extremamente importantes, pois são formas de assegurar-se tanto no que diz respeito as brigas, quanto a não se frustrar criando relações emocionais com os clientes. Apesar disso, alguns clientes estabelecem algum tipo

Essa identidade também sofre variações quando estão aprendendo a ser prostitutas: na cidade não devem chamar tanta atenção, no Zero precisam ser mais espontâneas, saber conversar sobre diversos assuntos para fidelizar o cliente, estar atenta ao preço das drogas, desenvolver habilidades de negociação e de performance. A identidade de “prostituta” está muito atrelada a construção do “ser travesti”, como mencionado anteriormente, pois são os clientes que reificam a posição feminina delas: eles não se sentem homossexuais ao penetrarem uma travesti pois ela é identificada como mulher, então, o sexo anal com uma mulher cisgênero ou uma travesti está na categoria “heterossexual”, o que validaria mais ainda o próprio gênero feminino das travestis. Isso de fato, não ocorre na prostituição de mulheres cisgênero, uma vez que a identidade de gênero não está em jogo.

Todo esse aparato de regulação de gênero pode ser percebido pela narrativa de Dani Veyga sobre sua trajetória como travesti: “ *meu corpo todo foi feito. Não existe absolutamente nenhuma parte natural, que ficou do jeito que nasci. Tudo o que você tá vendo sofreu intervenção de alguma maneira. Eu tomei consciência de que era mulher somente quando vi outra travesti e continuei a convivência, mas quando passei a pensar melhor sobre minha vida, lembrei de momentos da infância que eu gostava de brincar de boneca e de vestir roupas de mulheres. Minha alma sempre foi feminina, eu já nasci com alma de mulher, só demorei para perceber, mas puxando no passado as coisas sempre passam a fazer mais sentido*”.

Os clássicos antropólogos como Mauss (2003) já refletiam sobre as técnicas corporais que serão úteis para compreendermos a *performance* de gênero, proposta por Judith Butler (1993), e sobre a construção do corpo masculino e feminino, tão marcado quando se trata de Transexualidade. Em seu ensaio “Técnicas Corporais”, Mauss (2003) explica como o corpo é construído e se constituiu numa via de mão dupla em relação a cultura. A ênfase do autor recai principalmente sobre o fato de que o próprio corpo se torna um instrumento dos ritos, e não apenas como uma incubadora e mera representação da cultura. Chama de técnica um ato

tradicional eficaz, o que compreendo que pode ser estendida a produção do próprio corpo que será codificado como masculino ou feminino.

Jeffrey Weeks (1995, p.48) ao dizer que “o sentido que damos aos nossos corpos e suas possibilidades sexuais tornam-se de fato uma parte vital na nossa formação individual, sejam quais forem as explicações sociais, nos faz compreender que é no corpo que o gênero se instala, juntamente com uma variedade de práticas sociais, o controle dos comportamentos sociais e principalmente um meio de circulação do poder, o biopoder. Com Foucault (1977), compreendemos como o poder circula, não apenas de modo impositivo, mas também de modo “positivo”, com prescrições do que é adequado ou não, como forma de controlar os corpos e aqui, uma interpretação possível, a prescrição das técnicas corporais descritas por Mauss, tornam-se um dispositivo importante.

Foucault (1977) não compreende que haja apenas um discurso sobre o sexo, mas uma multiplicidade que se expande a “teologia moral” que pretende realizar suas prescrições sobre a sexualidade. São discursos coercitivos, prescritivos e circulação de poder. A sexualidade precisa ser pensada de um jeito que fosse economicamente útil dentro do sistema, mesmo que a mesma se tornasse uma sexualidade periférica composta de inadequações morais. As travestis são contempladas por esses discursos, uma vez que as divisões claras entre transgeneridade e travestilidade possui um caráter moral.

Essas questões de autodenominação entre travesti e transgênero, que são abarcadas pela terminologia “trans”. No Zero, as travestis dizem que não existe nenhuma mulher transexual, pois o pênis é importante para o trabalho e que a mulher transexual teria justamente essa abjeção ao órgão, uma repulsa ao ponto de pensar em cirurgia e que elas lidam bem com o órgão e tranquilamente se compreendem como mulheres sem precisar nem pensar em cirurgia, sendo essa algo que não se passa nem como hipótese. Quando comentam sobre o que é ser travesti, em muito aparece que elas se pensam assim: “*na cabeça da travesti, a gente se pensa assim*”. Isso também mostra que “a cabeça da travesti” é diferente da “cabeça” das outras pessoas que constituem os gêneros binários.

Isso aparece em falas pontuais de Dani e Ariane que, em muitos momentos disseram que são travestis e se entendem assim, pois a diferença com a mulher transexual estaria ligada necessariamente ao uso do pênis ou a abjeção do órgão e que as outras travestis menos estudadas, que usam drogas ou remédios, não teriam um conceito sobre o que é ser travesti ou a diferença entre travestis e transgêneros em sua cabeça. Por esse motivo, não teriam uma

narrativa sobre si que seria coerente. Em dado momento, Ariane diz que “*ser travesti é um ato político. É não entrar na caixa do que é ser feminino na sociedade e romper padrões e paradigmas sobre gênero, sexualidade e corpo*”.

Mas, quem diz o que é ser travesti e o que não é (como por exemplo, as bichas que se travestem e, contudo, não são consideradas travestis pelas tops, nem são reconhecidas como) são as travestis mais antigas e as travestis com maior poder aquisitivo das ruas das tops, por isso nas conversas em campo, existia sempre a reiteração de que as travestis de periferia não saberiam conceituar o que significa “travesti”. Afinal, quem diz o que é ser travesti, são sempre elas, as tops que usam do conceito de travesti como fundo político.

Contudo, como essas travestis em específico possuem acesso maior aos lugares da cidade e têm maior “passibilidade”, nesses espaços que não considerados propícios para público LGBTs elas se apresentam como “trans”, pois isso deixaria a dúvida entre serem transexuais ou serem travestis. A identidade “trans” acarreta um pouco menos de preconceito do que a identidade travesti, que é sempre associada à prostituição. Já em lugares em que existe mais circulação de gays e lésbicas, elas assumem a identidade travesti e a performance esperada de travestis em locais em que se sentem à vontade: chamar mais atenção com roupas, sapatos, conversar alto, usarem a linguagem comum (o Pajubá) e principalmente serem jocosas e fazer piada de absolutamente tudo.

Berenice Bento (2009) escreve sobre a abjeção aos órgãos que denunciam o “verdadeiro” gênero. Como se o gênero, sexualidade e corpo estivessem que estar numa completa consonância, como Judith Butler (2014) explica: uma linearidade, um *continuum*³⁴ lógico entre corpo resumido ao genital, pênis ou vagina, sexualidade homossexual ou heterossexual e o gênero feminino ou masculino. A mulher trans, principalmente no que concerne a própria autodenominação de “mulher trans homossexual”, rompe essa tentativa de continuidade. Isso acontece, pois, as travestis conversam e se colocam sempre no gênero feminino, para referir-se a si mesmas e preferem ser chamadas assim sempre, no feminino.

Contudo, quando se trata da orientação sexual, dizem ser “gays” ou homossexuais – mas aqui ressalto que, quando se dizem homossexuais, referem-se a ficar com homens. Denominamos essa situação de “heterossexualidade compulsória” (RICH, 1982) que, apesar de

³⁴ A palavra foi escolhida por mim, uma vez que para explicar as intersecções propostas, acredito que *continuum* seja a mais adequada. Uma ideia de continuidade que pode ser quebrada, e não só de obrigatoriedade que Judith Butler propõe.

referir-se a lésbicas nesse contexto original, contribui para uma reflexão acerca do panorama geral que esse conceito pode ser aplicado.

A heterossexualidade compulsória aparece principalmente no que se refere a orientação sexual, uma vez que parte de que a heterossexualidade é necessária para procriação, logo, um relacionamento no qual as genitálias são iguais (dois pênis ou duas vaginas), e não reprodutivos, trata-se de um relacionamento homoafetivo. Então, apesar do gênero ser masculino ou feminino, a genitália é tomada como o todo nesse caso. Assim como Bento (2009) explica em suas pesquisas com mulheres trans, o órgão sexual é tomado como essência, fazendo com que a pessoa seja reconhecida por isso e que apesar de todas as transformações possíveis, se trata de algo acabado e imutável. Colocando isso juntamente com o fator da heterossexualidade compulsória, temos um grande regulador social por trás do motivo das travestis se considerarem homossexuais, apesar de serem do gênero feminino e relacionarem-se com homens.

A questão da homossexualidade é uma das principais dentro desse trabalho, uma vez que o início de todo o rompimento familiar e a ida para a pensão se dá no momento de assumir-se homossexual para família. Após esse momento, que não necessariamente precisa ser um rompimento drástico com a família, mas a falta de identificação com eles juntamente com o juízo de valor, vai gerando um afastamento gradual do membro da família que se reconhece gay.

Essa narrativa, mais ou menos comum nesse meio, revela um dispositivo anterior, um conjunto de normas socializadoras (BUTLER, 2017, p.23), a autora segue dizendo “*contar uma história sobre si não é o mesmo que dar um relato sobre si*”, pois é somente quando estamos em frente ao “tu”, quando alguém nos pede um relato sobre nós mesmos, que a narrativa sobre sua própria vida aparece para além da história. Essa narrativa conecta instituições como família, escola e outros atores sociais com os marcadores corporais e mudanças de subjetividade. Contudo, todos esses dispositivos são anteriores ao próprio eu que emite o relato sobre si, ou seja, o relato de certa maneira é anterior à própria história de vida. Por isso existem componentes explorados aqui que apesar de fazerem parte de uma história de vida singular, correspondem inevitavelmente a uma estrutura anterior comum que regula alguns acontecimentos recorrentes à maioria das travestis. Nas palavras de Judith Butler, “o que posso ser, de maneira bem literal, é limitado de antemão por um regime de verdade que decide quais formas de ser poderão ser reconhecíveis ou não reconhecíveis” (2003, p.35).

Esses relatos sobre si são narrativas de vida, que englobam em sua maioria, cenas de violência e de afastamento da família e da escola, a construção do corpo e do gênero. Os relatos sobre si mesmas estão sempre em construção e desconstrução. Algumas partes, principalmente quando se trata da descoberta da sexualidade e com os processos de mudanças corporais, percebemos um vácuo na narrativa: *“eu simplesmente fui me envolvendo com o pessoal da rua e percebi que eu era travesti, e não um gay afeminado.”*

O ser “gay afeminado” é o primeiro passo para expulsão da escola e de casa. Depois, a história segue com o encontro do final da adolescência e o desemprego, que culminam na procura da prostituição e da pensão. Depois disso, a mudança corporal para travesti. Até a ida para a pensão, não existe um conceito ou desejo de travestilidade, apenas um gosto peculiar por coisas femininas e a homossexualidade. Até que se é despertado para travestilidade ao ver outra travesti. Algumas travestis inclusive explicam que essa é a diferença crucial entre elas e mulheres transexuais: as mulheres transexuais sempre souberam no fundo que são mulheres, já as travestis foram ensinadas a ser uma mulher.

A partir disso, existe uma “opacidade” no relato sobre si mesmo, independente de qual seja o cerne do relato: corpo, gênero ou identidade. O que Judith Butler (2017) chama de “violência ética” é justamente cobrar que os sujeitos manifestem e sustentem suas identidades pessoais o tempo todo, sob pena de serem contraditórios ou no caso das travestis, acusadas de serem homens quando algo do masculino escapa e são penalizadas com acusações de que não existem travestis, existem homens que se travestem. Essa opacidade ocorre consigo e com os outros, não só as pessoas que precisam reafirmar constantemente seu gênero, mas aquelas que possuem corpos inteligíveis também.

Dar um relato sobre si é tentar juntar esses pedacinhos de história de vida e transformá-los em uma narrativa, o que necessariamente é realizado na presença do outro. Essa presença do outro está ligada à cobrança de um relato em linha reta, um “fio conceitual” (BUTLER, 2017, p. 90), assim como essa dissertação junta as informações que não ocorrem de maneira sincrônica, mas que procura junta-las nesse fio conceitual. Contudo, a vida não ocorre de maneira narrativa, por isso existe essa opacidade no relato sobre si, assim como existirá nesse trabalho um espaço de opacidade.

3. TERRITÓRIO, SOCIABILIDADES E FLUXOS

Partindo da mancha de prostituição que o Zero representa, o intuito desse capítulo são abarcar outras sociabilidades e redes sociais que se estabelecem a partir da prostituição no Zero de Várzea Grande, a conexão com o restante da cidade e com Cuiabá, ampliando os horizontes sobre os atores que se encontram nessa narrativa. Também abordarei outros espaços de sociabilidades que essas pessoas ocupam na Baixada Cuiabana e suas conexões com algumas cidades do interior também serão inclusas. É importante pensarmos aqui em como as duas cidades se juntam nesse circuito: as travestis trabalham em Várzea Grande, mas, moram em Cuiabá, tendo a cidade como ponto de encontro para a maioria das festas LGBTs. Por isso as duas cidades ao mesmo tempo que são distintas, fazem parte de um vai-e-vem diário das travestis.

O primeiro tópico que apresento é justamente “Para além da prostituição”, no qual descrevo um pouco da minha entrada e saída de campo, justamente por terem sido influenciadas pelas redes sociais estabelecidas por mim e posteriormente direcionadas pelos meus informantes. Nesse tópico, as travestis também relembram a importância das redes que estabeleceram anteriormente ao Zero e um pouco de suas histórias, relacionamentos familiares e escolares. Buscando espaços de sociabilidades na cidade que são simbolizados como espaços propriamente LGBTs, uso de algumas falas de informantes para descrever o “*mundo de dentro*”, que está ligado a como elas enxergam o “pedaço” do Zero, “*o mundo lá fora*” que são significados pelas pessoas que não são travestis e pelos espaços que não são propriamente LGBTs³⁵ e o “*mundo do meio*”, que corresponde ao encontro desses mundos: o motel. Para reflexão desses “mundos” – que incluem espaços, territórios, pessoas, relações, identidades e performatividades- usarei Michel Agier (2011), Judith Butler (2017) e Bruno Latour (2012).

Ultrapassando os limites do Zero, aqui trazemos os espaços urbanos e seus fluxos e, por conseguinte, a ocupação dos espaços virtuais. Como no capítulo anterior tratei especificamente do território de prostituição, neste abordo as teorias sobre a cidade, fluxos e redes, sendo para além do espaço físico da cidade, o espaço virtual de sites de acompanhantes. Juntamente com essa análise da categoria “cidade”, trago a reflexão sobre as redes estabelecidas na cidade que

³⁵ Significa espaços que não foram criados especialmente para esse público, sendo mais frequentados por homens e mulheres cisgênero e heterossexuais.

representam as pessoas “*do mundo lá fora*”, os circuitos feitos pelas travestis na cidade. Para isso utilizarei Marcus (1991), Magnani (2002; 2003; 2012), Agier (2011), entre outros.

Esses outros espaços urbanos são percebidos através de uma perspectiva semelhante à de Perlongher (1993): lugares e categorias não se apresentam de maneira fixa, de maneira exclusiva, na verdade se trata de uma rede circulatória, evocada pelos espaços ocupados e redes de sociabilidade estabelecida. Em parte, isso já foi apresentado quando comento do Zero e depois como elas se apresentam. Contudo, o foco desse excerto se trata muito mais nas categorias autoaplicadas nos fluxos urbanos e nas sociabilidades que evocam essas categorias.

Partindo do “de longe e de fora” (MAGNANI, 2002) que representa a cidade, num movimento de “zoom” explico mais detalhadamente sobre o “mundo de dentro”, no qual as travestis se inserem e estabelecem relações interpessoais, tanto com outras travestis quanto com seus familiares. Nesse contexto, a identidade de gênero é sempre colocada em dúvida quando se estabelecem relações, pois a todo momento seus corpos atraem olhares das pessoas, onde quer que passem. A temática “gênero” é algo recorrente em suas vidas, seja para trabalhar ou simplesmente para existir no meio social, iniciando pela incompatibilidade que existe entre os documentos e o nome social, passando pela aparência, roupas, delimitando inclusive o direito de ir e vir pré-estabelecendo quais fluxos são possíveis para as travestis na cidade.

3.1 Para além da prostituição

Ao estreitar relações com as principais informantes, percebi que apesar de estarem muito tempo de suas vidas diárias envolvidas com a prostituição, investindo boa parte do dia em se montar e a fazer ponto, existem momentos nos quais a vida das travestis não funciona apenas em função disso. Apesar de se construírem majoritariamente a partir da prostituição, não é só essa via de acessibilidade ao social e à construção do gênero que acessam: elas viajam, possuem familiares, amigos, vão em festas, shoppings, restaurantes e se constroem através desses espaços também. Essa sessão será dedicada a analisar e discutir sobre espaços da cidade onde elas estão acostumadas a frequentar e como ocupam esses espaços. Pretendo ater-me principalmente às redes que estabelecem na cidade e às estratégias de enfrentamento à violência, juntamente com mais algumas considerações sobre as redes estabelecidas entre elas e os outros.

Todas essas considerações serão feitas a partir da discussão da teoria de redes sociais utilizada por Barnes na década de 1950, como uma rede de relações “flexível e discreta em que os membros podem ou não conhecer e interagir entre si” (PORTUGAL, 2007, p.4). Podemos apreender diversos sentidos empregados, sendo desde uma configuração de vínculos pessoais, que se entrecruzam e perpassam as ações dessas pessoas até as instituições de uma sociedade. Sendo fluída e mutável com facilidade, quanto a própria rede social que também pode ser composta virtualmente, e ser analisada por várias dimensões: nível local ou global, como é o caso das notícias que atraem travestis de todo o país para o Zero, ou no nível local, as relações estabelecidas como meio de sobrevivência à transfobia.

Quando utilizamos o método de redes sociais como meio de análise de dados, Acioli (2007) considera algumas características importantes: o tamanho da rede, componentes, influência entre os componentes da mesma, a possibilidade de perceber a qualidade das relações (mais ou menos densas, simétricas ou assimétricas, possuem relações de poder e hierarquia). Uma rede com mais componentes, que circulam e se relacionam com outras redes, deve levar em conta o aspecto microssocial, de um território limitado como o próprio Zero, que aqui é relacionado ao conceito de circuito de Magnani (2012) que demarca locais e sociabilidades na cidade de Cuiabá, Várzea Grande e outras capitais, tanto entre seus pares quanto as relações com outras redes de pessoas.

Ao tentar marcar entrevistas ou conversas fora dali, mostravam-se resistentes, sumiam ou não respondiam mais as minhas mensagens. Isso me fez refletir sobre os motivos da pesquisa

estar parada. Como por exemplo, ao conversar comigo, estariam perdendo um programa, por trabalhar a noite elas vão dormir pela manhã, acordam depois das duas da tarde e já começam a se montar³⁶ e isso é uma rotina sem fim. O fato da pesquisa representar um meio que elas consideram oficial de informações, o imaginário de que pesquisas buscam “dados” – informações construídas previamente pelos interlocutores e que são dadas de maneira pronta ao pesquisador- é acionada nesse momento.

Portanto, Dani Veyga, que é a travesti mais instruída e costumeiramente dá entrevistas sobre o Zero para mídia, é “eleita” para falar com pesquisadores e todos os que procuram as informações consideradas oficiais. Logicamente, não só por isso, mas a questão da hierarquia do Zero também compreende que certas pessoas podem falar por outras e decidir quem fica em cada lugar e o próprio conceito do que é ser travesti e suas singularidades. Essas pessoas que devem ser porta-vozes também asseguram que as novatas não “falem demais” sobre as coisas que sustentam o Zero, fora o mercado sexual.

Nesse meio tempo, elas arranjam momentos para ir ao salão, sair com amigos, ir para alguma balada LGBT (é um comentário recorrente o “não gostar” de baladas frequentadas por héteros), ir ao shopping, à academia, enfim, frequentar espaços públicos um pouco fora desse círculo mencionado. Foi aí que percebi que a vida delas não se resumia a prostituição, mas que, os laços sociais sim, partem dos laços estabelecidos no Zero, uma vez que rompem laços familiares, mudam de cidade e encontram em seus pares a possibilidade de sobrevivência.

As redes que primeiramente estabeleci foram com pessoas da área da saúde do Consultório na Rua, que conhecem algumas travestis e que indicaram as que mais estariam abertas à pesquisa, e daí em diante foram se mostrando as afinidades e os distanciamentos entre elas: certos nomes evocam distanciamento. Um exemplo é a fala de Denise, que trabalha na rua das Tops: “ *Ah! mas você foi entrevistar fulana? Ela não sabe de nada...*”, ou em alguns momentos quando eu falava com Dani Veyga sobre entrevistar outras travestis: “ *mas elas não vão saber dizer direitinho como estou dizendo para você essas coisas. Na cabeça delas está tudo embaralhado, não está desse jeito claro, elas não iam saber passar as informações certinho igual estou passando...*”.

³⁶ Processo de arrumar-se para ir trabalhar no ponto. Isso inclui uma extensa rotina de cuidados para deixar o corpo o mais feminino possível, principalmente por haver mais concorrência. Isso inclui desde depilar-se, fazer cabelo e maquiagem, checar unhas e detalhes estéticos.

Essas interlocutoras trabalham na rua das “tops” e constroem uma autoridade tanto na hierarquia da organização espacial, quanto na pesquisa. Por várias vezes a pesquisa foi conduzida apenas pelas próprias travestis da primeira rua, algo que percebi somente após o afastamento necessário para escrita: muitas análises estariam vinculadas apenas ao ponto de vista dessas interlocutoras que se consideram as representantes de todas as travestis do Zero, uma vez que já passaram por todos os outros lugares (gay afeminado, bicha, travesti, travesti top) e, dessa maneira, possuiriam as informações de maneira mais completa que as outras. Essas travestis, que estão na rua das “tops”, assumem o papel de porta-voz para a categoria toda de travestis, inclusive, são elas que delimitam quem pode ser considerada travesti.

Esse tipo de cerceamento também ocorre como estratégia de enfrentamento e agenciamento. Se as travestis Tops que conduzem a pesquisa e a fala das outras também, são elas que se auto agenciam dentro do Zero, mesmo pagando para descer no ponto. Esse agenciamento é importante, pois a fama do Zero é um atrativo para pesquisadores de diversas áreas que adentram o território, perguntam o que bem entendem e nunca retornam com qualquer informação acerca da pesquisa. Elas se sentem, por mais uma vez, retiradas da autoridade sobre si para que outro detenha o discurso sobre sua própria realidade: seja o saber médico, seja o pesquisador, seja a dona da pensão ou a travesti Top que, que segundo as mais novas dentro do Zero, não as representa de fato.

Quando entrei em campo, era nítido que ao dizer o nome de certas travestis mais antigas evocava atenção e respeito, enquanto os nomes de outras travestis remetiam a um ar de deboche. E assim vão se estabelecendo as redes de contato: afinidade ou diferenciação. No Zero, a afinidade se encontra entre as travestis da mesma pensão e conhecidas de ponto, donos dos motéis que realizam acordos sobre a utilização do espaço como sócios delas, os distribuidores de drogas no Beco do Dragão e as donas da pensão. A diferenciação ocorre entre as mulheres cisgênero, os donos dos bares, os policiais e as travestis consideradas invasoras ou concorrentes.

Para além da sociabilidade estabelecida no Zero, as travestis possuem uma história de redes sociais anteriores. Os laços dessas redes anteriores iniciam-se primordialmente com os familiares na infância, estenderam-se à escola na juventude. Contudo, a evasão escolar é bastante evidente, uma vez que isso ocorre logo que iniciam a vida sexual e assumem-se gays. Elas comentam de uma forma geral, sobre deixar a escola antes de concluir o Ensino Médio e começar o trabalho de profissional do sexo por volta dos 16 anos de idade. Quando saem de casa, a casa da travesti mais velha vira sua segunda casa. Ali, as outras travestis formam uma espécie de “*tribo*” e tendem a proteger uma a outra nos espaços urbanos e a rivalizar com as

travestis de outras pensões quando no território de prostituição. Esse grupo tende a se unificar e a se conhecer, pelo menos por nome, formando o “*mundo de dentro*”.

O mundo “*de dentro*” também é constituído por essas travestis que vem de outras cidades, contudo, são mais pobres e trabalham numa região mais periférica do Zero quando vem do interior do Mato Grosso, enquanto as que vem de outras capitais acabam morando na pensão mais famosa e trabalhando mais ao centro, visto que também possuem já modificações corporais e são mais femininas. Esse mundo “*de dentro*” corresponde ao mapa (imagem 11) do capítulo anterior do Zero em suas ruas mais ampliadas e aos seus ocupantes: as travestis e gays, juntamente com a dona da pensão e as colegas que dividem o ponto e a casa e dependendo do contexto, estendem o “mundo de dentro” à comunidade LGBT.

O “mundo de dentro” existe com o objetivo de articulações para autodefesa das pessoas do “mundo de fora”, que inclui em sua maioria os clientes, os familiares e os lugares que não foram feitos para o público LGBT, sendo o representante maior de perigo e violência. Apesar de serem as pessoas que sustentam o “mundo de dentro” financeiramente, são eles (principalmente os homens) que devem ser combatidos. Para isso, as travestis lançam mão de várias estratégias de segurança, entre elas, fazer parceria com o motel. As travestis são as movimentadoras do Zero, uma vez que com o dinheiro do seu trabalho, acabam por consumir e gerar os comércios que ali se encontram. Os homens trazem o dinheiro, mas quem o movimenta dentro do Zero através dos mais diversos consumos, são as travestis.

Como já descrito, as travestis fazem ponto na rua, sempre perto de motéis o que facilita a ida até lá após negociar o programa. O motel torna-se então, o ponto de encontro entre o “mundo de dentro” e o “mundo de fora”. Não estendo o “mundo do meio” aos espaços urbanos nos quais travestis e homens e mulheres cisgênero se misturam, pois, os espaços urbanos não representam propriamente o perigo de agressão. Isso porque existe uma diferença: o homem que está no Zero pode representar mais perigo do que esse mesmo homem em outros espaços públicos, nos quais possuem testemunhas e sempre haverá alguém para ajudar a denunciar. A maioria das agressões ocorre, não de fato por clientes (salvo exceções mencionadas), mas por homens que vão até o Zero justamente para agredi-las, por vezes verbalmente, outras vezes fisicamente.

Por esse motivo, não incluo os espaços urbanos na compreensão de “mundo do meio” pois esse é compreendido como o ponto de encontro do fluxo centro/ periferia- um contrafluxo. Esse contra fluxo ocorre, pois, o fluxo comum que pensamos – e será abordado no tópico

“Cidades e fluxos”- é sempre no sentido da margem para o centro. As pessoas da margem que necessitam de algum serviço precisam se deslocar ao centro, enquanto esse contrafluxo faz com que as pessoas do centro se desloquem até a periferia em busca do serviço oferecido no Zero: prostituição e compra de drogas.

Enquanto o tópico do “mundo do meio” refere-se aos contrafluxos, os dois últimos tópicos dedicam-se a esmiuçar: tanto os fluxos urbanos, quanto os virtuais. Os fluxos urbanos trazem a discussão sobre a Antropologia Urbana e alguns autores clássicos que já foram também utilizados no decorrer dos capítulos e o tópico relacionado às performances virtuais que se liga mais direta aos usos das redes virtuais da internet como forma de territorialização.

3.2 O mundo de dentro

O mundo de dentro é o espaço de sociabilidade entre as travestis e que ora ou outra pode incluir outras pessoas da comunidade LGBT, dependendo de qual parte da cidade estamos falando. O intuito é de esmiuçar exatamente o “mundo de dentro” a partir da ótica das interlocutoras, vinculando as relações à performance que, por sua vez, estabelece a hierarquia interna. Também abordo as divisões internas e, principalmente, a vinculação das travestis à dona da pensão e à figura que ela representa no imaginário das travestis, a visão de violência e transfobia e conexões internas.

Esse circuito de sociabilidade, pensão-rua-motel-pensão, transforma-se numa microesfera social, “o mundo de dentro”. Bruno Latour em sua teoria de actor-rede (2012) aponta que os atores são capazes de desenvolver suas próprias teorias sobre a constituição social e o ator não é apenas um personagem presente na história, ali esperando para agir, mas é uma figura que existe somente pela via da ação: não existe ator sem ação. E nessa relação, objetos ou não-humanos também agem e constituem a rede, que, por sua vez não é apenas um emaranhado de causas e efeitos, mas sim, uma série de eventos distribuídos. O trabalho do pesquisador é tecer essa rede, uma vez que ela não está lá de fato, ela é a própria ação dos atores- humanos ou não. A rede não é um dado, é um método baseado nos rastros que os atores deixam em suas ações.

Essas teorias sobre a constituição social que os atores da rede desenvolvem são essenciais para que o antropólogo compreenda as categorias que seus interlocutores utilizam. O “mundo de dentro” só foi constituído porque anteriormente a ele existia um “mundo de fora” que representava violência. Para criar estratégias de segurança, juntam-se numa *tribo*. Ou seja, o mundo de fora existia antes do mundo de dentro e o mundo de dentro constitui-se assim como resposta e oposição, relacionando-se através da mediação constante de conflitos e troca de agressões e dinheiro.

Essa *tribo*³⁷ é composta pelas bichas, travestis mais periféricas, as travestis “tops” e ao máximo que uma travesti pode obter de prestígio no Zero: ser dona de pensão. Apesar de se considerarem próximas e ajudarem-se quando se trata de proteger uma a outra, dentro da hierarquia existe atrito, principalmente entre bichas e travestis por fazer ponto nas ruas boas, e entre as travestis invasoras, contudo, as interlocutoras nunca tocam nesse assunto para alguém

³⁷ O termo “tribo” é utilizado por Dani Veyga a todo mundo para referir-se as travestis que compartilham o mesmo território no Zero, e as vezes abrange outras pessoas da comunidade LGBT.

que é “de fora” pois isso indicaria uma fragilidade da organização interna, como Dani sempre disse “ *nossas brigas são só aqui dentro mesmo, lá fora nós protegemos umas às outras...* ”.

Em uma entrevista com Wanderley, ativista gay que participou da criação da ONG Livremente na década de 1990 ele contou um pouco mais sobre esse atrito: “*desde sempre elas tem essa rixa com as bichas e sempre vão ter, não adianta. É concorrência desleal. Agora, sobre mulheres... elas não gostam muito de se aproximar das mulheres cisgênero do Zero e mantém o círculo de amizade mais com quem é travesti do Zero. As bichas e as travestis feias, ganham mal e não saem para shopping ou lojas e para salão. É sempre sacoleira que vem com os looks para elas trabalharem. A própria travesti que sabe um pouco mais, que depila e faz a unha. Já as gatas são mais aceitas socialmente, pois são mais femininas. Elas sim saem de casa, vão no salão, no shopping, saem na rua, vão para as baladas LGBTs e até ficam com outras pessoas fora do trabalho mesmo*”.

Apesar do “mundo de fora” representar perigo, as tops ou gatas são as que mais acessam esse mundo pois elas são mais aceitas em espaços públicos, em grande parte por terem o corpo mais perto com o corpo feminino, um corpo inteligível. Algumas interlocutoras que trabalham na rua das gatas e frequentam algumas baladas LGBTs por várias vezes comentam que saem com homens fora do Zero e que já chegaram a namorar pessoas “do mundo de fora”, isso porque elas têm passibilidade, algo que pode ser pensado como forma de inteligibilidade. Ou seja, esse mundo não é fechado em si mesmo e quanto mais perto dos limites hierárquicos, mas fluída se torna o acesso ao mundo de fora e ele já não representa tanta eminência de perigo.

A inteligibilidade pode ser concebida como aquilo que se produz como reconhecimento das normas sociais vigentes, condição de reconhecimento como pessoa, materializando-se nos corpos e marcando o gênero (BUTLER, 1993). Já Britzman (1998) compreende algo semelhante a essa inteligibilidade, ao falar sobre o limite da materialidade do corpo: a insistência de corpos estáveis e portadores de mensagens que precisam parecer óbvias, num reconhecimento social. Essas informações “óbvias” que caracterizam um corpo generificado é o que Butler chama de inteligibilidade e que as travestis chamam de “passabilidade”. Ou pode ser percebido como uma política da existência e especificado dessa maneira.

Apesar disso tudo, os corpos não são tão evidentes assim como pensamos. São construídos e pensados como fonte primordial de diferenciação do que sou eu e do que é Outro, das ordenações e hierarquizações simbólicas. São investidos, ensinados, disciplinados, categorizados através desses marcadores culturais da diferença (FOUCAULT, 1997). Os corpos

não fazem sentido algum fora disso e não existem em outro local social se não o da inteligibilidade, apesar da sua materialidade. Não existe corpo fora de uma ideia e é justamente essa ideia que permite o acesso de uns a lugares na cidade e não de outros.

Enquanto isso, as travestis da periferia do Zero, aquelas que ainda não são tão inteligíveis no sentido butleriano, seguem suas vidas morando na pensão, comprando roupa de sacoleiras, indo ao mercado do bairro, chamando conhecidas para fazer cabelo e unha e frequentando baladas mais periféricas também. Aqui, da mesma maneira que o marco de passagem da periferia para a rua das tops, são as modificações corporais: injeção de silicone industrial nos seios e bumbum, colocação de aplique no cabelo, deixar as unhas crescerem, livrar-se do pelo com laser. Essas modificações além de possibilitarem a ascensão hierárquica, torna-se também o marco de passagem para frequentar lugares mais públicos, principalmente shoppings. Comprometer-se em ser travesti é fundamentalmente baseado nos procedimentos: quanto mais profundos e compenetrados nos corpos e quanto mais irreversíveis, próximo a feminilidade a travesti se encontra.

Essa “periferia da periferia” é um movimento que segrega e aglutina determinados corpos e envolve a classificação de pessoas dentro dessa microrregião do Zero. Como já mostrado no mapa do capítulo anterior, é possível fazer algumas colocações a respeito disso. As travestis que estão na primeira rua do Zero, possuem um acesso e possibilidade de ir e vir em qualquer lugar da cidade, tanto em Várzea Grande quanto em Cuiabá. A primeira rua do Zero é justamente conhecida assim por ser o “cartão-postal” da região, na qual sempre o trajeto pelo Zero se inicia. Já as travestis que estão na transição entre serem reconhecidas ora como bicha e ora como travestis, pouco acessam os meios de consumo, acabando saindo da pensão apenas para necessidades básicas e dando preferência a sacoleiras que possam vender roupas na própria pensão, a cabelereiras que possam ir até elas e alimentar-se no Zero mesmo, perto do ponto de trabalho.

Essas travestis e bichas mais periféricas costumam vir de outras cidades e estados, como citados e podem encontrar uma versão bem diferente do que a reportagem mostra ao chegar aqui. Há relatos de discussões e brigas, de violência física com a dona da pensão, muitas vezes é necessário buscar drogas ou traficar para clientes (práticas conhecidas como “aviãozinho” e “mula”) e, apesar disso tudo, essas travestis encontram nesse espaço da pensão uma comunidade de pessoas semelhantes, como disse Denise: *“Melhor ter vínculos aqui, apesar das ameaças, do que passar por preconceito e violência na rua sem ninguém”*.

Essas ameaças às quais ela se refere, são relacionadas aos próprios pares, ou seja, as colegas de pensão, as outras travestis que se prostituem ali e as próprias donas da pensão. As travestis periféricas e bichas vêm do interior do estado e de capitais do Norte e do Nordeste, majoritariamente negras, diferente das tops. Essas travestis e bichas dificilmente acabam virando tops pois são menos procuradas para programas, o que as leva a não ter dinheiro o suficiente para realizar as modificações corporais e as colocam na posição de levar e trazer drogas.

As travestis e bichas negras possuem majoritariamente problemas relacionados ao abuso de substâncias químicas em comparação com as travestis brancas e as que vêm do sudeste e sul do Brasil. Também são as travestis negras as maiores vítimas de violência da região. São elas as que mais morrem e um dos motivos é a localização que fazem ponto: perto das bocas de venda de drogas, longe de motéis que possuem relativa segurança e em lugares mais escuros e de difícil acesso. Elas já adentram no Zero em desvantagem: ser negra já é um fator suficiente para que hajam menos clientes³⁸. Elas são subjugadas a espaços mais perigosos, postas a fazer trabalhos mais perigosos como de buscar droga, ficam mais vulneráveis a doenças sexualmente transmissíveis e constituem mais da metade das travestis periféricas do Zero.

Essas ameaças internas são consideradas mais suportáveis pois “*o mundo lá fora*” (referindo-se ao restante da cidade) é muito mais violento do que isso. Por isso a questão principal está em defender-se fazendo aliança com seus pares, que oferecem segurança e uma possibilidade de constituir sociabilidades. Agier (2011) considera essa filiação por consideração como uma maneira de criar alianças e parentesco, sendo esse um tipo de filiação comum em ambientes urbanos que o autor nomeia de “parentesco espiritual”, que se assemelha muito ao parentesco por consanguinidade, mas nesse caso, a aliança é feita através da localização dos pares. O parentesco no meio urbano é descrito pelo autor como “um nível de organização social próximo ao indivíduo” (AGIER, 2011, p. 49). O autor também leva em consideração a diferença entre as pesquisas em etnologia e as pesquisas em cidades, uma vez que o conceito de localidade se altera. Enquanto a localidade, na etnologia estaria ligada a ancestralidade do parentesco, a localidade na cidade não necessariamente está ligada a ancestralidade, mas segue sendo reconstruída a cada nova experiência.

³⁸ Compreendo que exista uma discussão acerca da erotização dos corpos negros e da contrapartida da violência que os mesmos corpos sofrem. Essa discussão poderia enriquecer o texto, contudo, o que foi percebido no Zero enquanto etnografia, é que a erotização dos corpos negros não se torna um fator suficiente para que as travestis sejam procuradas. Ainda lhes são reservados os lugares de periferia e invisibilidade.

Apesar dessas ameaças internas e agressões físicas constantes, são as donas da pensão que custeiam seguranças particulares que passam o dia rondando a região onde as travestis trabalham e que notificam qualquer movimento diferente do comum. Isso incluiu certas vezes o Consultório na Rua e as atividades da minha pesquisa, quando fui convidada a me retirar da região pois estaria atrapalhando as atividades das travestis, representando uma ameaça a elas. Além disso, coisas que ocorrem na região (como o tráfico de drogas), ou seja, um símbolo “do mundo lá fora”, por motivo de precaução. Certa tarde fui acompanhar Denise no ponto dela e um desses seguranças chega até mim e diz “a senhorita não pode ficar aqui”, eu respondo: “Mas eu estou com a Denise, ela disse que poderia ficar e que não estaria atrapalhando o serviço dela nesse momento”. E ele em tom um pouco mais agressivo encerra a conversa: “Mas quem manda aqui não é a Denise, então peço que se retire”.³⁹

Em outra conversa sobre a dona da pensão, Ariane explica sobre a importância dessa figura e do “pagar para descer no ponto: *“mesmo eu não morando na pensão, eu pago para descer no ponto. Pago para dona do ponto, porque querendo ou não, é ela quem dá segurança para a gente. Se não fosse ela, o Zero estaria uma bagunça. Ela quem paga segurança particular para vigiar os pontos, que não deixa na maioria das vezes violência acontecer, que separa as meninas que usam drogas para longe dos pontos. Se não fosse a organização dela, aquilo ali ia ser uma bagunça, ia ser só o que todos os pontos de prostituição são no resto do país, violência e roubo. Nas outras capitais e até em Cuiabá, pessoal gosta de bater em travesti porque elas roubam muito os clientes. Aqui não, se furtarem alguém perdem o ponto. Por isso o Zero é conhecido no país todo. De dia e de noite, tem gente aqui”*”.

As travestis que vem de outros estados, principalmente do Sul e do Sudeste, já vm para o Zero com modificações corporais, por isso podem fazer ponto da rua das Tops, principalmente pelo fato de estarem ligadas a pensão de Rosa⁴⁰. Cada dona de pensão é responsável pelas suas travestis e pela região que elas ocupam. As travestis que não moram em pensões (casos bem raros) pagam para descer no ponto que está em determinadas regiões. O mapa a seguir demonstra a divisão das regiões por pensão e corresponde as respectivas donas.

Antes de analisarmos o mapa, é necessário esclarecer que se trata de uma divisão didática, que na prática não existe uma “linha reta que divide” tais territórios, existindo um constante fluxo entre as travestis que passam de uma à rua a outra, que fazem alianças para

³⁹ No próximo capítulo abordarei a questão da hierarquia, por isso não me aprofundo nesse fato nesse momento, apenas menciono como maneira de interligar “o mundo lá fora” com o mundo “de dentro”.

⁴⁰ Nome fictício para dona da pensão mais conhecida e que possui mais pontos no Zero.

ocupar determinadas ruas, que sobem na hierarquia pois vão realizando as mudanças corporais. Portanto, não devemos nos apegar a essas divisões que se tornam didáticas. O intuito é justamente demonstrar que existem territórios que estão sob responsabilidade de uma dona de pensão ou de donos de bares e que majoritariamente são ocupados pelas travestis que estão vinculadas a essas pessoas que são responsáveis.

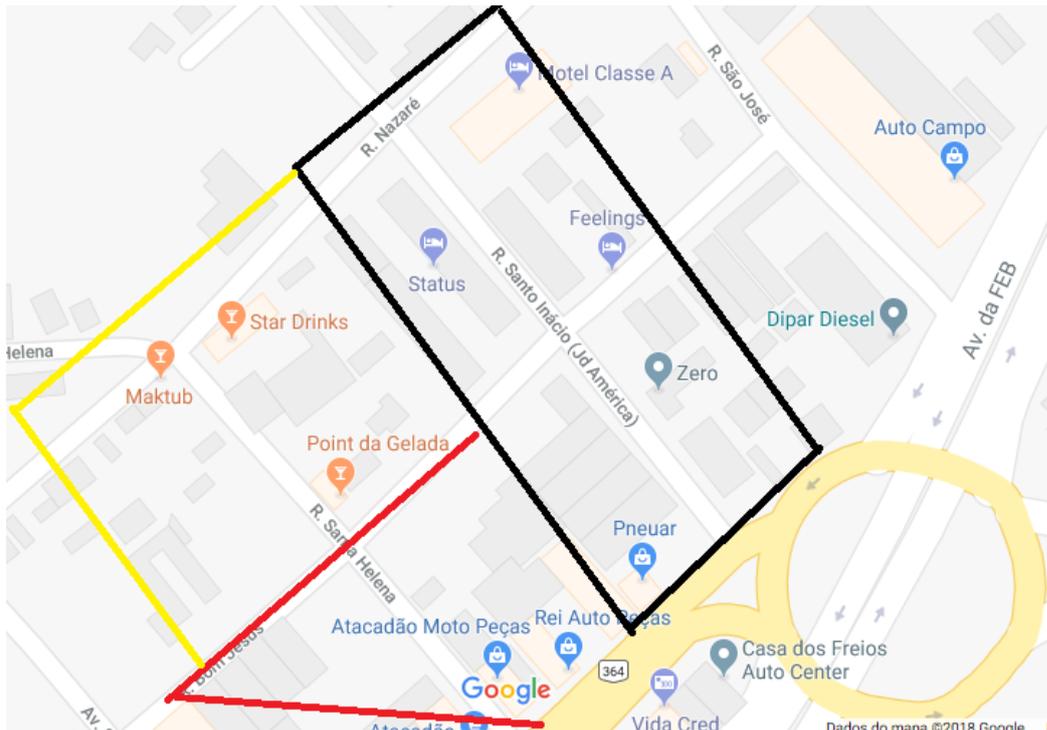


Imagem 12: Divisão do território por dona de pensão. Fonte: Google Maps.⁴¹

O contorno preto é em grande parte ocupado pelas travestis tops e algumas travestis que estão no fluxo entre a primeira rua e as margens. Esse espaço é sempre referido como pertencente a Rosa, que possui duas casas em Cuiabá que foram transformadas em pensão, nas quais a maioria dessas travestis moram, dividindo quartos entre 3 e 4 delas. Estima-se que elas paguem R\$80,00 a diária e que não têm acesso à cozinha e a água potável. Portanto, vivem de marmitas e tomando água da torneira para economizar na compra de água mineral. As travestis tops que possuem residência própria ou passam apenas temporadas no Zero, como o caso de Ariana, pagam para descer no ponto. Cláudia, assistente social do CRDH entre os anos de

⁴¹ Link para acesso: <<https://www.google.com.br/maps/place/V%C3%A1rzea+Grande,+MT/@-15.6377304,-56.1226243,17.79z/data=!4m5!3m4!1s0x939dadb18cb64935:0xfbb74bb1fac6cf4c!8m2!3d-15.646248!4d-56.1327131>>

2008⁴² explicou-me numa entrevista que existe uma bolha que propicia segurança a essas travestis ricas que se prostituem na rua das gatas. As travestis “tops” não sofrem a violência que as travestis pretas e pobres sofrem na rua, já que bancam residência própria, não correm tantos riscos de saúde pois também fazem plano de saúde.

O contorno vermelho está mais ligado as travestis “*pretas e pobres*”, vindas do interior do estado e as bichas que começaram a se travestir recentemente. Como a figura da dona de pensão entra como uma “mãe que oferece cuidados”, é na casa de Maísa que elas ficam incluindo as travestis que vem do interior do estado, podendo ocasionalmente ir para a rua das tops dependendo do quanto é considerada feminina e das alianças estabelecidas para o uso do espaço de Rosa, além dos fatores mencionados no início desse capítulo relacionados a raça.

Maísa é uma travesti antiga na região e identifica-se com as outras travestis por ser negra e vir do interior do estado, sendo que seu sotaque interiorano é muito conhecido por todos, e, por vezes, é usado como símbolo de chacota, pois representa para as demais donas de pensão e respectivas travestis que vivem juntas, uma característica caipira, de alguém sem classe e sem estudo. Já o território amarelo refere-se às mulheres cisgênero que se prostituem em frente aos bares, sentando em cadeiras vermelhas e amarelas nas calçadas –como já explicado anteriormente- sendo que os donos de bares que se tornam responsáveis por esse espaço. A estimativa é que cobrem de 20% a 30% sobre o programa que é tabelado entre R\$60,00 a R\$120,00.

É importante esclarecer aqui que em momento algum a dona da pensão foi comparada a uma cafetina ou agenciadora, inclusive há uma repreensão ao uso desses termos por parte das travestis. A dona da pensão que, ao mesmo tempo que oferece casa e segurança particular no Zero, acaba sendo a mesma figura que controla todo o território e que oferece certa segurança ao contratar seguranças particulares. Isso ocorre pois elas são vistas como pessoas que ajudaram elas quando mais precisavam: “ *A maioria é expulsa de casa e as donas de pensão abrem o coração e cuidam delas. Jamais podem ser confundidas com cafetinas. Não possuímos agenciadores algum, pois sempre trabalhamos para nós mesmas, sem nenhum tipo de mediação entre a gente e os clientes, muito menos pagamos qualquer tipo de porcentagem por*

⁴² O Centro de Direitos de Referência e Prevenção e Combate a Homofobia foi criado em 2007 como uma das primeiras políticas públicas voltadas para a população LGBT do Estado. Contudo em 2012 foi incorporado a Secretaria de Direitos Humanos, deixando de existir como uma rede própria. Com isso, a rede acaba perdendo sua força de atuação (ARAGUSUKU e LOPES, 2016).

usar a rua. Somos profissionais independentes”, comentou Daniela para mim, num tom áspero quando pergunto sobre agenciadores.

Em comparação ao estudo de Larissa Pelúcio (2009) com travestis que se prostituem, esse ponto também foi levantado durante a sua etnografia: as donas da pensão merecem ser respeitadas pois já fizeram ponto na rua e conquistaram esse espaço. Para isso, é essencial não roubar o ponto dela, pois isso geraria violência e inclusive ameaças de morte, segundo a pesquisa de Pelúcio.

Indo ao encontro do que Pelúcio (2009) mostra em sua etnografia, percebo algo bem semelhante no Zero: uma relação afetiva com a dona da pensão⁴³. Todavia, existe uma linha tênue que separa justamente a afetividade da agressividade: a questão financeira. Quando ocorrem atrasos no pagamento é bem possível que toda essa figura materna vire um potencial agressor, uma vez que as mesmas travestis que dividem a pensão estarão na rua juntas. A dona da pensão cria laços de parentesco por afinidade com as travestis, que se enxergam como irmãs. Como foi mencionado anteriormente por Agier (2011), o parentesco no contexto urbano se dá muito mais pela via de afinidades do que sanguínea. Com isso, a dona de pensão assume a figura de mãe, que ensina e educa, mesmo que por meios hostis. Por isso elas consideram a agressão das pessoas de fora da “tribo” como violência, mas das pessoas de dentro não, pois é o papel da matriarca ensinar, educar, impor limites pois se ela não o fizer, as pessoas de fora o farão e de uma maneira bem pior.

Por isso, virar dona de pensão é uma das perspectivas que se encontra mais próxima das travestis tops. Dani, uma das exceções do Zero por fazer faculdade, partilha desse mesmo planejamento: *“eu não penso em exercer direito, quero usar só pra causas das travestis. E o que me der dinheiro eu faço, seja no direito ou seja no Zero. No fundo todas as meninas aqui querem ser donas de pensão, o maior status que se pode alcançar”*. E essa hierarquia só é possível de alcançar a partir de um senso estético próprio.

Sobre o senso estético, Bourdieu (2006) explica como essa noção cria camadas que se distinguem e tornam-se hierárquicas, mesmo dentro de um grupo com estética tão singular, como nesse caso são as travestis:

Assim, a disposição estética é a dimensão de uma relação distante e segura com o mundo e com os outros que pressupõe a segurança e a distância

⁴³ Essa é uma diferença entre as pesquisas: enquanto as entrevistadas de Pelúcio (2009) usam o nome “cafetina” para referir-se a dona da pensão, as travestis da minha pesquisa jamais referem-se com essa nomenclatura e inclusive, acham ofensivo chama-las assim.

objetiva; a manifestação do sistema de disposições que produzem os condicionamentos sociais associados a uma classe particular [...] ela é também uma expressão distintiva de uma posição privilegiada no espaço social [...] como toda espécie de gosto, ela une e separa: une todos os que são produtos de condições semelhantes. (BOURDIEU, 2006, p. 56)

Essa “disposição estética” aglutina identidades e cria as camadas hierárquicas. Esses condicionamentos sociais significam uma ação condizente ao status- a dona de pensão deve ser toda transformada. A dona da pensão é a que possui mais respeitabilidade dentro da hierarquia e é a que mais se aproxima do mundo de fora, está próxima a “todos os que são produtos de condições semelhantes”, participando de festas, viajando, indo desfilar no Carnaval do Rio de Janeiro, mantendo carro e posses.

Essa disposição estética separa as camadas dentro do mundo de dentro de maneira incisiva. A dona de pensão é conhecida por todas, mas em raras vezes vai até o Zero, estando sempre no mundo de fora, compartilhando das disposições estéticas desse mundo. Já as travestis periféricas, em sua maioria negras são as que mais sentem a intolerância estética desde a sua entrada no Zero e todos os fatores mencionados anteriormente, reiterando o quanto “a intolerância estética exerce violências terríveis” (BOURDIEU, 2006, p. 57).

Essa intolerância é justamente a barreira que se estabelece entre as classes, estendendo nesse caso entre as camadas da hierarquia, como se essa diferença estética fosse natural aos que se aglutinam. Bourdieu (2006) chama isso de *absolutização da diferença*. A tomada de posição, que inclui a cosmética corporal, somente reforça a posição do lugar social ocupado, naturalizando as relações e as posições ocupadas pelas pessoas socialmente. A intolerância estética tem o poder de barrar pessoas de assumirem certas posições sociais e a ocuparem determinados espaços. No Zero, é visível a separação e a aglutinação de identidades semelhantes a partir do senso estético, principalmente no âmbito que Bourdieu (2006) explica como “cosmética corporal”.

Esse espaço ocupado por travestis negras, principalmente por essa absolutização da diferença, está sempre ligado aos lugares com menos infraestrutura, perto das bocas de fumo, longe das avenidas, em ruas de estrada de chão ou mesmo sem saída. É a parte mais vulnerável do mundo de dentro, ao contrário de uma disposição a pensar que as bichas que acabaram de entrar na prostituição seriam esse grupo. As bichas ainda moram com seus familiares, usam da prostituição para ganhar dinheiro para ir em festas e não dependem financeiramente dela para sobrevivência. Já as travestis periféricas dependem da prostituição para sobreviver e são fadadas a ocuparem espaços perigosos.

3.3 O mundo de fora

Após entendermos a visão do “mundo de dentro”, podemos começar um afastamento buscando a compreensão do “mundo de fora”. Primeiro, é necessário explicar como surgiu a metáfora do “mundo de dentro” e “mundo de fora”: estava conversando com Dani e Ariane um dia a tarde no Zero, quando entramos no assunto “dona da pensão”. A partir da fala mencionada no tópico anterior, compreendi o que o mundo lá fora significava e que “o mundo de dentro” surgiria em oposição a esse. Ou seja, o mundo de fora existia muito antes do “mundo de dentro”, que justifica sua existência por proteção e segurança. Logo, falar de “mundo de fora” requer que em certas partes, voltemos ao “mundo de dentro”, afinal são as componentes dessas relações que compõe o pedaço das travestis, que categorizaram os indivíduos como de dentro e de fora. Logo, esse tópico trata justamente da visão delas a respeito desse mundo.

O “mundo de fora” inclui todas as pessoas heterossexuais e cisgênero, juntamente aos espaços frequentados massivamente por essas pessoas. E isso incluía a mim. Assim como o mundo de dentro é hierarquizado, o mundo de fora também é. As pessoas que mais entram em contato com elas e que mais representam perigo são os homens que vão até o Zero, sendo clientes ou não, enquanto as outras pessoas que compõe o espaço urbano também são do mundo de fora. Mas não é a essas pessoas que a dona da pensão se refere quando diz “*se eu não educar você agora, você apanha do mundo lá fora*”, mas aos homens. Por isso nesse tópico, é a eles que sempre me refiro.

Dentro do Zero, minha presença sempre foi questionada na medida em que a pesquisa realizada por alguém do “mundo de fora” não teria a representatividade de uma pesquisa feita por uma travesti e sequer poderia mostrar a realidade do mundo dentro de maneira fidedigna. A questão que levou a esse pensamento foi a quantidade de vezes que comparavam essa pesquisa a pesquisa realizada por Mariana⁴⁴, mulher transexual que concluiu recentemente o doutorado sobre política com ênfase na ação do Estado em relação as travestis, pesquisando inclusive no Zero. Por esse motivo, a pesquisa não era vista por elas como algo que realmente trataria de sua realidade, afinal, eu não era uma nativa. Nesse sentido minha pesquisa não representaria mais que alguém que está “de longe e de fora” (MAGNANI, 2002) e não traria, de acordo com elas, a representatividade esperada, ou seja, o lugar de “fala” delas estaria mais uma vez assujeitado a outra pessoa.

⁴⁴ Nome fictício. Como não tive contato direto com ela e sabendo de sua posição política como transexual a respeito de pesquisas sobre travestis realizadas por cisgêneros, optei em preservar seu nome.

Através disso, podemos perceber o quanto a discussão acerca da autoridade etnográfica se faz necessária ainda. Apesar de ser uma temática discutida há várias décadas, existe sempre um certo apelo que o antropólogo deve fazer ao explicar sobre qual ponto de vista se propõe enxergar ao escrever, a quais autorias se refere o trabalho. Esse debate sobre representatividade, relevância e o quanto um ponto de vista “nativo” pode ser abordado num trabalho escrito por alguém “não nativo” estende-se desde Malinowski. Clifford (1998) assume esse debate em seu texto “Sobre autoridade etnográfica” compreendendo que a ciência etnográfica não existe separadamente desse debate político-epistemológico sobre escrita e representação da alteridade.

Por isso, a discussão acerca da autoridade etnográfica torna-se importante. Contudo no Zero torna mais evidente uma outra autoridade: a geográfica. As pessoas consideradas privilegiadas para dar informações são selecionadas com base na autoridade que exercem dentro da geografia local e dessas divisões apresentadas anteriormente. Essa autoridade pode ser percebida tanto pelo viés literal – poder exercido sobre outro-, quando pelo viés de uma autoridade voltada para local de fala e de representação do que é o Zero para o “mundo de fora”.

A etnografia torna-se então, um movimento de vai-e-vem interior e exterior, entre autoridades geográficas e etnográficas que ao mesmo tempo que estabelece relações, buscando o olhar pelo ângulo do nativo, precisando por vezes afastar-se para realizar suas interpretações criando uma teoria mais geral sobre um contexto amplo daquele microssocial estudado. Independente do antropólogo ser nativo ou não, esse distanciamento é necessário. Portanto, uma etnografia realizada por um nativo também necessitaria desse afastamento para interpretação, nas palavras de Clifford “dialética entre experiência e interpretação” (1998, p.34). A partir desse questionamento, várias maneiras de escrita etnográfica surgem.

Esse assunto que ora ou outra surgia, sobre a autenticidade da escrita de alguém do “mundo de fora”, faz com que entremos numa discussão política sobre “lugar de fala e representatividade” que será abordada adiante. Agier (2011, p.59) explica que em qualquer pesquisa antropológica, todo campo é permeado justamente das relações estabelecidas, o conhecimento adquirido pelo antropólogo não está entranhado na cidade em si, mas “a partir de uma montagem de sequências da vida urbana retiradas de uma ínfima parte do curso real do mundo” (p.59). Isso significa que os conhecimentos do antropólogo estão pautados em um nível microssocial, que representam apenas parte da totalidade urbana. É a partir dessa localização que o antropólogo faz em sua escrita, que podemos compreender a partir de qual ponto de vista refere-se.

Entretanto, nota-se a curiosidade pelos olhos das informantes a todo momento sobre meu papel em campo e o cerceamento constante de informações sobre temas considerados polêmicos por elas como tráfico de drogas, de pessoas e a prostituição por menores de idade, pois novamente, por mais inserido no “mundo de dentro”, o antropólogo nunca irá virar um nativo. Apesar desses assuntos cerceados e a impressão de perigo que o Zero causa, para as travestis a verdadeira violência vem dos estranhos que adentram seu espaço. Numa breve pesquisa sobre “violência” e “travestis” no Zero no dia 11/04/2018, seguem os resultados encontrados:

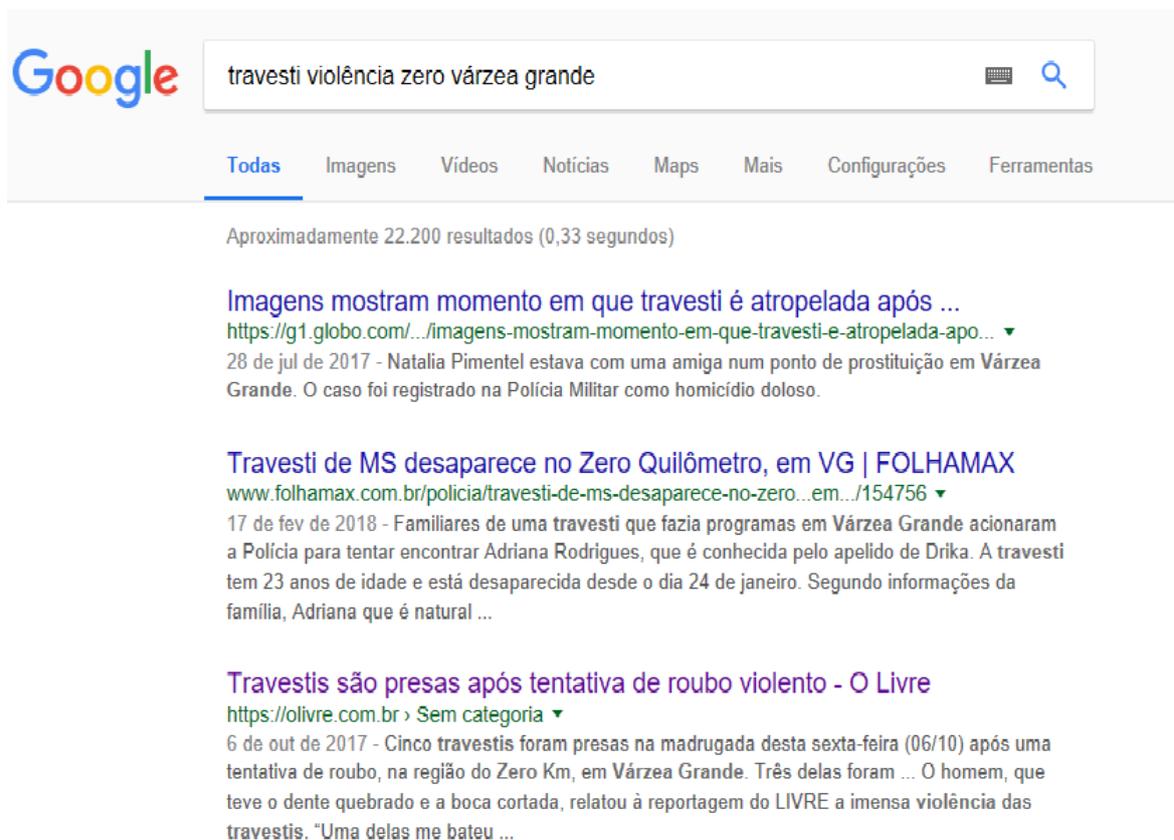


Imagem 13: Pesquisa sobre violência no Zero. Fonte: Google.⁴⁵

Ao mesmo tempo em que as matérias mostram as travestis dizendo que migraram para o Zero por conta da segurança, a exemplo da notícia da imagem 08, outras remetem-se à violência nessa região. Em algumas entrevistas, as travestis foram incisivas em dizer que “*não*

⁴⁵ Link para acesso:

https://www.google.com.br/search?dcr=0&source=hp&ei=UR_OWofOEoOhwATV8IXoDw&q=travesti+viol%C3%Aancia+zero+v%C3%A1rzea+grande&oq=travesti+viol%C3%Aancia+zero+v%C3%A1rzea+grande&gs_l=psy-ab.3...40361.48475.0.48644.40.37.0.0.0.282.4898.0j17j9.26.0....0...1.1.64.psy-ab..14.3.569.0..0j35i39k1j0i131k1.0.ZYLS55o_1ok

são santas” e que também agem com violência quando o cliente não quer pagar o combinado. Contudo, a pesquisa acima volta-se justamente para a violência representada pelo “mundo de fora” e apesar da chamada sensacionalista “Travestis são presas após tentativa de roubo violento”, existe sempre uma ameaça inicial de alguém de fora do Zero.

No momento em que mostrei essa notícia para Dani Veyga, ela diz *“ninguém somente passa pelo Zero. Só chega aqui quem está procurando prostituição, então não vem chamar a gente de malandra e culpada, quando o cara casado vem trair a esposa dele com as travestis e depois se faz de vítima, dizendo que foi assaltado”*. Isso mais uma vez sustenta o fato de que a transfobia é vista pelos de dentro como equivalência a violência praticada pelas pessoas que correspondem ao “mundo de fora”, enquanto as agressões pelos seus pares (por não se tratarem de transfobia) não são consideradas violência.

As pessoas que praticam e representam a violência são homens cisgêneros que podem ou não ser clientes, que possuem perfis distintos (conforme Ariane e Dani comentam): na rua das tops são homens de classe média, em grande parte casados, servidores do governo e é comum que tenham ensino superior completo. Já os homens que frequentam as outras ruas são trabalhadores industriais na região, casados e de baixa escolaridade. Como as travestis mais periféricas se dispõem com mais facilidade a buscar drogas e a realizar práticas fora do protocolo estabelecido, como não fazer o uso de preservativo, por vezes os clientes de maior aquisição financeira vão até elas para buscar drogas. O diferencial do cliente que procura as tops é justamente a escolaridade e, por isso, fidelizam-se mais rapidamente a uma delas pois buscam alguém para desabafar e ouvir conselhos. Então quanto mais instruída a travesti for, mais chances de o cliente fidelizar.

Os homens que representam perigos, em grande parte são aqueles que adentram o Zero somente para agredi-las. Em campo, foram inúmeras vezes que homens passavam de moto ou carro, abrindo a janela e proferindo xingamentos. Quando elas consideram o xingamento impessoal, ou seja, voltado para qualquer travesti, não costumam tomar atitude alguma. Contudo, quando a agressão parte para o singular, direcionada a alguma delas, existe um movimento reativo. Elas sempre têm alguma narrativa sobre alguma situação de violência para contar e na maioria das vezes, usam formas jocosas para referir-se a esses casos, vividos inclusive por policiais que as vezes fazem batida e revistam de maneira invasiva.

Os homens que são clientes costumam apresentar diversos perfis, mas é unânime a impressão é de que a maioria deles seja casado e se assume como heterossexual. Existe também

uma preferência de que os clientes sejam heterossexuais, uma vez que isso legitimaria o gênero feminino das travestis. Tanto Don Kulik (2008) quanto Perlongher (1993) expressam essa preferência de seus interlocutores em suas etnografias: tanto michês quanto travestis compreendem que a clientela heterossexual é essencial para reafirmar sua performance de gênero. Assim como, as transas do “mundo de fora” que não correspondem à clientela, seja majoritariamente composta por homens cisgênero heterossexuais.

Larissa Pelúcio (2009) em sua etnografia relata violências semelhantes: tanto a transfobia praticada por quem vai exclusivamente até o território de prostituição para humilhar as travestis pelo simples fato de serem travestis, quanto a agressão que pode se tornar violência e que quase nunca é relatada como transfobia, segundo elas, por parte dos clientes e travestis. As travestis mais periféricas do Zero são as que mais relatam essa violência – que não é transfobia- entre clientes, uma vez que seus programas são mais baratos são constantemente acusadas de ladras por furtarem os clientes. Até mesmo as travestis tops acusam-nas de manchar a imagem da prostituição de travestis, sujando o Zero com inúmeros casos de furtos e agressão.

Em contrapartida, as travestis explicam que essa violência ocorre quando há uma pré-disposição do cliente em ser agressivo ao ser furtado ou em contrapartida pela negação do pagamento. Já as travestis tops compreendem isso como uma falha de caráter, uma vez que essas outras costumam ludibriar os clientes negociando um preço e cobrando outro no final do programa sob ameaça de exposição da pessoa ao público. Contudo, o que ambas concordam afinal, é que esse tipo de agressão se trata de violência e não de transfobia.

Jaqueline Gomes de Jesus (2012) em uma parceria com o Governo Federal, lançou uma cartilha sobre conceitos e termos utilizados para referir-se à identidade de gênero na qual consta o conceito de transfobia. Esse conceito foi cunhado a partir do termo homofobia e, segundo a autora, significa toda e qualquer violência motivada pela identidade de gênero da vítima, podendo estender-se à violência física, psíquica, material, financeira, privação de direitos, o que fere a Constituição Federal. Pode ser percebido que o conceito possui uma larga abrangência de atitudes, mas, não há insinuação de que o agressor precisa necessariamente ser alguém fora da comunidade trans para praticar transfobia. Apesar disso, existe uma premissa para as travestis do Zero: a transfobia é exclusivamente praticada por pessoas que não são Transgêneros e são essas violências mais retratadas pela mídia.

Sob outra ótica a respeito dessa questão, Cláudia que foi assistente social do CRDH entre 2007 e 2014, explica que enquanto atendia os chamados da Secretaria de Direitos

Humanos, em sua maioria vinham como Transfobia- alguém “do mundo de fora” espancou, caluniou, ameaçou o negou algum Direito a travesti que denunciava diretamente a Secretaria, contudo, em várias investigações chegava-se a outro cerne: por mais que o crime tenha sido praticado por alguém de fora, a motivação não era a identidade de gênero, mas sim, disputa territorial. Os números sobre violência no Zero acabam entrando como transfobia e com exceção da entrevista com Cláudia e Wanderley que tocaram nesse assunto, não existe qualquer senso sobre quais ataques seriam motivados por disputas territoriais, furtos internos ou uso de drogas. Tudo vai para lista de transfobia.

Por último, os policiais que representam o Estado e deveriam proporcionar segurança também fazem parte do “mundo de fora”, não estão na representação de perigo eminente, mas sempre evocam receio. O papel de segurança está muito mais atrelado aos seguranças particulares contratados pelas donas das pensões do que aos próprios policiais. Os maiores receios das travestis em relação aos policiais são: ser pega traficando drogas (quando buscam drogas para seus clientes), solicitarem os documentos e as chamarem pelo de batismo e ser revistada por um policial do sexo masculino: uma vez que o protocolo a ser seguido é de ser revistado sempre por alguém do mesmo gênero. Logo, ser revistada por um homem seria uma maneira de deslegitimar sua identificação de gênero. Algumas violências já ocorridas e que são relatadas por elas vieram de policiais à paisana. Portanto eles representam potenciais agressores sob a ótica das travestis.

Mesmo que o “mundo de fora” pareça incluir a cidade e outros personagens de fora do Zero, agregando outras atividades como a participação do Conselho Municipal LGBT, baladas, usos de outros espaços que não sejam o Zero, shopping, cinema e bares, percebem que não se enquadram no “mundo de fora” por alguns motivos: somente as pessoas que fazem o contrafluxo Centro da cidade Zero que representam a eminência de violência e perigo, enquanto as pessoas que constituem o restante da paisagem urbana não representam ameaça constante, sendo apenas outras pessoas e não especificamente “o mundo lá fora”.

3.4 O mundo do meio

O “mundo do meio” encontra-se no Zero, nas ruas e nos motéis. É nesse mundo que as bordas do “mundo de dentro” e do “mundo de fora” se misturam. Larissa Pelúcio (2009) enfatiza em sua etnografia que a prostituição se torna uma junção do centro com a margem, e um movimento semelhante ocorre aqui: o meio do caminho, que não representa nem o mundo lá fora e nem o mundo de dentro, que é o motel. Considerado um lugar de apoio para as travestis, uma vez que elas fazem o ponto em pé, tanto durante o dia quanto durante a noite, o motel é o ponto de apoio para tomar banho, usar o banheiro, deixar a bolsa e até o carro estacionado (algumas travestis tem carro e preferem deixar no estacionamento do Motel). São os motéis que oferecem a segurança do “mundo lá fora” quando elas estão com clientes, pois sempre tem seguranças particulares caso ocorra agressão e câmeras de segurança que delatam facilmente qualquer cliente que se negue a pagar ou agrida alguma travesti.

O “mundo do meio” é o território no qual o “mundo de fora” deixa de ser perigoso, onde as travestis também fazem o intermédio de serviços entre os de dentro e de fora quando são solicitadas a buscarem droga no Beco do Dragão e assim, os clientes pagam além do serviço de prostituição, o serviço de buscar a droga. Contudo, as travestis não se reconhecem no serviço de “aviãozinho” pois só buscam drogas se houver programa, fora disso, não fazem esse serviço de intermediar o usuário e o vendedor (na interpretação das interlocutoras, não se tratam de traficantes).

Primeiro, a negociação do programa ocorre na rua: o cliente no carro e a travesti em pé. Quando fecham os detalhes, a travesti vai a pé até o motel mais próximo e o cliente de carro. É bastante indicado por segurança própria que elas façam esse procedimento sem entrar no carro. Inclusive, é comum ao relatarem alguma violência que tenha ocorrido com a quebra desse protocolo.

As travestis referem-se ao motel como “*um sócio da empresa particular dela*”, já que não se consideram agenciadas por ninguém, nem mesmo a dona da pensão. Apesar da rua ser às vezes considerada pública, é também um ponto que foi conquistado, principalmente o que elas chamam de “*uso capião*” do ponto. Então, o motel entra como o mundo do meio, ao mesmo tempo que representa o “mundo de fora”, ao receber os clientes das travestis, oferecendo uma

sensação de segurança assim como o “*mundo de dentro*”. Contudo, a segurança que vem dos seus pares e do que a “*tribo*”⁴⁶ oferece é uma segurança diferente da que o motel possui.

Juntamente com isso, uma outra maneira de assegurar-se contra o perigo que as pessoas de fora representam e bastante utilizado no “mundo do meio” – aqui mais sob a ótica do encontro entre os mundos- é o “*barraco*”. A característica de “*barraqueira*” é atribuída comumente as travestis e vista como uma acusação. Porém, é somente através do armar barraco, do falar alto e do escândalo que elas ganham visibilidade perante “*os de fora*”. Armar barraco é antes de tudo, uma maneira de chamar atenção para qualquer tipo de ameaça e ser conhecida como “*barraqueira*” faz com que exista um cerceamento de comportamentos dos clientes, já que são casados e a descoberta de que procuram a prostituição poderia arruinar o status social.

O modo como as travestis lidam com a linguagem como modo de defesa e segurança se refletem o uso de um vocabulário próprio, o Pajubá⁴⁷. O cotidiano e o trabalho fazendo ponto são sempre constituídos de risadas em alto tom e que servem para demonstrar com quem podem estabelecer laços ou quem não é indicado para conversar, uma vez que ao soltar uma exclamação em Pajubá se o ouvinte logo compreende e ri, sabe que ali existe a possibilidade de relacionar-se. O Pajubá também serve para alertar perigos e tratar de assuntos que as pessoas de fora não podem saber. Apesar de ser um dialeto usado por mulher trans em geral, torna-se mais explícito no Zero por ser marcado como estratégia de segurança.

O motel representa outra estratégia de segurança, pois qualquer coisa que venha a ocorrer as câmeras podem servir de provas. Ariana compreende que o maior problema de quem trabalha com prostituição não é necessariamente as pessoas de fora dali, mas sim, as pessoas que representam o “*de dentro*”. Apesar de serem na mesma comunidade LGBT, são pessoas numa hierarquia maior que sugam todo o trabalho delas, podendo ser a dona da pensão no caso delas, ou os donos dos bares no caso das mulheres cisgênero. Nessa fala, já não é mais possível reconhecer essa delimitação tão clara do perigo oferecido pelos “*de fora*” e a segurança “*dos de dentro*”. Essa divisão de mundos já mostra sua fluidez entre a passagem de pessoas de um mundo ao outro e as “pontas” de cada hierarquia possuem essa fluidez de modo mais claro. A dona da pensão tem mais acesso às pessoas que correspondem ao “mundo de fora”, assim como

⁴⁶ Lembrando que é assim que elas se referem aos seus pares. Tanto a figura dona da pensão, quanto outras travestis, bichas e transexuais são a segunda família, a tribo.

⁴⁷ Pode ser conhecido como Bajubá. Linguagem oriunda de religiões de matrizes africanas utilizada pelas travestis tanto para conversas informais quanto para avisar sobre perigos e assuntos que os de fora não podem saber.

as bichas que recém saíram de casa que ainda não adentraram de fato na *tribo* e passam tempo ora num mundo, ora no outro

3.5 Cidades e fluxos

Após abordar no “mundo do meio” o contrafluxo, nesse tópico, pretendo abordar o uso dos espaços urbanos, tanto o olhar para a cidade quanto a performance de gênero evocada por cada espaço e de que maneira ele é ocupado, territorializado, no sentido de Deleuze e Guattari (1993). “Cidades e fluxos” representa o sentido contrário de caminho relatado no tópico anterior: aqui se tratam dos fluxos mais comuns Zero- Centro da cidade. Esse fluxo inclui além do centro de Várzea Grande, a cidade de Cuiabá, que possui grande parte das pensões nas quais as travestis moram e também serve de suporte quanto ao uso das instituições de cuidado com a saúde. Também inclui o fluxo do Zero para outras capitais do país e vice-versa.

Usando a cidade como uma categoria de análise, Robert Park explica:

A cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais [...] está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana. A cidade é o habitat natural do homem civilizado. Por essa razão, ela é uma área cultural caracterizada pelo seu próprio tipo cultural peculiar. (1917; p.577)

Concomitantemente aos primeiros estudos sobre o crescimento vertiginoso da cidade e aos estudos sociológicos, estavam sendo abarcados os primeiros estudos com os povos “primitivos”. Por isso, os antropólogos que usam a categoria “cidade” como análise precisam tomar cuidado com o que Magnani, (1996) descreve: a tentação de transformar a cidade em pequenas aldeias. E esse é um dos motivos do território do Zero não ser o único espaço tratado nesse trabalho, apesar de delimitarmos o território, ele não se encerra em si mesmo. As travestis não vivem isoladas ali, elas não formam “uma aldeia”.

Os estudos mais recentes com populações urbanas, que anteriormente pareciam se fechar dentro de um espaço na cidade, que ocupa a cidade como um todo não mais num território delimitado. Essa é uma proposta que apesar de parecer nova, é feita por Marcus (1991) quando o autor se propõe a aconselhar antropólogos em suas etnografias urbanas, sendo necessário que repensemos em categorias que podem parecer naturais e dadas, uma vez que o etnógrafo e o nativo quando se trata de antropologia urbana, aparentemente dividem o mesmo espaço. O que é preciso pensar aqui é justamente que, apesar de dividirem o mesmo espaço, como por exemplo no Zero, as mulheres cisgênero e trans, os modos de usos do espaço diferem-se completamente.

Por isso, é necessário questionarmos várias unidades de análise previamente, antes de simplesmente aplicá-las. Marcus (1991) explica a categoria analítica de identidade e usos do espaço dentro da cidade:

Identificar elementos de resistência e de acomodação na formação de identidades coletivas ou pessoais no local em que se desenvolve um projeto etnográfico tomou-se uma fórmula analítica (que se assemelha a um slogan) para enfrentar a visão modernista paradoxal segundo a qual tudo em todos os lugares, mas, ainda assim, diferente em cada lugar (MARCUS, 1991, p. 202).

A cidade pode ser vista não apenas como um “aglomerado de pessoas”, ou um local onde ninguém se conhece, que todos passam despercebidos, que ninguém é solidário com ninguém. Aqui a cidade é vista de maneira polifônica, constituída de várias vozes e olhares que a utilizam de maneiras diferentes. Esse sentido é descrito por Marcus (1991): “tudo em todos os lugares, mas ainda assim, diferente em cada lugar” o que indica como os usos da cidade são diferentes para cada ator social que divide o mesmo espaço, mas que o utiliza de maneira diferente.

Esse pode ser também o sentido atribuído a categoria “circuito”, descrito por Magnani (2012) para pensar como cada grupo de pessoas ou nesse caso as pessoas do “mundo de dentro” usam a cidade e enxergam-na. Esse circuito compreende a cidade de Cuiabá e de Várzea Grande, separadas apenas por uma ponte. Tanto as mulheres cisgênero quanto as travestis que trabalham na região do Zero inevitavelmente frequentam Cuiabá, uma vez que as pensões maiores que as abrigam ficam na capital. Por isso, também veem mais facilidade de acesso aos bens de consumo como mercado e lojas, além do uso dos serviços públicos, principalmente a saúde. Dani Veyga sempre menciona que “*ao atravessar a ponte eu giro o botão da personalidade para puta*”.

Acontece que existe uma diferença entre a prostituição no Zero e a prostituição em Cuiabá. Essa diferença foi bastante pontuada na entrevista com o psicólogo da coordenação de combate a DSTs de Cuiabá, que lida diariamente com profissionais do sexo tanto do Zero quanto de Cuiabá, uma vez que mesmo as que trabalham em Várzea Grande, moram em Cuiabá e usam os serviços de saúde ali. A principal diferença entre as narrativas delas está no fato de mesmo o Zero ser considerado “*esquecido pelo Estado*” no que se refere às políticas públicas, mas ainda simo Zero é extremamente estruturado. É um território organizado pelas pessoas que trabalham ali e utilizam dele. Existem leis e códigos internos, seguidos rigorosamente para o funcionamento. Já em Cuiabá os pontos de prostituição são dispersos entre as esquinas, como

apontou Gabriel: “*é um lugar sem lei. Tudo é possível. Tudo acontece, sem que ninguém vigie e nem que ninguém saiba ou proteja os seus*”.

Nesse nível de interpretação podemos nos afastar um pouco da cidade e traçar o circuito entre as principais capitais citadas por elas no Zero, tanto a vinda para cá quanto de saída daqui. O mapa a seguir foi feito de acordo com algumas entrevistas e perguntas, contudo, pode não abranger a totalidade do Zero. Nele estão inseridos os circuitos mais citados em minhas conversas, tanto pelas tops, quanto pelas “travestis periféricas”, uma vez que as “travestis mais periféricas” costumam vir de outras capitais, enquanto as tops, por terem um tempo de trabalho no Zero, são consideradas “cuiabanas”, durante anos ocupando o Zero e subindo na hierarquia. Nesse caso, são mais as “tops” que saem de Cuiabá para fazer ponto em outras capitais por algumas semanas e voltam. Normalmente a intermediação ocorre via site de acompanhantes pois consideram o território violento quando não há alianças com as outras travestis que trabalham no ponto em outras cidades, ou seja, elas apesar de serem travestis também estão entre o “*mundo de dentro*” e o “*mundo de fora*” quando se tratam de outras capitais.

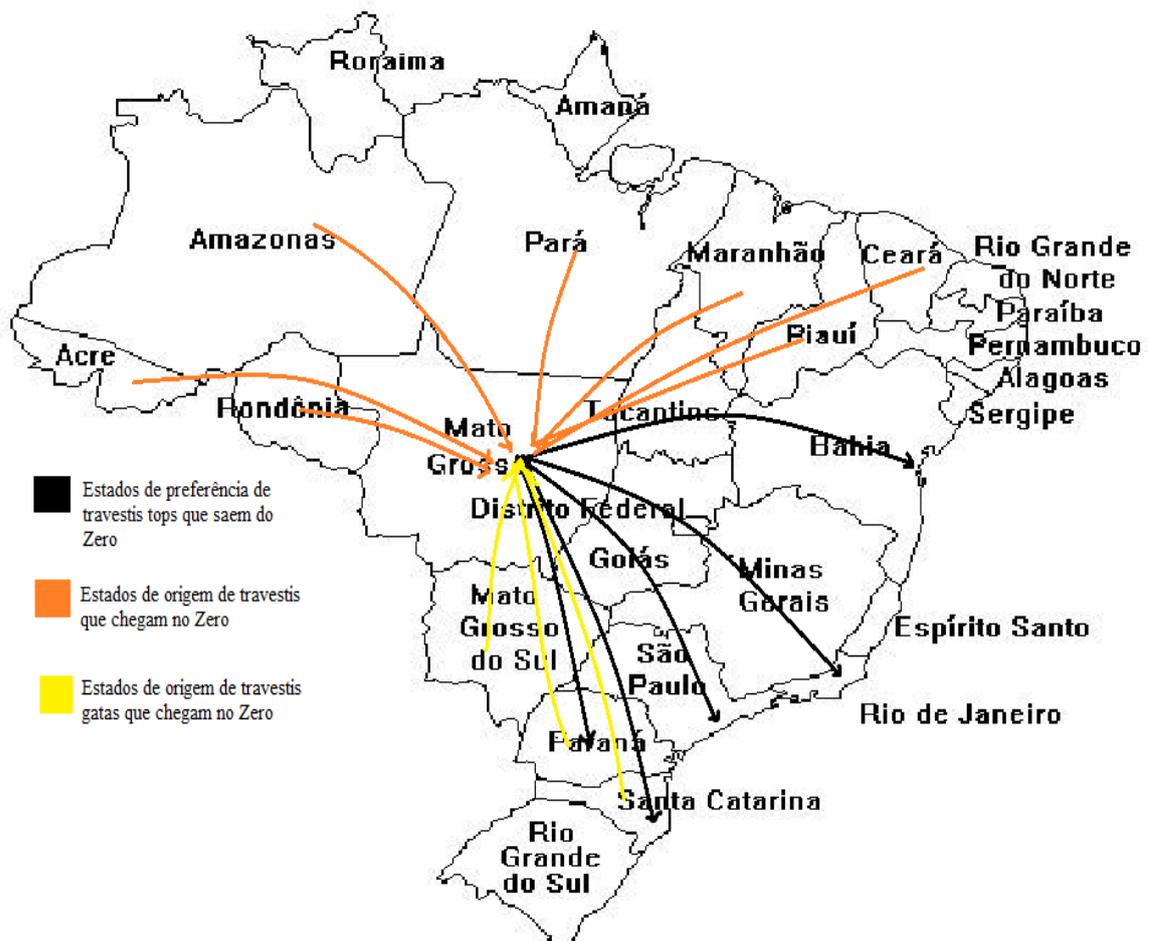


Imagem 14: Mapa de distribuição de travestis que saem e chegam no Zero de acordo com seus estados.

É perceptível que os estados do sudeste e sul são os preferidos das travestis do Zero como destino de viagem e de fazer ponto. São Paulo costuma ser bastante frequentado justamente para fazer ponto na rua, enquanto os outros restringem-se mais aos sites de acompanhantes. Já as travestis da Maísa, que ficam um pouco mais nas ruas escuras e não tão perto de motéis, costumam vir do interior do Mato Grosso, do Norte e do Nordeste. Já as “tops” que não são de Cuiabá (ou que não se consideram cuiabanas por não estar a tanto tempo na cidade), ficam mais ao centro da região e vem mais do Sul, sendo procuradas por seu estereótipo de beleza.

A questão do belo é uma das características mais analisadas dentro da permissividade de uso dos espaços. As travestis belas são aquela que possuem o corpo mais feminino e inteligível (BUTLER, 1993), conseguem comportar-se de maneira feminina, as roupas tendem a ser mais discretas (quando estão ocupando espaços na cidade, e não na *performance* do trabalho). O belo também está intimamente ligado a quais estados do país elas podem ir trabalhar e quais espaços do Zero elas podem ocupar, juntamente em qual pensão poderão morar, de Rosa ou de Maísa.

Na cidade, as principais pessoas que estão constantemente presentes são os gays (aqui os gays são homens cisgênero homoafetivos e não as bichas que dividem o espaço no Zero), as cabelereiras de salões específicos, alguns familiares para as travestis que são de Cuiabá e Várzea Grande mesmo, o farmacêutico que aplica hormônio (também existe o vínculo com um farmacêutico em específico), os moradores do Zero que em sua maioria também trabalham nos motéis, os donos de motéis, mulheres cisgênero que se prostituem no Zero e donos dos bares.

A pensão em que elas moram, também constitui o espaço urbano, contudo, ela é o *locus* dos mais varados hábitos e rituais que compõe o “ser travesti”. Benedetti (2005), Larissa Pelúcio (2009), Kulick (2008), etnografaram e descreveram detalhadamente como funciona uma pensão e os rituais realizados para arrumar-se, os procedimentos estéticos, injeções de hormônios, de silicone entre outros pormenores dentro do cotidiano de cuidados e fazeres do corpo. Contudo, as travestis do Zero não estavam preocupadas em falar sobre isso, ou que isso fosse relevante. Para elas, a questão principal não está na pensão ser esse *locus* de fazer o corpo, mas do quanto a pensão não representa um lar.

As descrições da pensão perpassam por problemas sanitários, de higiene, conflitos, questões financeiras, entre outros. Também representa um lugar de pouco afeto e convívio uma vez que os quartos são divididos com pessoas estranhas e a pensão não possui cozinha e espaço

adequado para alimentar-se, fato que as obriga a passar mais tempo ainda fora de casa até em suas folgas. Todos os pertences são guardados com cadeados que vivem sob ameaça de violação caso a dona da pensão desconfie que haja o uso de drogas ou o furto de algum pertence alheio.

A propriedade privada e a noção de privacidade que um lar comum pode oferecer as pessoas está longe de ser pensado quando se trata de uma pensão. A categoria de análise “casa” só faz sentido se em contrapartida existir outra categoria oposta: a rua. DaMatta (1997) propõe que a casa como análise, deve ser ponderada em diversos aspectos, sendo um deles um espaço de pertencimento que pode abranger muito mais que a casa em si. Por conta disso, o Zero deixa de ser apenas o “pedaço” (MAGNANI, 1989), que é o lugar de pertencimento entre a casa e a rua, e oscila entre lazer-casa-pedaço. E a pensão, não se enquadra na casa, nem na rua.

Outras travestis que não se prostituem acabam trabalhando em salões que são normalmente frequentados pelas travestis que estão no Zero. Logo que iniciam sua transição de bicha para travesti, são constantemente assediadas pelas donas de pensão a irem para o Zero. Mas quando demonstram resistência aos convites as donas de pensão deixam de pressioná-las. Sobre essas outras travestis que trabalham normalmente em salão de beleza, as redes de sociabilidade e as relações familiares diferem-se enormemente das travestis do Zero, uma vez que as outras moram com familiares e tem o apoio no que se refere a identidade de gênero.

Os salões frequentados em sua maioria pelas tops e gatas, já que as bichas e as travestis da margem não saem a público, encontram-se em Cuiabá, juntamente com a farmácia preferida para aplicação de hormônios. Nessa farmácia trabalha Roger, o farmacêutico preferido para aplicação de hormônio. Primeiro porque as farmácias de redes nacionais não estão mais aptas a aplicar hormônios sem prescrição médica e, por conseguinte, esse farmacêutico já aplica há anos e sabe recomendar de maneira mais assertiva o tipo e a dosagem do hormônio. É válido também dizer que essa farmácia se torna parte do trajeto que realizam na cidade em busca das modificações corporais e é comum que os testes de novos medicamentos sejam realizados nos próprios corpos como campo de experimentação.

Outro espaço comum frequentado a cidade é o shopping center. Tanto em Várzea Grande, que possui apenas um shopping, quanto em Cuiabá, é comum serem áreas de lazer possível, principalmente pelo cinema, que, contudo, somente as travestis que não se prostituem ou as gatas acessam mais. Os bares do Zero e algumas festas como “Santo Pop” são paradas obrigatórias para o público LGBT em geral da cidade, juntamente com a Parada da Diversidade, que ocorre anualmente.



Imagem 15: Folder de uma festa bastante prestigiada pelo público LGBT em Cuiabá e Várzea Grande.

No Zero, as travestis não demonstram o mesmo comportamento do que quando estão em um outro espaço correspondente ao resto da cidade. Dani Veyga diz que *“aqui no zero, até parece que sou esquizofrênica. Viro outra pessoa, fico espontânea, trato as pessoas de maneira escandalosa, chamando de meu amor e meu bem, de gato. Tento chamar atenção na rua para que os clientes me notem e venham falar comigo, uso roupas que eu não usaria fora daqui. Não mantenho o vocabulário rebuscado, pareço o que sou lá: uma puta”*. Isso inclui a diferença de performance entre os dois lugares: o Zero e a cidade. Quando estão no Zero, denominam-se travestis, colocam-se no termo *“mulher de pinto”* em espaço o qual o pênis realmente é um elemento importante para autodenominação e diferenciação entre travestis e mulheres que trabalham ali.

Enquanto estão trabalhando, gostam de chamar a atenção, de *“fazer cena”*. Existe um protocolo que seguem nas práticas sexuais: primeiro o beijo, depois o sexo oral e, por conseguinte, o sexo anal (podendo ser ativo ou passivo). Entretanto, fora dali quando procuram seus pares para relacionamentos, o que é raro de acontecer, elas se relacionam de outra maneira: querem algo romântico e que satisfaça seus desejos, com alguém que realmente tenha boa conversa e aparência. Na cidade, até o comportamento de flerte muda completamente e isso não seria diferente no que se refere a como se autodenominam.

Enquanto no Zero, a estratégia de sedução é pautada principalmente pela mostra dos seios e pênis, da fala escrachada, da piada recorrente, nos espaços de sociabilidade a sedução

não se dá com o uso recorrente do pênis, mas sim no jogo de afeto criado, na sedução que envolve mais o verbal do que de fato o corpo. Contudo, esses relacionamentos distantes do Zero não costumam durar mais que uma noite ou algumas saídas. A prioridade está sempre nas trocas afetivas e monetárias do Zero. Como abordado já por Kulick (2008), as travestis não estão reivindicando ser mulheres – e essa é uma constante das interlocutoras dessa pesquisa também. Não há pretensão em mudar-se a genital, sendo esse o símbolo máximo de proximidade ao “ser mulher”, como já discutido, mas de estar entre o gênero feminino com atributos que a masculinidade pode oferecer.

Essa autodenominação em outros ambientes que não o de trabalho, de maneira distinta à “*mulher de pênis*” usada no Zero, parte em busca do reconhecimento pela identidade feminina, uso do nome social, inteligibilidade do corpo, onde o pênis é um elemento secundário na ocupação e hierarquização do espaço. Contudo, essa questão do Zero *versus* cidade é boa para se pensar que, não são os atores sociais que fragmentam a cidade, mas sim os antropólogos, que depois reúnem os fragmentos numa unidade de análise, de um ponto de vista mais ampliado. (MAGNANI, 2003). Esse movimento de afastamento e mapeamento de outros territórios demonstra que o Zero não é uma aldeia com pessoas isoladas e que essas pessoas, embora pareçam distantes dos espaços urbanos, também o ocupam e constituem. Outros territórios evocam outras maneiras de performar e fazer gênero.

3.6 Espaços e performances virtuais

Considero os espaços virtuais os sites de acompanhantes, que divulgam fotos e anúncios, tanto de mulheres cisgênero quanto de travestis, principalmente das Tops. Elas costumam utilizar esse tipo de serviço quando vão para outras capitais, como São Paulo e Curitiba, uma vez que consideram o perigo de fazer ponto em lugares onde não há alianças. Esse recurso também é utilizado por outras travestis que vem de outras capitais pra Cuiabá e não querem ir para rua. Além dos sites de acompanhantes, o Facebook torna-se um recurso bastante utilizado pelas travestis do interior e aquelas que fazem ponto na rua, nas margens do Zero e nas redondezas.

A compreensão de violência em outras cidades estaria ligada intimamente as redes de sociabilidades nas quais encontram-se inseridas e que fornecem a relativa segurança necessária para quem trabalha em pé na rua. O contrário – não estabelecer rede de sociabilidades num lugar estranho- é alerta de perigo: por mais que também existam travestis na rua, não existe nenhum código de conduta e organização que crie uma sensação de segurança, pois nesses outros locais que já se constituem num pedaço (MAGNANI, 1998) essas travestis de fora são consideradas invasoras, assim como ocorre no Zero com quem é recém-chegada.

Enquanto o espaço físico evoca comportamentos e performances distintas, o espaço virtual contém certas regras. Os sites costumam pedir fotos seminuas, em pose sexy, normalmente tirada por algum fotógrafo profissional que está acostumado a fazer esse tipo de serviço. O site também oferece um selo de originalidade e veracidade a foto, o que é bastante estimado pelos usuários que procuram o serviço. Já a via do Facebook se apresenta através de grupos, nos quais necessitam de aceitação prévia dos membros. A principal diferença entre os usos desses recursos virtuais é que, enquanto no site ficam disponíveis apenas o nome e o telefone, o Facebook parece criar uma intimidade maior entre profissional do sexo e cliente, uma vez que o anúncio vem carregado de localidade, com referência de bairro da cidade e pertencimento a ele, como “*Márcia do Tijucal só eu*”, em referência a um bairro famoso bairro de Cuiabá.

Nas fotos com contatos das travestis, o nome social vem acompanhado da palavra “travesty” e a principal diferença que notei entre fotos das travestis e das mulheres cisgênero é que justamente as mulheres cisgênero mostram o corpo todo nas fotos, inclusive a vagina. Já as travestis fazem o ensaio sensual, mostram seios e bunda, e algumas o pênis. Berenice Bento (2009) em sua pesquisa com transexuais explica que o pênis é a denúncia do masculino, como

se o pênis contaminasse suas identidades. Por mais que essas travestis usem do pênis para trabalho e para o diferencial entre prostitutas cisgênero, o pênis só deve aparecer em momentos bastante específicos: na hora do sexo ou na propaganda sob determinados contextos. Enquanto ocupam espaços públicos, tiram fotos sensuais para os anúncios em site ou para seu perfil pessoal do Facebook, ou até mesmo vão “*fazer ponto*”, o pênis precisa ficar o menos aparente possível, portanto, o único momento que órgão deve aparecer é justamente no sexo e na hora de fazer ponto –seja virtual ou na rua. Fora disso, várias estratégias são utilizadas para que não haja sequer volume sob a calcinha.

Apesar de Berenice Bento (2009) fazer pesquisa com transexuais, suas colocações também podem ser estendidas para se pensar acerca do corpo da travesti, principalmente no caso da prostituição, pois ao mesmo tempo em que o pênis é o principal vetor de recursos financeiros, precisa ser constantemente vigiado para que não apareça em outras ocasiões. Isso inclui o anúncio que tem como propósito mostrar o corpo e vender sua imagem:

A afirmação de que as pessoas transexuais odeiam seus corpos está baseada em tropos metonímicos. Toma-se a parte (as genitálias) pelo todo (o corpo). É como se a genitália fosse o corpo. Esse movimento de construir o argumento metonimicamente espelha a própria interpretação moderna para os corpos, em que o sexo define a verdade última dos sujeitos (BENTO, 2009, p.97)

Enquanto no mundo físico os clientes vão até as travestis e procuram-nas, nos sites é comum que elas se proponham a se deslocar até o motel. Essa ocupação do espaço virtual se dá através de um contrato de anúncio. Alguns dos sites visitados como Garotas do Centro Oeste, Top Trans e Elite Cuiabá, compartilham uma homepage⁴⁸ semelhante, por exemplo a do site Garotas do Centro-Oeste é a seguinte:

⁴⁸ Homepage significa a tela de abertura de um site, a primeira imagem que aparece quando conectamos um site.

garotascentrooeste.com.br

Comunicado

Existem pessoas utilizando o nome do site Garotas Centro Oeste indevidamente e sem autorização. Os únicos responsáveis pelo site são Arthur e Eliane. O telefone para contato é somente o que está no site para contato. Avisamos ainda que o site não foi e não será vendido. E que não temos nenhuma ligação com o site Acompanhantes Cuiabá. Obrigado

NÃO SOMOS AGÊNCIA



Site com conteúdo erótico destinado exclusivamente ao público adulto. Só entre se você for maior de idade e concordar com os termos e condições de uso do site e não se ofender com o material.

Este site "Garotas Centro Oeste" não é um instrumento de agenciamento, e sim um veículo de divulgação individual, onde de forma alguma transitamos informações sobre cada uma ou agenciamos. Onde todas as participantes são maiores de 18 anos e ciente das suas responsabilidades.

ENTRAR

Visitantes Online: 2

O site Garotas Centro Oeste não é agência. É um classificado virtual onde não temos participação ou envolvimento nas atividades das modelos. Os anúncios aqui publicados são de responsabilidade de seus anunciantes, conforme contrato. Todas as modelos são comprovadamente maiores.

CAMPAHA NACIONAL DE COMBATE A PEDOFILIA NA INTERNET

DENUNCIE PROSTITUIÇÃO INFANTIL LIGUE 100

Imagem 16: *Homepage* do site de anúncios “Garotas do Centro Oeste”.

A principal preocupação dos sites é justamente que não sejam confundidos com a função de cafetinas. Desde 2002 o Ministério do trabalho regulamentou a prostituição como trabalho, incluindo-o no Código Brasileiro de Ocupações (código 5198), que permite o recolhimento de tributos e assim, garante direitos como a licença maternidade, aposentadoria e seguro desemprego. Contudo, a exploração sexual continua sendo crime. A exploração sexual compreende principalmente a cobrança de uso de espaços públicos (no caso do Zero, os “pontos”), ou a porcentagem maior que 50% do serviço prestado, no caso de bares e motéis que possuem garotas de programa disponíveis (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2002).

Essa é a principal questão do uso de sites, pois existe uma larga discussão sobre o que pode ser compreendido como crime dentro da prostituição. O Artigo 230 da Lei 8776/93 é bem claro no que se refere ao favorecimento da prostituição como crime: “*Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte*”. Por um lado, apesar de não se tratar de uma agência ou não se enquadrar com o chamado “rufianismo”⁴⁹, por outro vemos claramente o “*fazendo-se sustentar, no todo ou em*

⁴⁹ O que no senso comum conhecemos como cafetinagem, nos termos jurídicos é chamado de “rufianismo”.

parte”. A discussão do que de fato movimenta o comércio da prostituição para além dos agenciadores, perpassa por diversas figuras e papéis, como descreve Cavilha (2011, p.2):

A prostituição como categoria de trabalho contempla uma diversidade de estruturas sociais que envolvem o recrutamento de profissionais e de clientes, com base nas relações de vizinhança, de parentesco e de amizade

A rede que mantém o mercado sexual não se limita as donas de pensão ou apenas as próprias prostitutas. Como menciona Cavilha (2011), são movimentadas estruturas sociais: os próprios clientes, das mais variadas classes econômicas e sociais, o táxi ou Uber, o restaurante que entrega alimentação no próprio ponto, o motel que faz parcerias e sociedades. Enfim, são inúmeros agentes que estão tanto no Zero, quanto fora dele que contribuem para a manutenção dessa região.

Apesar disso tudo, anunciar em sites parece o jeito menos perigoso de trabalho e, ao mesmo tempo, um dos mais difíceis de alcançar dentro da hierarquia, uma vez que somente as tops (que são minoria) conseguem acessar esse tipo de serviço, pois isso envolve dinheiro para locar um apartamento ou *loft* para atender, dinheiro para as fotografias profissionais e transporte para deslocar-se até o motel.

Os acessos aos meios de prostituição que propiciam relativa segurança estão diretamente ligados ao nível hierárquico ocupado pela travesti e a certo padrão financeiro. Com isso, elas passam a ser expor menos “ao mundo de fora” e isso permite que os clientes tenham um serviço mais reservado, principalmente no que se trata de Cuiabá e Várzea Grande, pois apesar de ser uma capital, existe um aspecto bastante provinciano no qual todos se conhecem e que podem notar quando algum conhecido está passeando no Zero. Por fim, podemos pensar em outras redes de sociabilidades e em outros possíveis espaços os quais as travestis ocupam na cidade e fora dela, além de maiores detalhes sobre cada “mundo”, incluindo o mundo da pensão que não pôde ser etnografados, dado as intempéries que o campo apresenta.

CAP. 3- DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE E DA TRANSEXUALIDADE

Pensando em como as travestis do Zero se organizam no que diz respeito ao combate a violência e à transfobia, através de estratégias de enfrentamento, juntamente com as questões de representatividade e trabalho de conscientização que algumas delas fazem, esse capítulo pretende abordar a micropolítica social, partindo do que Guattari (1996) explica a respeito: “as lutas sociais são ao mesmo tempo molares e moleculares” (p. 128). Nesse primeiro tópico, primeiramente serão abordadas as singularidades que distinguem as travestis do Zero em relação ao restante da população LGBT, as questões de representatividade e divisões internas.

Essas divisões hierárquicas não serão abordadas sob o ponto de vista do capítulo dois, mas sim, em vista da questão de gênero. Haraway (2004) e Rubin (1984) compreendem como o gênero também demarca questões de poder e status, que no contexto do Zero são percebidas. Nas relações entre travesti e cliente, travesti e bicha, travesti e dona da pensão. Também são pensadas como os usos desse poder na hierarquia interna acaba ressoando na questão da violência que existe em relação as bichas e travestis periféricas.

Nesse tópico, ainda de maneira mais localizada em relação ao Zero, as questões referentes a pensão, uso de drogas e medicamentos, a violência e transfobias sofridas por elas no que diz respeito às relações de poder estabelecidas na região serão importantes para abordar mais diretamente o que é considerado violência e o que pode ser transfobia. Ainda dentro dessa temática, o que se refere à representatividade, militância e ONGs presentes no Zero serão incluídas nesse tópico mais localizado no lugar/território e nas relações internas.

Para essa compreensão, será utilizada a reflexão sobre o cotidiano da violência, o sofrimento social e como “a violência como momento originário e a violência das relações correntes” de Veena Das (2011, p.15). Essas reflexões auxiliarão a retomada de violências sofridas desde a concepção do indivíduo como indivíduo generificado, até a violência que o Estado exerce sobre elas, culminando no biopoder, retificado constantemente pela medicina e os manuais de diagnósticos de doenças que culminarão nas discussões dos próximos tópicos desse capítulo.

Posteriormente, partimos do microssocial para o macro, assim como na estrutura dos capítulos anteriores. A partir da perspectiva localizada do que é violência e do que é transfobia, esse tópico será dedicado a tratar de assunto voltados para o Estado de maneira mais generalista. Nesse momento, apresento o Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual de Cuiabá e algumas pautas frequentes de suas reuniões, juntamente com a participação de algumas

travestis de Cuiabá e outras do Zero. Também abordarei narrativas de violência sofridos por elas diante do Estado, principalmente em relação à polícia e a participação ativa de algumas delas nos eventos que o Estado oferece.

Para a discussão, busco autores que se propõem a pensar sobre as intervenções do Estado no que se refere a essa população. Foucault (1997) que discute sobre o biopoder, Lucas Freire (2016) que está atento às discussões sobre a produção de documentos, laudos e provas materiais que o Estado produz acerca das pessoas trans que procuram os ambulatórios e todos os “sujeitos de papel” (FREIRE, 2016) que são impressos nesses documentos.

Como última temática desse capítulo, o poder biomédico e as questões de agenciamento do corpo serão abordados. Os inúmeros procedimentos, as maneiras de escapar do poder biomédico, seus rearranjos no que se refere a delimitação de seus corpos, os desejos, a hormonioterapia (chamada por elas de hormonização), as relações com o saber biomédico e o Consultório de Rua que é o principal agente e representante do Estado no Zero e a minha porta de entrada em campo, que acompanhei por algumas idas. Também contemplarei aqui, através da entrevista realizada com um representante da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, alguns problemas e dificuldades apontados em relação a essa população.

Para discussão, as categorias de dispositivo da sexualidade proposta por Foucault (1997) e o dispositivo da transexualidade proposto por Berenice Bento (2012) poderão auxiliar nas conexões em relação ao saber biomédico, sobre Direitos Humanos proposto também por Berenice Bento (2017), juntamente com a releitura de Foucault, proposta por Fassin (2009).

4.1 Micropolítica das Margens: a política molecular

Esse tópico foi proposto com o intuito de analisar a política interna das travestis do Zero, para além do tópico sobre “o mundo de dentro”. Enquanto o mundo de dentro pretendia explicar sobre as hierarquias internas e as delimitações estéticas que a compõe, aqui o movimento apesar de ser localizado como o mundo de dentro, é sob outro ponto de vista: as micropolíticas implicadas nessas relações de poder. Essas relações não são apenas entre travestis, bichas e donas de pensão, mas estendem-se aos clientes e às ONGs que atuam independentemente do Estado. Não é a pretensão fazer um levantamento de ONGs ou atribuir funções de cada uma, mas sim compreender a relação delas com essas organizações e a presença das mesmas na região.

A questão das ONGs também se reflete na representatividade, afinal apenas uma ou outra travesti faz parte dessas ONGs ou entra em contato diretamente com elas, levando as informações consideradas “oficiais” do Zero e os critérios de quem está apta a representar o Zero. Essa representatividade recai sobre a micropolítica interna e a hierarquização do mundo de dentro. Como as organizações estão pautadas no objetivo de combate à violência e à transfobia, cabe também aqui relembrar um dos assuntos mais tocados e falados pelas travestis do Zero: a violência e a transfobia.

Tanto a violência quanto a transfobia, possuem cunhos diferentes e são distinguidas principalmente pelo objetivo do agente que pratica bem como a relação desse agente com a vítima. Por isso, tanto a micropolítica interna quanto as relações com as organizações não governamentais servem de base para compreensão do que seria violência e do que seria transfobia.

A micropolítica é pensada por Guattari (1996) como uma “questão analítica das formações do desejo no campo social” (p. 127). As lutas sociais são consideradas por ele, molares e moleculares: molares no sentido das diferenças amplas entre camadas – aqui travestis do Zero e restante da população cisgênero – e moleculares que envolvem a hierarquia interna e as questões de poder. Essa distinção entre o que é molar e o que é molecular torna-se importante na medida em que a categoria violência e a categoria transfobia estão totalmente atreladas a esses níveis.

Essas esferas micro e macro não se encontram opostas ou separadas, elas tendem a ser encontradas de maneiras simultâneas nos processos de singularização ou de tentativa de representatividade e identidade. Numa situação de agressão a uma travesti, podemos perceber

níveis molares de violência – principalmente no que se refere ao agente praticante – e os níveis moleculares – a organização interna estabelece essas diferenças de poder e de abuso dele. Por isso “toda prática micropolítica consistiria exatamente tentar agenciar processos de singularidade no próprio nível onde eles emergem” (GUATTARI, 1996, p. 130), ou seja, é disso que se trata quando pensamos sobre as negociações internas no nível molecular, ou localizado. Uma análise micropolítica está justamente no cruzamento das esferas molares e moleculares de uma determinada realidade social.

Em um nível molar, a violência para as travestis do Zero está ligada aos clientes que se vingam quando são furtados, quando um policial age de maneira agressiva numa revista ou quando existe um motivo prévio para essa violência que é distinta da transfobia justamente por se tratar de agentes cisgêneros, ou seja, a diferença entre o autor da agressão está justamente no nível molar. Esse motivo prévio não está ligado ao fato de serem travestis objetivamente, embora por alguns momentos esse seja o fundo da agressão, mas enquanto não há um ataque “pessoal” não se torna transfobia.

As agressões que na maioria das vezes são físicas, segundo as travestis são motivadas por elas mesmas. Travestis mais periféricas são acusadas constantemente de arrumarem brigas com clientes e “queimarem” o ponto de prostituição por deixar uma reputação de barraqueira. Negar-se a buscar droga para o cliente quando combinado previamente no valor do programa que esse serviço seria realizado. Também pode acarretar em violência, travestis que ameaçam expor clientes a público caso não paguem “a mais” que o combinado ou furtar os clientes também geram essas situações prévias de violência. Nessa questão, ainda existe a violência do segurança particular que em nome da dona da pensão age com “medidas corretivas” caso haja “desorganização de espaço”.

Todas essas questões citadas não consideradas transfobia, pois não se originam “do nada”, não possuem um cunho de ofensa pessoal e não estão diretamente ligadas ao fato da travesti ser travesti. Quando falam sobre violência, é comum recorrerem a essas situações. Ariane sempre que voltava a esse assunto, comentava *“eu já vi muita travesti morrer de graça por vingança de cliente. Por isso tem que ter a disciplina do segurança da dona da pensão para preservar elas mesmas de sofrerem violência depois pela própria rebeldia de não respeitar o espaço e a organização”*.

A questão da violência recai quase sempre no uso de drogas e medicamentos, uma vez que os furtos de clientes são motivados pela compra de drogas para elas mesmas e esse seria o

principal motivador da contrapartida da violência. Também existe um índice bastante alto de uso e prescrição de medicamentos para ansiedade e depressão, que são usados por vezes em substituição às drogas. Drogas e medicamentos são assuntos pouco falados entre elas e entram mais como forma de acusar as travestis que “queimam” o ponto e quando vêm à tona, é desconversado. As travestis tops se vangloriam por não usar drogas e que esse é um dos principais motivos delas não terem muitos casos de violência em relação aos clientes e que é por serem “limpas” que conseguiram subir na hierarquia.

Contudo, como já mencionado, a maioria das tops relatam já ter entrado no Zero sendo “apadrinhada” com mais carinho pela dona da pensão. A dona da pensão não é percebida como alguém que use de violência para organizar o território do Zero e as kitnets, mas sim é vista como a figura que “organiza o espaço” e “disciplina comportamentos inadequados” que gerariam a violência. Wanderley que participou da distribuição de camisinha (uma das atividades que a Livre-Mente fazia no Zero) na década de 1990 possui vínculo de amizade com as travestis e donas de pensão de lá até hoje, explica que *“elas costumam ter uma narrativa romântica da dona da pensão e da própria prostituição. Mas ninguém comenta que elas precisam pagar a diária do quatinho, que não tem água e comida inclusa e que se não pagar são cobrados juros e até despejo e agressão”*.

Por isso, as tops se referem à dona da pensão como essa pessoa que impede que a violência ocorra através da imposição de regras de comportamento e de organização do espaço. Já as travestis periféricas se consideram rebeldes e nutrem estima pela dona da pensão. Haraway (2004) apesar de referir-se mais as teorias de gênero que explicam o feminismo, compreende as relações de poder que permeiam a transversalidade que o olhar a partir do gênero pode possibilitar. As questões raciais e principalmente de região geográfica de origem, possibilita que pensemos em como as tops, que estão mais perto do binarismo apesar de manterem o pênis, que são brancas, de família de origem de classe média baixa e alta, também são as maiores compactadoras do papel importante que a dona da pensão possui e para a manutenção do sistema hierárquico.

São essas travestis tops que são recorrentemente chamadas para representarem as travestis do Zero em reuniões, propagandas vinculadas à mídia, serem porta-vozes das ONGs. Essa questão da representatividade é algo bastante recorrente, uma vez que essas travestis possuem um nível de escolaridade, poder aquisitivo e financeiro mais elevado. Enquanto a outra esmagadora parte depende exclusivamente da renda da prostituição para não passar fome e não possuem rede de apoio social alguma que as ampare. Por isso, a recorrência delas – as travestis

periféricas – não quererem se envolver nos assuntos “oficiais” do Zero ou fazer parte de qualquer coletivo que seja, pois não se sentem representadas pelas travestis tops e não querem também “bater de frente” com as que são mais próximas da dona da pensão.

Isso culmina nas brigas internas que ocorrem normalmente por que alguma travesti “queimou o ponto” ou tentou se realocar num ponto que não pertence à dona da pensão que está instalada, até mesmo outras que chegam de outras cidades e ainda não estão instaladas e acabam chegando até o Zero sem se importar muito com essa organização, afinal “*a rua é pública e ninguém é dona dela*” – uma fala recorrente. Apesar de todas essas tensões internas, as brigas entre si, a agressividade e ameaça de despejo constante da dona da pensão, não são relações consideradas violentas, pois a violência vem dos clientes e de representantes do Estado, como a polícia.

Essas tensões internas são consideradas importantes para negociação de espaço e moradia e para elas, evitam uma maior violência e transfobia, ou seja, são negociações que envolvem tensões e hostilidade, mas com objetivos disciplinares e pedagógicos e vindos da dona da pensão. Retomando narrativas anteriores: “*se eu não ensinar agora, o mundo lá fora irá ensinar de maneira cruel*”. São consideradas negociações que envolvem cuidado e por isso não estão na categoria “violência”.

Guattari (1996) quando pensa na análise de uma micropolítica interna, coloca em questão o modo como o nível molecular irá reproduzir a subjetividade dominante, percebendo como as diferenças de nível molar são repensadas e reeditadas no nível molecular, que emergem principalmente quando caímos na esfera de um grupo minoritário que discute o que é representatividade. O território do desejo é visto como algo confuso e nebuloso, que precisa ser mediado e, pela falta do Estado, por uma figura que realize essas mediações – a dona da pensão. Esse conflito interno pode ser pensado e nomeado pela ótica do que Guattari chama de “ruptura de agenciamento”: as travestis não podem fazer o que bem entendem e são cerceadas de seus agenciamentos: pela polícia, pela dona da pensão e por seus próprios pares.

Para além da ruptura do agenciamento, a vida de uma travesti é cercada de violência em níveis subjetivos e físicos, de negação a vida social e todos outros direitos de ser reconhecida como pessoa: pela sua família, pela escola, pelo mercado de trabalho. Não é uma surpresa que esse seja o assunto mais recorrente em suas conversas e que haja níveis distintos de interpretação do que é somente hostilidade e agressão, do que é violência e do que é transfobia, afinal, é algo tão constante e corriqueiro. Conforme Ariane “*já estamos calejadas. Tem coisa*

que estamos tão acostumadas que nem achamos mais que é violência. Transfobia então, só se houver algo pessoal envolvido. Não adianta se estressar por coisa pequena de agressão, de batida policial e nem de nada. Aprendemos a ser fortes desde que nos assumimos homossexuais na adolescência, é uma defesa nossa não prestar atenção em certas violências”.

A antropóloga Veena Das (2011) dedica-se a pensar sobre violência, gênero e subjetividade de forma interseccional e apesar de refletir sobre feminismo e violência de gênero mais propriamente contra mulheres em regiões de conflitos, pauta-se em algumas linhas de pensamento muito interessantes para reflexão que pode se aproximar do que as travestis do Zero também apontam. É comum a visão da violência como algo extraordinário, pensando o campo da violência constituído de papéis rígidos entre agressor - vítima. Contudo, o que se percebe no Zero é uma distinção: quando se trata de violência não existe agressor-vítima, pois houve uma situação prévia em que a travesti praticou algum ato transgressor. Já a transfobia é vista de maneira unilateral agressor/vítima uma vez que ocorre sem situação prévia e possui um caráter de acusação pessoal.

Veena Das (2011) constrói a reflexão acerca da violência percebendo que o tempo possui agência e trabalho. O tempo é capaz de fazer com que a pessoa violentada volte a inserir-se na sociabilidade, torna a pessoa menos vulnerável a atos violentos considerados de menor escala ou que deixam de ser categorizados como violência. Em contrapartida, a existência dessas pessoas e a sobrevivência – algo simples para quem não faz parte desse ciclo de violência – passa a ser considerado um ato de heroísmo. O gênero e, nesse caso, o que não é nem reconhecido como gênero, mas como algo além dele – o prefixo “trans” – demarca de fato a sub-existência dessas pessoas, passa a ser o principal fator que gera violência.

Sobreviver se torna um ato de heroísmo, por isso dificilmente uma travesti irá fazer grandes planejamentos de sua vida. É bem possível que até os 30 anos, faixa etária próxima ao limite de expectativa de vida, viva-se um dia de cada vez e pouco se tenha imaginado um futuro. Não há planejamento de compras de imóveis ou veículos, de fazer graduação ou engajar num relacionamento sério. O dia de amanhã chega sem muitas esperanças ou expectativas. Diariamente relembra a morte de suas colegas de trabalho e todas elas já perderam alguma parceira de ponto, sem exceções. Aqui a conversa muda de tom. Os sonhos são fardo a se esconder, pois a transparência da força deve ser maior. A fragilidade de ter esperança às deixaria vulnerável para serem enganadas ou para serem vítimas de transfeminicídio.

Joan Scott (1995) compreende a categoria gênero como uma maneira de realizar reflexões sobre violência e poder, como uma maneira de dar significado a elas. Para autora, é uma ótica de análise de um elemento que constitui as diferenças hierárquicas baseadas nas diferenças entre os sexos, deixando de ser um estudo meramente descritivo para então tornar-se analítico. Park (1967) compreende que o “mapeamento dos corpos” pode atravessar a categoria “gênero”, podendo ser percebida pelas categorias analíticas poder, política e econômica através do que ele chama de “mapeamento dos corpos”, que traçam os valores sociais, culturais e econômicos frutos do corpo físico.

Esses valores sociais, que são representados pelo pânico moral, já abordado anteriormente, legitimam que as pessoas saiam de suas casas e vão até o Zero, exclusivamente no intuito de “fazer alguma coisa em relação a esses atos imorais”, através da violência. São desigualdades que emergem da esfera molar – ou seja, do macro – e são reflexos de um nível estrutural da sociedade. Isso é percebido, principalmente pelo fato de que a maioria dos transfóbicos são homens (não houve nenhum relato de mulheres que tenham praticado esse tipo de violência no Zero) e irem para o Zero não para procurar a prostituição, mas exclusivamente para agredi-las e acusa-las de ladras, usando os xingamentos que mais as afetam: “bicha”, “veado” e “homem enrustido”, ou seja, as categorias de acusação que elas consideram transfobia pois são de cunho pessoal.

Entre as estratégias já mencionadas para evitar violência de clientes, existem as estratégias para evitar a transfobia, como sempre estar com mais pessoas no ponto, ficar em lugares visíveis, andar com algum canivete ou lâmina escondida em alguns casos, e usar da própria acusação para revidar. Jeffrey Weeks (1995) entende a importância da negociação constante da identidade como fator primordial na criação de estratégias de vivência na sociedade, e que no Zero estendem-se ao combate a violência diária, sem cair na “cilada” essencialista de que existe uma escolha quanto à identidade de gênero e orientação sexual.

Essa negociação da “identidade” para as travestis é uma forma de usar as categorias de acusação, identificando-se com elas. Ariana narra um momento de transfobia que sofreu em Curitiba, mas que não se diferenciava do que ela já havia sofrido no Zero. Essa narrativa possibilitou todas essas reflexões sobre a categoria transfobia e a violência, principalmente os níveis molares e moleculares de distinção entre elas.

Em uma das minhas idas e vindas buscando Ariana no salão e a levando para o Zero, ela inicia uma conversa sobre transfobia. Ela comenta que é bastante usual travesti em Curitiba

(onde estava) e no Zero também, serem acusadas de ladras como pretexto para praticarem violência contra a identidade de gênero delas. Então, mesmo que ela nunca tenha furtado nenhum cliente, estava exposta a esse tipo de julgamento. Estava andando pela rua, em direção à esquina que ela já havia combinado fazer ponto, quando um carro foi indo devagar e um homem abriu a janela do carro e começou a insulta-la com xingamentos do tipo “bicha”⁵⁰, “veado” e acusando-a de ladra. Ficou quieta diante das acusações, contudo, quando o xingamento “ladra” apareceu, ela se revoltou diante da situação e disse “*você que deve querer usar saia e sua mãe não deixa*”.

Isso foi o suficiente para que ele parasse o carro e descesse com uma máquina de choque. Continuava o xingamento e dava choque em suas articulações do cotovelo e joelho. Ela aguentava firme e continuava a responder em sua defesa. O que ele não imaginava seria justamente que ela já havia colocado o celular para gravar enquanto ele ainda estava no carro. Após reviravoltas nesse caso, sendo uma delas o fato de o delegado não querer aceitar a denúncia dela, pois o réu se tratava de um policial à paisana, ela leva o caso à última instância da justiça, através da prova da gravação de áudio que ela havia guardado, com as filmagens que os motéis têm da calçada e o número da placa do carro. Por fim, ela conseguiu vencer o processo.

Era nítida a face de quem havia sentido a justiça em meio a tantas mortes devido à transfobia não investigadas. Não era apenas por ela, era por todas. É dessa maneira que Ariana termina de contar a história, morrendo de rir e fazendo questão de explicar que o delegado que havia negado atendimento a ela em defesa do policial foi transferido de estado e que o policial foi cassado. O sentimento de que, em partes, a justiça havia sido feita, faz com que ela rememore essa história por várias vezes e a conte para todas as travestis que denunciaram transfobia e aguardam o resultado dos seus processos.

Contar histórias, usar o Pajubá⁵¹ e “fazer barraco” são as principais maneiras de lidar com essas situações. Frequentemente, a “identidade travesti” é associada à prostituição, roubo, uso de drogas e armar barraco, sendo essa última associação um importante meio de chamar atenção para alguma situação através de gritos. O receio por parte de alguns clientes de que elas

⁵⁰ Embora entre seus pares costumam se chamar de “bichas”, vindo de pessoas de fora é considerado altamente pejorativo. Justamente o fato de usar categorias de acusação como brincadeira faz livrar-se do estigma por algum breve momento que seja.

⁵¹ Linguagem própria que a comunidade LGBT usa para se comunicar com suas próprias gírias. É uma linguagem que se origina de religiões de matriz africana.

os exponham impede muitas vezes uma agressão, ou um ataque transfóbico em lugar público onde existe a possibilidade de elas exporem a pessoa ao ridículo.

Essa estratégia vai de encontro com as estratégias utilizadas pelos coletivos LGBTs que atuam no Zero. Enquanto os coletivos buscam tratar a transfobia e as questões de saúde em um âmbito mais jurídico, realizando conexões com as políticas públicas, as travestis em sua maioria não se interessam tanto nessa maneira de combate à violência e somente algumas tops que possuem ensino formal e participam desses coletivos representando o Zero.

Um dos coletivos mais antigos que atuam no Zero e que mais tive acesso durante a pesquisa é o Livre-Mente. A ONG foi criada por Clóvis Arantes, que permanece atuando nela até hoje de maneira menos direta, e alguns amigos que não fazem mais parte da ONG. Quando criada no início da década de 1990, a organização buscava levar até o Zero preservativos e educação sexual, uma vez que nessa época o “boom” de casos de HIV preocupava a comunidade LGBT.

Entrevistando um dos criadores do Livre-Mente e que hoje não faz mais parte do coletivo, ele comenta que a organização sempre esteve pautada nos direitos da pessoa LGBT e no fortalecimento de lideranças, para que não haja dependência do coletivo para resolução de casos que necessitem de intervenção. Contudo, existe uma demanda que diferencia as travestis do restante dos coletivos LGBTs: as reivindicações estariam ligadas a elas mesmas e ao investimento na profissão, mais propriamente no fornecimento de hormônios e modificações corporais através do Sistema Único de Saúde, enquanto os outros membros da comunidade LGBT estariam mais engajados em demandas gerais voltadas aos direitos da pessoa LGBT. Conta Adriano⁵² *“as reivindicações das travestis são para elas mesmas: meu silicone, meu nariz novo, meu hormônio, tudo gira em torno da prostituição. As transexuais e outros membros já estão mais preocupados com o todo”*.

Pelúcio e Miskolci (2007) explicam de que maneira a identidade da travesti perpassa necessariamente por essas reivindicações de gênero feminino:

Na tentativa de encontrar um plano de significação e de fuga da abjeção, muitas travestis vão buscar para si uma imagem branca e glamourizada de mulher. Não há um heroísmo desconstrutivista ou denunciante nessas “escolhas”, mas um assujeitamento às normas na expectativa de se fazer coerente (MISKOLCI E PELUCIO, 2007, p.259).

⁵² Nome fictício. O interlocutor dessa entrevista não quis ser identificado por considerar essa temática delicada dentro dos coletivos.

Dizer tudo isso significa se referir ao fato de que suas identidades de gênero estão intimamente ligadas à prostituição, uma vez que é por esse meio que a legitimação do feminino ocorre, e assim podem ocupar um espaço de seres sociais e não de abjetos. A reivindicação pelo “meu silicone, meu nariz, meu hormônio”, no fundo está ligada a prostituição, principalmente por esse ser o lugar que possibilita a elas se tornarem seres sociais, a existência delas como pessoas, que ocupa um lugar e se faz perceber pelo outro. Como os autores acima mencionam, não há uma escolha, mas sim um assujeitamento quanto aos padrões relativos ao gênero feminino, e dentro do Zero, a hierarquia que exige uma estética necessária para que se possa viver minimamente com dignidade. Portanto, essas reivindicações percebidas como egoístas pelo coletivo, estão mais ligadas à possibilidade de existência como pessoa do que somente “meu silicone e meu hormônio”.

4.2 As travestis e o Estado: a política molar

Partindo da política molecular que se trata das estruturas de poder e hierarquização internas do Zero, da categorização do que é hostilidade, o que é violência e do que é transfobia, dos modos de existência e resistências possíveis pela negociação constante da identidade que se passam no “mundo de dentro”, deparamo-nos com outro tipo de violência: a do nível molar, praticada pelo Estado. A agressão em um nível molecular se dá de maneira interna – na micropolítica- enquanto a violência está ligada a um nível mola – às estruturas do Estado. Apesar da violência praticada pelos representantes do Estado estar ligada a identidade de gênero das travestis, não é algo visto por elas como transfobia, apesar de ser categorizada pelo próprio Estado como uma violência praticada que está diretamente ligada à identidade trans e que fere seu direito de existência.

Meus primeiros contatos com o campo não foram necessariamente o Zero. Meu primeiro contato com alguém na pesquisa foi através de um telefonema realizado para Lilith e a participação das reuniões do Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual. Tornou-se uma constante em qualquer telefonema realizado a interlocutoras que trabalham no Zero: quando o telefone começa a chamar, são 8 ou 9 chamadas até que alguém atenda. Atender também não é dizer “alô”, somente atender e ficar muda. Quem está ligando, rapidamente compreende que deve falar primeiro e se identificar, “*Alô, aqui é a Haydéé, pesquisadora do programa de pós graduação...*”, “*Ah, sim, aqui é a Lilith, mas quem deu meu número pra você?*” Não somente com ela, essa foi uma constante em todas as ligações para informantes, ou seja, mais um modo de proteção contra violência.

Na semana de combate à transfobia em Cuiabá, duas travestis – Ariane e Dani Veyga – foram chamadas pela Secretaria de Segurança para dar palestras para os policiais civis, Corpo de Bombeiros e funcionários do DETRAN como meio de conscientização. As colocações delas durante as palestras estavam ligadas ao atendimento que não usa o nome social, ao não cumprimento por parte dos policiais de que a revista feminina deve ser realizada apenas por policiais femininas e na ausência dessas, um civil do sexo feminino, a falta de unidades de saúde funcionando no horário em que elas não estão trabalhando, a ausência de julgamento nos casos de transfeminicídio no Zero e casos de violência como a agressão por parte de clientes que são conhecidos na cidade e que adoram “*bater numa travesti*”.

Uma das palestras oferecidas nessa semana foi para o Corpo de Bombeiros, em que Dani Veyga foi a palestrante. Nesse dia, havia cerca de 80 homens fardados escutando-a falar. Apesar

da tentativa de conscientização, a todo o momento ela era interrompida para ser questionada sobre sua identidade de gênero, questões como o uso do banheiro feminino em locais públicos, a exposição de crianças a “pessoas como ela” e os argumentos essencialistas foram utilizados a todo o momento pelos participantes da palestra. Essa é apenas uma mostra de como as pessoas que representam o Estado estão – ou não – preparados para atender a comunidade LGBT e que, apesar de ser previsto por lei o uso do nome social, os bombeiros presentes na palestra não faziam ideia do que se tratava.

Ser tratada com pronomes femininos foi algo completamente esporádico nesse dia, Dani praticamente passou a palestra toda se defendendo de investidas transfóbicas. Não é a primeira vez que presencio uma cena assim, ou que elas me contam algo semelhante. Lilith sempre deixou claro que acompanhava as meninas do Zero que estavam sob sua responsabilidade, no posto de saúde e em todos os outros lugares, pois elas ainda não tinham as artimanhas para se defender. Ariane relembra que em 2006 um general assumiu a polícia e vivia fazendo “batida” policial.

Ela conta um episódio que ficou marcado para as travestis da época: *“Estávamos todas nuas, fazendo ponto como sempre. Esse delegado acreditava que nós estávamos infringindo uma lei de perturbação de sossego. Acontece que ele queria impor uma organização que no caso, a gente já tinha da gente mesma. Nesse dia, os policiais chegaram de van para levar umas 10 travestis que estavam no Zero. Só as que estavam nuas ele quis levar, para dizer que a gente estava infringindo a ordem moral... chegando na delegacia, ele e o escrivão chamava todo mundo pelo nome de batismo, arranjou briga por isso. Não deixou a gente nem colocar a roupa, ficamos nuas o tempo todo na cela, para depor e tudo mais, ele dizia que se a gente ficava nua para trabalhar, não teria problema de ficar na cela. Quando demos conta, a imprensa já estava lá filmando a gente sem autorização, fazendo entrevista com delegado que dizia que estávamos presas por porte de drogas e eles filmavam a gente mostrando todo corpo e não deixavam a gente nem falar”*.

Apesar de ser um evento marcante e que possivelmente não se repetiu da mesma maneira ou com a mesma quantidade de violação, o que realmente reverbera nessa relação é que o Estado é constituído por pessoas que se relacionam com as informantes e é uma das primeiras instituições a violar o direito de existência delas. É interessante perceber pela fala de Ariane que elas mesmas se organizam e se agenciam dentro do Zero e a interferência do Estado de maneira horizontal na organização do espaço e das regras do Zero só reafirma a retirada do

agenciamento delas sobre seus corpos e o discurso sobre si mesmas. Isso também será abordado mais adiante, no que se refere ao agenciamento dos corpos dentro da lógica do saber biomédico.

Essa relação de abjeção do Estado em relação à pessoa trans é bastante refletida por Berenice Bento (2017), percebendo o gênero como uma máquina de produção de corpos binários e que necessitam passar por uma inteligibilidade, tanto em sua estética, quanto estar em consonância com o papel que a reconhece como cidadã – a certidão de nascimento – e que atesta seu gênero. O que se nota é uma “infantilização” – pelas palavras de Berenice Bento de negar a capacidade de agência de mulheres sendo trans ou não: “a infantilização e a patologização são retóricas do poder colonial” (2017, p.35).

Quando a autora se pergunta: “os direitos humanos são para quais humanos? ”, ela coloca em cheque as categorias “humanos” e “direitos”, considerando que humano e humanidade não são categorias evidentes e nem constructos naturalizados. Quando uma travesti é vítima de transfeminicídio, o que temos é uma negação da humanidade dessa pessoa, e, quando o Estado nega o direito de segurança e de existência como um ser inserido na sociedade, empurra as travestis para o abismo na abjeção e em casos extremos, ao transfeminicídio, negando-lhes o direito de ser humano.

É interessante perceber como o Estado utiliza de grandes categorias como “pessoas trans” para criar leis, deslocando essas grandes categorias de uma realidade dura e violenta como no caso das travestis e colando-o em categorias tão virtuais que se tornam inacessíveis de ser colocadas em prática como leis. Berenice Bento (2017) entende como a academia tem dividido os sujeitos entre “velhos sujeitos” e “novos sujeitos”, enquanto o Estado tem buscado algo bastante semelhante, uma vez que as leis acerca de cotas, identidade de gênero, ações afirmativas para pessoas trans são discussões sobre “novos sujeitos” que não cabem nas leis para “velhos sujeitos”:

O dispositivo do medo e da vergonha se mostra quando a vítima consegue sobreviver a violência e não denuncia o agressor, seja porque naturaliza a violência contra si (ela merece uma punição por não agir de acordo com o esperado) ou mesmo porque sabe que de nada adianta acionar o Estado, demandando justiça via ação criminal (BENTO, 2017, p. 57)

O que aparece fortemente marcado, é que as leis existem no legislativo, mas não são executadas. Isso ocorre porque as leis deveriam ser pensadas em consonância com o coletivo, como uma forma escrita de representação de regras comuns. Inversamente a isso, as leis no Brasil são construídas com o objetivo de criar esse inconsciente coletivo e barrar atitudes de

violência que são legitimados em seu âmbito estrutural, como a transfobia. É claro que há o objetivo de que, ao se criar uma lei de combate a transfobia isso fomente uma constituição de consciência sobre o assunto, mas o que percebemos são os arranjos que a pessoa que pratica o crime realiza para não ser penalizada, pois a lei não representa o coletivo. (BENTO, 2017).

Enquanto os debates acerca do gênero crescem na academia, o legislativo (em todos os níveis) em contrapartida recebe a cada eleição, mais e mais deputados conservadores. Esse é só um dos pontos de origens de toda a situação que se reflete no Zero hoje. O Transfeminicídio é uma questão recorrente já que no Zero o índice de mortes de travestis é bastante alto, o que corrobora com os índices mencionados no início dessa dissertação – um dos países que mais assassina pessoa trans no mundo.

A transfobia se inicia no nível material primeiramente: a pessoa trans carrega marcas no seu corpo que são impossíveis de passarem despercebidas, enquanto gays e lésbicas podem “não dar tinta” e passarem despercebidos em situações de perigo eminente. Quando esses crimes ocorrem, grande parte deles tende a ser contabilizados como vítimas gays ou lésbicas.

Em entrevista com Cláudia, a coordenadora do Centro de Referência de Enfretamento à Homofobia (CRDH) que esteve ativamente no Zero entre 2002 e 2008, ela comenta casos nos quais a polícia em investigação apontava a vítima nos autos como gay, descrevendo toda a investigação utilizando os pronomes no masculino. Ao ver as fotos dos autos do processo, Cláudia identificava que se tratava de uma travesti. Um caso que ficou bastante marcado foi em 2006, quando ocorreu o homicídio de uma travesti que ela costumava atender no Zero. O caso foi notificado como homofobia. Apesar de ela ter se chocado com o uso do termo homofobia para o homicídio de uma travesti, ainda não existia o termo “transfeminicídio” no trabalho dela.

Ela conta que estava no centro de referência realizando trabalhos administrativos e tentava encaminhar algumas meninas lá do Zero para reabilitação devido ao uso abusivo de substâncias químicas, detectado em atendimentos anteriores. Já havia inclusive acionado os familiares dessas garotas cisgênero e trans que estavam nessa situação de vulnerabilidade. Nessa época, a polícia notificava à Secretaria, caso qualquer coisa relacionada às garotas de programa do Zero ocorresse, e o órgão mantinha contato para garantir que nenhum direito dessas pessoas fosse violado pelo Estado.

O telefone toca, é o tenente (as travestis o chamavam de “sargento” e por vezes de “tenente”, uma vez que a palavra sargento carrega o imaginário de rigidez) – aquele mesmo que prendia as travestis e as levava de ônibus para irem todas de uma só vez para a delegacia –

dizendo que um gay foi encontrado morto na ponte que liga Cuiabá a Várzea Grande e que tudo indicava que era alguém do Zero, pois foi “*encontrado morto, nu e portava drogas*”. O tenente usava pronomes masculinos para se referir a mulheres trans. A pessoa encontrada foi descrita como alguém negro, com cabelos longos, unhas longas e que as roupas encontradas perto do corpo eram femininas. Não havia indício algum de que se tratava de suicídio, portanto, se tratava de um homicídio, que, posteriormente as investigações, concluíram ser motivado pela orientação sexual da vítima. Cláudia comenta que lê todos os autos, que relatam desde o espancamento da vítima e, ao ver as fotos entra em choque, pois era evidente que se tratava de uma travesti: o silicone no bumbum e coxas, as unhas postiças, o cabelo, a maquiagem e a peça fundamental – a calcinha que foi a única peça não retirada do seu corpo, que encobriam sua genitália: um pênis.

Nesse momento, as proposições do centro de referência foram a de mudança do gênero que constavam nos autos do processo como masculino, a contabilização da vítima como crime motivado pelo gênero e não pela orientação sexual (como seria no caso de homofobia) e o uso do nome social toda vez que o processo se referisse a vítima. É interessante perceber que a peça de uso exclusivamente feminino – a calcinha – foi crucial para definição do gênero da vítima e desvelar a motivação do crime, uma vez que foi a única peça não retirada do corpo da vítima, de não possuir genitália consonante ao corpo.

Nomear um crime de transfeminicídio requer bastante cuidado, uma vez que a nomenclatura perpassa pelo gênero feminino e se refere ao termo anterior: feminicídio. A imagem a seguir é um recorte de notícias recentes de mortes de travestis no Mato Grosso:

Ainda segundo a PJC, a vítima identificada como Ricardo Costa de Souza, estava de shorts jeans e camiseta branca, e foi encontrada caída no chão da cozinha da casa no bairro residencial Altos do Parque. Ela teria sido alvejada com um tiro no colo, na região do pescoço.

Já a Polícia Militar afirma que populares acionaram a PM por volta das 17h50, ao localizarem o corpo da vítima, que era travesti e usava o nome social de

"Michele". O corpo teria sido localizado na casa onde vivia com um companheiro. Testemunhas acusaram o companheiro de Michele, que não teve o nome divulgado, como o autor do golpe que matou a travesti.

<http://www.gazetadigital.com.br/editorias/policia/travesti-e-assassinada-em-plena-luz-do-dia-em-cuiaba/522984> Acesso: 26/12/2018.

Uma travesti de 33 anos foi morta a facadas dentro de uma boate no Bairro Setor F, em Querência, a 912 km de Cuiabá, no sábado (15). O suspeito do assassinato é um adolescente fugiu em uma bicicleta depois do crime, segundo relatos de testemunhas à Polícia Civil, que investiga o crime.

De acordo com a Polícia Civil, Abya Passos namorava o suspeito do crime. A suspeita é de que o adolescente tenha matado a vítima por ciúmes.

<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2018/09/18/travesti-e-morta-a-facadas-dentro-de-boate-em-mt-e-suspeito-e-o-namorado-diz-policia.ghtml> Acesso: 26/12/2018

Carlos Fernando dos Reis, de nome social Paola, 24 anos, morreu no Pronto-Socorro de Cuiabá (PSMC), na madrugada desta quinta-feira (30). A vítima, que era travesti, estava internada na unidade de saúde deste o dia (11) de agosto, quando foi esfaqueada na barriga pelo namorado, durante discussão.

Paola morreu às 2h25 desta quinta-feira. Policiais da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) foram até o local para fazer a liberação do corpo da vítima.

<http://www.reportermt.com.br/policia/travesti-e-morta-com-facada-na-barriga-apos-discussao-com-namorado/83696> Acesso: 26/12/2018.

Imagem 16: Recorte de notícias sobre assassinato de travestis no Mato Grosso.⁵³

As notícias acima foram retiradas de jornais locais e referem-se a assassinatos recentes – de junho a dezembro de 2018 – no estado de Mato Grosso. Se lêssemos apenas as partes marcadas, as notícias em muito se assemelham as que vemos diariamente de feminicídio com o autor sendo o parceiro da vítima. Berenice Bento (2017) compreende que o transfeminicídio é a terminologia adequada, pois são crimes motivados pelo gênero. No caso de mulheres trans,

⁵³ <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2018/09/18/travesti-e-morta-a-facadas-dentro-de-boate-em-mt-e-suspeito-e-o-namorado-diz-policia.ghtml> Acesso 26/12/2018

<http://www.reportermt.com.br/policia/travesti-e-morta-com-facada-na-barriga-apos-discussao-com-namorado/83696> Acesso em 26/12/2018.

<http://www.gazetadigital.com.br/editorias/policia/travesti-e-assassinada-em-plena-luz-do-dia-em-cuiaba/522984> Acesso em 26/12/2018.

o que ocorre é justamente a identificação de que elas pertencem ao gênero vulnerável, inferiorizado, que nasceram pertencendo ao gênero dominador e migraram para o gênero desqualificado.

Isso ocasiona uma repulsa total às suas existências, pois elas negam a determinação biológica – a verdade absoluta que rege as performances masculinas e femininas e mantém a afirmação sobre as diferenças entre os sexos que estruturam a hierarquia do masculino sobre o feminino –, e a mudança do gênero dominante para exigir o reconhecimento social do gênero desqualificado.

Em relação a isso, é importante perceber que as travestis também não são pertencentes ao universo feminino. Não participam de concursos de Miss. A Lei Maria da Penha apesar de abrangê-las, em prática pouco é acionada nos casos necessários e não existe nenhuma representante trans no Conselho Municipal de Mulheres em Cuiabá. Também não se tornam nem pauta da reunião do Conselho de Mulheres a vida de mulheres que trabalham como garotas de programa – mesmo as cisgêneros – e muito menos, é discutida a vida das mulheres trans e a violação de direitos.

Já o Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual possui representantes que são travestis e que debatem pautas importantes sobre saúde, efetivação de direitos (a temática do uso do nome social é bastante recorrente), violência e estratégias de enfrentamento à LGBTfobia. É interessante perceber no Conselho Municipal LGBT, em especial o presidente, possuem estratégias de agenciamento próprias e associam-se a deputados para arrecadação de fundos para eventos de conscientização e combate à violência, promovendo capacitação de funcionários do Estado que atendem pessoas LGBTs e possuem uma frente ativa na organização da Parada da Diversidade. As ligações políticas são realizadas movendo relações de amizade e reciprocidade em relações a alguns políticos, juntamente com as ligações com as ONGs e coletivos que mais são atuantes no cenário cuiabano.

Apesar dos direitos adquiridos, é constante a tensão vivida pelos membros do Conselho em relação ao retrocesso dessas leis, em primeira instância por não causarem o efeito coercitivo que se propõe e segundo, pela crescente onda de políticos conservadores que ameaçam constantemente as pessoas LGBTs, a ameaça maior que também se torna um dos assuntos mais recorrentes é a crescendo onda conservadora política, que acaba por influenciar à população que se identifica com a ideologia. Almeida (2017) compreende a atual conjuntura política do país de maneira polarizada, o conservadorismo crescente apesar de não se opor ao que é

considerado democracia, muitas vezes se sobrepõe a ela. A onda conservadora é composta por quatro linhas centrais de força: econômica, moral, securitária e interacional. A linha de força moral é a que mais nos interessa nesse momento.

A força moral é uma das frentes que mais aparece no discurso do Poder Legislativo, sendo o argumento mais utilizado no que se refere às leis criadas em busca de equidade par as minorias, principalmente LGBTs. Essa força moral que utiliza do discurso religioso atua nas reformulações dos direitos adquiridos (pelo menos os que tramitam no poder legislativo) e na constante ameaça de reação perante aos direitos já efetivados. Em contrapartida, os coletivos LGBTs têm ganhado força diante desse discurso moral e reagindo constantemente a essas ameaças.

A respeito dos coletivos LGBTs, Carvalho e Carrara (2013) em um levantamento histórico, mencionam que até 1990 as pessoas trans não estavam inclusas nos movimentos coletivos compostos por gays e lésbicas e não eram públicos de políticas públicas voltada para a saúde dessa população, que na época, era restrito também apenas a incidência de AIDS. A hierarquização interna e a acusação de que gays estariam constantemente acusando travestis de serem egoístas no que se refere a militância, reafirma a crítica constante que as travestis fazem aos coletivos que incluem toda comunidade LGBT: os gays sempre roubam seus lugares de fala, estão sempre nos cargos superiores e reiteram a violência de gênero que elas sofrem do mundo “lá fora”. Isso se torna um dos principais motivos de pouca adesão a participação principalmente de travestis nos coletivos e em audiências propostas pelo Estado.

4.3 O dispositivo da transexualidade e as agências dos próprios corpos

O processo de modificação corporal para uma travesti é totalmente atrelado a sua existência, enquanto identidade de gênero e pessoa. Enquanto estiver viva, procedimentos de modificação corporal serão realizados, como a fala recorrente de Dani: “*se eu parar de mexer no meu corpo é por que estou morta*”. Por isso, a relação delas com o saber biomédico que regulamenta seus corpos e oferece esses procedimentos dentro da normatização biomédico é algo que merece atenção.

Uma das primeiras modificações realizadas e que realmente as coloca no “mundo das travestis” é a hormonização. Essa é uma das primeiras modificações que são internas, enquanto as primeiras estão ligadas a unhas, cabelo e maquiagem, a hormonização é um procedimento irreversível e que é colocado “dentro” do corpo. Esse é também o momento inicial da relação entre travestis e médicos, uma vez que a hormonioterapia é oferecida pela rede pública de saúde e realizada por profissionais da saúde, após avaliações psicológicas e socioeconômicas. Contudo, não é um serviço procurado pelas travestis do Zero, sendo mais usual que mulheres transexuais os utilizem.

Para realizar a hormonioterapia, existe a necessidade de enquadramento no Manual de Diagnósticos e Doenças Mentais – o DSM V – no que é reconhecido como “transtorno de Disforia de Gênero”, que compreende essa disforia como uma identificação com o sexo oposto, não reconhecendo o corpo biológico. Do DSM IV para o DSM V revisto em 2013, a mudança do termo “transtorno de identidade de gênero” para “disforia de gênero”, retirou a homossexualidade e a transexualidade da condição de patologia – apesar de ainda fazerem parte de um manual de diagnóstico de doenças. Contudo, a “travestilidade” continua no quadro geral de patologias ligadas a identidade e personalidade.

Esses fatores contribuem para que as pessoas que se considerem transexuais aceitem essa nomenclatura e, inclusive, se apoderem do discurso acerca da disforia de gênero para combater ataques transfóbicos, enquanto as travestis que ainda estão categorizadas como portadoras de uma patologia, neguem totalmente a disforia de gênero e não utilizem esse discurso para autodefesa, uma vez que o próprio discurso já as condena. Por não serem percebidas dentro da disforia de gênero e em contrapartida, não haver identificação com nenhuma das definições que o termo “disforia” carrega, elas optam em não acessar os serviços formais de saúde que necessitam desse enquadramento para realizar atendimento.

Não há de fato uma desejo de formalizar a mudança de documentos para a mudança do nome social, uma vez que atestaria uma submissão ao Estado e que continuar com o nome social sem a mudança formal seria um trabalho de conscientização em relação às pessoas cisgêneros. Ariane, Dani, Denise e outras informantes que mais estiveram presentes nesse trabalho, sempre explicaram seu posicionamento de não buscar a alteração formal dos documentos: primeiro, para causar o estranhamento de quem lê o documento e não encontra a fidedignidade em seus corpos, e para sempre conscientizar acerca do uso do nome social. Enquanto isso, as mulheres transexuais são acusadas pelas travestis de “*traírem o movimento político*”, se rendendo as categorias criadas pelo Estado para dar dignidade e tornar-se de fato pessoas reconhecidas como cidadãs.

Por isso, os meios escolhidos para modificação corporal não são os oferecidos pela rede pública de saúde, regulamentada pelo Estado e norteado pela “disforia de gênero”, mas sim, os meios que as travestis mais experientes oferecem. Essa experiência é reconhecida conforme as experimentações em seus próprios corpos e repassada adiante de maneira informal, por grupos no Facebook e por grupos no Whatsapp. A hormonioterapia, nomeada assim pela rede pública e que possui um protocolo específico de execução, é renomeada por elas como Hormonização – a retirada do sufixo “terapia” que indica algo relacionado a doenças – é substituída curiosamente pela palavra “ação”.

A hormonização é um dos primeiros processos da modificação corporal e a experimentação em seus próprios corpos é o único meio de ser realizada. Nos grupos de Facebook as travestis que já iniciaram o processo compartilham os resultados, relatam os efeitos colaterais e indicam as dosagens que deram certo em seus corpos, enquanto as mais novas iniciam os processos de experimentação. A negação do termo “hormonioterapia” é bastante veemente nos grupos, sendo extremamente repudiada qualquer travesti que use essa nomenclatura, além de não aceitarem mulheres transexuais nos grupos, apenas travestis.

A hormonização é um processo importante, mas logo descartado pelas travestis, pois gera efeitos colaterais ligados ao gênero feminino, como ficar emotiva e é uma possível causa de dificuldade na ereção peniana, o que é um fator decisivo para quem trabalha com prostituição. Freire (2016) discute os agenciamentos dos corpos, partindo da perspectiva que quando esse agenciamento parte do Estado, o que existe é a tentativa de estabilização da identidade de gênero, algo em dissonância com as próprias travestis que não buscam essa estabilidade da identidade de gênero, o que reflete no fato de não quererem mudar seus nomes no papel. Esse papel que atesta sua identidade de gênero é uma comprovação de que a pessoa

trans é “idônea” e não pretenderá modificar sua identidade de gênero mais uma vez, tornando-se uma decisão permanente, em busca de uma “homogeneidade de expressão de gênero” (FREIRE, 2016).

Os laudos utilizados pelos profissionais da saúde precisam necessariamente atestar que existe um desconforto do indivíduo em relação ao seu corpo para ter acesso aos procedimentos estéticos. Mas a noção de “corpo” perpassa apenas a um órgão: a genitália. Fassin e Rechtman (2009) compreendem a noção de “trauma” como algo recorrente na identificação dos sujeitos pelo Estado. A necessidade de mediadores que produzam provas concretas e que atestem esse “trauma” para assim significar a experiência ao sujeito que se submete ao saber biomédico, e, nesse caso, a transexualidade necessariamente precisa ser atestada através de “eventos traumáticos”.

Essas apropriações das técnicas do saber biomédico e que se tornam agenciamento em relação às modificações corporais, que se encontra com as técnicas que são utilizadas para exercer o poder sobre seus corpos, são expressas tanto pela política quanto pela própria tecnologia médica, que em contrapartida se apropria das técnicas de cada um em relação aos seus corpos (FASSIN, 2004). Então, por mais que o Estado exerça o poder sobre os corpos, não existe de fato uma via unilateral e horizontal de poder, mas sim, uma contaminação de práticas de ambos os lados.

As questões tratadas pelo Estado no que se refere às travestis que trabalham no Zero está focada nas questões que consideram de “saúde” – reduzir números de doenças – sendo essas suas ações diretas. Contudo, as resoluções do Estado afetam-nas e retiram seus meios de existência como pessoa, restando a prostituição como via de reconhecimento do outro para constituir-se como pessoa. A biopolítica exercida pelo Estado foi interpretada por Fassin (2009) como a política que governa a vida, e, dentro desse sistema, a medicina passa a ser pensada como um sistema cultural que age a partir sempre de um ponto de vista do processo de adoecimento e a enfermidade de maneira individual.

Das poucas intervenções diretas do Estado no Zero, além da polícia, é o Consultório de Rua que às vezes aparece na região. O Consultório é baseado pela RAPS, lei 10.2016 que readéqua as diretrizes de tratamento da Saúde Mental. O objetivo do Consultório é ir até o usuário do sistema para prestar atendimento no que diz respeito ao uso abusivo de substâncias químicas, morador em situação de rua e a distribuição de camisinhas e testagem rápida como único meio de conscientização sobre as infecções sexualmente transmissíveis.

O Consultório normalmente atende a chamados específicos e a denúncias realizadas pela população em geral sobre pedintes que ficam nos semáforos e que já são conhecidos por utilizarem crack na cidade. O papel do consultório é oferecer banho e atendimento de enfermagem, serviço social e psicologia, buscando encaminhar esse indivíduo para rede de apoio do SUS. O Zero em si não está no planejamento do Consultório, uma vez que possui muitos ambulantes, mas poucos moradores em situação de rua e é mais acessado quando não há essas intercorrências para serem atendidas.

Acompanhei o Consultório algumas vezes no Zero, tanto no período diurno, quanto noturno e os procedimentos foram bem semelhantes. Primeiro, a base do consultório é estacionada em alguma rua ou terreno baldio. Então são colocadas mesas e cadeiras para as enfermeiras, psicóloga e assistente social. Enquanto isso, os outros profissionais saem andando pelas ruas para fazer a “busca ativa”, que consiste basicamente na entrega de folders informativos sobre ISTs, avisar que o consultório está na região realizando testagem rápida e encaminhamentos para a rede de saúde.

A testagem rápida demora 20 minutos, praticamente a duração de um programa, o que torna a aderência muito baixa. Além disso, a entrega de panfletos atrapalha a performance na rua. É bem usual quando alguém do consultório se aproxima com um panfleto, elas que normalmente estão entre três num ponto, iniciarem uma conversa despreziosa na esperança de que ninguém do consultório se aproxime. Ao entregar os panfletos, elas apenas recebem e já dizem “obrigada” antes mesmo de o profissional explicar sobre o Consultório.

Essa repulsa permanente aos serviços ofertados pelo consultório se inicia desde que a Cláudia, diretora do CRDH saiu e o Centro foi acoplado a Secretaria de Direitos humanos, ficando dependente dessa secretaria para suas ações juntamente com a falta de capacitação dos funcionários para atender as demandas específicas dessa população. Essa falta de compreensão sobre as singularidades dessas pessoas e desse território fica clara quando acompanhamos o consultório de rua: os profissionais definem as travestis como “homens gays”; apesar de conhecerem a divisão territorial, não se importam muito em deixar a base do consultório em um território no qual as travestis não podem acessar devido ao acordo; interferem às vezes em negociação de programa para entregar panfletos; e por vezes retiram pessoas do ponto para estacionar a Van do consultório.

Fica evidente o despreparo e a falta de empatia de alguns profissionais do consultório. Certa vez, fui com o consultório pela tarde até o Zero. Estava bastante calor e as travestis

disputavam o ponto em baixo das árvores de um terreno baldio. Chegando com a van, a equipe decide que a base será montada ali, justamente pela sombra das árvores, sem se preocupar muito em “desapropriar” o ponto. Ao descer, a enfermeira é a primeira comentar: “*nossa, vocês perceberam o quanto aquele gay reclamou de deixar o ponto para colocarmos a base do consultório aqui?* ”. As reclamações foram constantes, em todas as minhas visitas ao Zero junto com o Consultório: do lugar, do calor, da música, dos ambulantes, das travestis que ficam nuas nos pontos.

Parece que é uma peculiaridade de Várzea Grande o Consultório de Rua fazer visitas frequentes aos territórios de prostituição, já que em Cuiabá não há muitos registros de frequência do consultório nesses mesmos territórios, salvo casos de indivíduos em situação de rua ou usuários de substâncias. Somente caso haja denúncia, caso contrário, o consultório não costuma frequentar as microrregiões de prostituição. Isso ocorre principalmente pela peculiaridade do Zero em não conter somente pontos de prostituição dispersos, mas uma grande região composta por pessoas em situação de vulnerabilidade, que estão nesse espaço o dia inteiro e não somente no período noturno.

Quando conversei com Gabriel, ele enfatizou bastante a falta de comunicação entre as secretarias dos dois municípios e que os usuários da rede frequentam ambas as cidades, perambulando entre os serviços sem encaminhamentos específicos, uma vez que a pensão fica em Cuiabá e o trabalho em Várzea Grande. O Conselho Municipal LGBT também não consegue tomar medidas efetivas em relação ao Zero, ou mesmo atender demandas simples, pois o Conselho responde apenas a cidade de Cuiabá, podendo atuar somente por parcerias com outros municípios. Mas novamente, a Secretaria de saúde Várzea Grande demonstra sempre estar fechada para essas parcerias. Isso fica evidente quando durante a pesquisa, por várias vezes se recusaram a responder perguntas simples sobre o Zero ou até mesmo conceder qualquer tipo de conversa ou entrevista sobre o assunto.

Foucault (1997) quando se debruça a escrever sobre a *Scientia sexualis* e o erotismo, enfatiza a passagem da regulamentação sexual para a repressão sexual. Nomear esse sistema de circulação de poder, a regulamentação e repressão da sexualidade, de “dispositivo” significa assujeitar os indivíduos: retirar todos os sujeitos do sistema e deixa-lo como uma entidade que paira e vigia, de maneira onipresente.

Esse dispositivo pensa o poder de forma circular, enquanto os modos de sujeição ocorrem de ponta a ponta em todas as relações e não necessariamente de um grupo para uma

minoria, assim como mostrado na descrição do “mundo de dentro”. O uso apropriado do termo “dispositivo” por Berenice Bento ultrapassa as barreiras da *Scientia sexualis* de Foucault e é ressignificado como “dispositivo da transexualidade”.

As reflexões pautadas no que é ser homem ou mulher de maneira instituída, e que consequentemente chegam até a circulação de poder, também permeiam o que é ser uma travesti “de verdade”. O dispositivo transexual então se pautaria na produção de corpos inteligíveis, partindo do princípio que pessoas trans necessariamente possuem o desejo de readequação de suas genitálias, como supõe o CID 10 e o DSM V, e que estaria em sofrimento ao não se adequar totalmente, virando uma pessoa trans “de verdade” (BENTO, 2012). Podemos resgatar a noção de “trauma”, pautada por Fassin e Rechtman (2009), para compreender o motivo de o Estado precisar de uma comprovação de sofrimento.

A noção de trauma pode ser compreendida como um motivo de intervenção do Estado sobre os corpos, como uma maneira de produzir dados materiais acerca da insatisfação com o próprio sexo para então, a partir da confirmação do sofrimento dos indivíduos, intervir também. Contudo, para as travestis, a genitália não é o que define seu gênero, mas os seios e bunda dotados do simbolismo do feminino. O uso da terminologia “dispositivo”, então, se torna bastante coerente na medida em que demonstra esse assujeitamento as normas biomédicas de determinação da transexualidade, “chegou ao ponto de negociar a própria condição de sujeito” (BENTO, 2017, p. 150).

O dispositivo da transexualidade perpassa o cotidiano de pessoas trans de maneira mais clara e opressiva do que o dispositivo da sexualidade se faz presente na vida vivida de pessoas cisgênero:

A patologização significa que você precisa seguir protocolos e alguém precisa assinar um documento confirmando que você é quem você afirma ser [...] O Ministério da Saúde oferece uma carteira que reconhece sua identidade de gênero, sem perguntar nada sobre a cirurgia, sem perguntar se a pessoa passou ou quer passar pela cirurgia. Apenas reconhece [...]. Por que então eu preciso de um protocolo para alterar meus documentos oficiais de identificação? (BENTO, 2017, p.160)

Esse paradoxo demonstra de tal maneira, o quanto o dispositivo da transexualidade está engendrado no Estado e não se dá de maneira coerente. A obsessiva busca e preocupação por uma identidade essencial fixa faz com que o Estado ora assuma o posicionamento de contribuir para que a identidade seja o mais rápido possível reestabelecida e que fique transparente e ora reprime para que haja coerência. Então, a ideia de um papel provisório que não necessite de

atestado de gênero, ajuda a tapar um pouco o buraco causado por esses entrelaçamentos sociais que dificultam a existência da pessoa trans. Contudo, a burocracia para tornar isso definitivo só reitera a violência contra a própria existência da pessoa trans como sujeitos. Como Berenice Bento sempre enfatiza “uma pessoa é muitas coisas”.

Dessa forma, percebe-se que o “mundo de dentro” se desdobra em várias relações, numa rede de sociabilidades extensa e complexa. Essa rede inclui as travestis e as hierarquizações, as relações da hierarquia com o Estado e o poder biomédico, as estratégias de defesa em relação ao “mundo de fora”, as questões ligadas ao poder e à identidade, as possibilidades de existência, as reedições das relações familiares no contexto da pensão e da dona da pensão e o agenciamento possível em relação à construção dos corpos e do gênero.

5. CONCLUSÃO

O Zero é reconhecido pela sua fama e imaginário sobre prostituição de mulheres cisgênero e travestis, juntamente com as categorias de acusação que recaem sobre as regiões morais (PARK, 1987) como criminalidade e uso abusivo de drogas. Acontece que, apesar de ser uma região moral o Zero também é uma mancha (MAGNANI, 2012) que recebe e acolhe todas as personalidades consideradas desviantes. Contudo, esse acolhimento não se torna sinônimo de desorganização ou de “terra sem lei”, pelo contrário, a falta de agência do Estado nesse território faz com que figuras marcantes adquiram uma hierarquia sobre outras e sejam vistas como “donas” do território que organizam e oferecem segurança que, em contrapartida, devem ser respeitadas.

O território do Zero torna-se então um espaço extremamente organizado em sua hierarquia e leis, com a divisão clara de territórios de prostituição de mulheres cisgênero e travestis e outra subdivisão entre as travestis: bichas, travestis e travestis tops. Também existe um código de conduta acordado entre elas, as mulheres cisgênero e os moradores da região, que pressupõe comportamentos e vestimentas adequados para cada horário do dia e da noite, justamente pela grande circulação de comerciantes e crianças durante o dia. Além do código de conduta, existem as leis internas que tratam da divisão territorial e dos horários que cada uma pode ocupar determinado ponto da rua (como se fosse uma escala de trabalho).

Apesar dos inúmeros trabalhos e etnografias que encontramos hoje disponíveis acerca da prostituição de travestis, que abarcam as questões de gênero, relações de poder, sexualidade, discursos biomédicos e antropologia urbana, percebi no Zero um campo ímpar, principalmente pela extensão do território (cerca de seis quadras), pela organização espacial e de modos de comportamento, e, por último, de haver pontos de prostituição 24 horas por dia. Apesar das semelhanças que encontramos desde a etnografia de Kulick (2008) nos anos de 1980 em relação à construção da travesti, percebemos também o quanto esses estudos e percepções avançam, principalmente pelo fato de que hoje muitas delas possuem acesso às informações e se pensam de maneira muito diferente do que a época de Kulick.

Um dos temas transversais à essas etnografias citadas no decorrer da dissertação e de muitas outras com objetos de pesquisa semelhante que vem sendo defendidas é a violência. Essa é a temática que a maioria das informantes está preocupada, com razão, pois os índices apontam justamente para números alarmantes de violência contra travestis. Por isso, se fez justa

essa temática de pesquisa e mostrou-se importante em vários aspectos no decorrer do campo e da escrita.

Primeiro, a relação singular que as travestis do Zero possuem com a dona da pensão que, nas etnografias citadas no percorrer da dissertação, é chamada de cafetina, enquanto no Zero, esse termo fora totalmente abolido. Também se fez confirmar o estigma de violência da região, mas sob outro ponto de vista: não são os cidadãos que adentram o Zero as maiores vítimas de violência da região, mas sim as próprias pessoas que usam o espaço diariamente para trabalhar.

A categoria mais utilizada por elas é também a mais cheia de significado e ramificações: a própria violência. A violência é classificada por elas como agressão – quando se trata dos seus pares ou por um motivo disciplinador para evitar a violência de fato-, a violência que é praticada por alguém do mundo de fora do Zero e sempre há uma motivação vinda anteriormente (uma travesti que motivou previamente), como um furto ou não cumprir o acordo prévio em relação à venda de drogas. Já a transfobia é percebida como uma agressão sem motivos e de cunho de acusação pessoal, dirigindo objetivamente a identidade de gênero das travestis.

Várias são as estratégias de enfrentamento nessas situações: armar barraco, estar no ponto sempre com mais colegas de trabalho, usar o motel como intermediador do programa, pagar para descer no ponto de alguma dona de pensão que organiza e tem os seguranças particulares que podem proporcionar em alguma medida essa segurança e, sobretudo, formar o mundo de dentro, que é visto como uma tribo ou comunidade por elas.

O mundo de dentro torna-se extremamente organizado, justamente como estratégia de proteção mútua e de hierarquização para organizar o território de trabalho. As bichas, que são os rapazes homossexuais afeminados e começam a se travestis e ainda não levam a prostituição a sério, que possivelmente não saíram de casa e usam o dinheiro do programa para ir para as festas e comprar bebida. Por conseguinte, na hierarquia vem as travestis que já iniciaram os processos de modificação corporal com algum tipo de procedimento irreversível, já saíram de casa e levam a prostituição a sério pois sobrevivem financeiramente do trabalho, por conseguinte, as travestis tops que já não moram com a dona da pensão mas ainda pagam para descer no ponto e que conseguem viajar para trabalhar em outros estados, podem divulgar seu trabalho em sites e que não precisam fazer ponto na rua para sobreviver.

As travestis tops determinam quem é bicha e quem já é travesti quem leva ou não a prostituição a sério e são elas as porta-vozes de todas as informações dadas às pessoas que são

de fora do Zero. Por último, temos a dona da pensão, figura praticamente inacessível, mas que é onipresente no Zero. Ela é a figura pedagógica, cuidadora e punitiva concomitantemente a figura materna e de cuidados que representa.

Além do Zero, as travestis tops viajam e fazem ponto em outras capitais, assim como as travestis que são de outras capitais, costumeiramente colocam o Zero em suas rotas. Vale ressaltar que não só travestis de outros estados, mas do interior do Mato Grosso também conhecem a fama do Zero e costumeiramente vem até aqui fazer ponto, mas essas são menos reconhecidas dos que as que vêm de fora do estado.

Outra maneira de trabalhar é anunciando em sites de acompanhantes e alugando uma kitnet para atender. No entanto, somente as travestis Tops possuem esse recurso que é um dos meios mais caros de se relacionar com o “mundo de fora”. Essa oposição complementar que é o “Mundo de fora” representa todos os perigos evidenciados pela violência e transfobia que podem ser minimizados se houver disciplina por parte das travestis (ou seja, não furtar clientes, cumprir os acordos feitos antes do programa) e pela aglutinação de seus pares nos pontos de prostituição, formando a comunidade em que elas chamam de “tribo”.

Outro agente de regulação, além das donas de pensões é o Estado que, apesar de pouco presente fisicamente na região, regulamenta diariamente os corpos e direitos de pessoas trans que perpassam não só a vida no Zero, mas toda a vivência e possibilidades de violência vividas fora dali. O Estado e o saber biomédico foram os últimos tópicos abordados nessa dissertação, justamente por ser uma temática não dita diretamente pelas travestis do Zero, mas que influencia diretamente sobre elas.

O Estado se encontra, de acordo com as informantes, como uma entidade que possui alguns representantes que estão em contato direto com elas: policiais, profissionais do Consultório na rua e servidores públicos (tanto de agências regulamentadoras quanto os que trabalham na saúde). Esse Estado já é percebido por elas como um agente que não reconhece suas condições de insalubridade e violência no trabalho, juntamente com a falta de visibilidade em relação aos seus corpos e gênero.

Apesar de extensa, percebemos que muitos pontos não puderam ser abordados nessa dissertação como a estrutura da pensão em que as travestis residem, temas transversais como relacionamentos com homens fora do Zero, religiosidade, relação com a família. Também não puderam ser acessadas algumas pessoas que se tornariam importantes nessa dissertação como as travestis mais periféricas, as donas das pensões e um campo que pudesse ter incluído mais

visitas para o engajamento no cotidiano do Zero, que também não pode ser acessado. Contudo, considero que o objetivo da pesquisa tenha se cumprido, uma vez que o Zero se demonstrou um campo único, cheio de organizações, hierarquias, leis e as informantes que mais participaram desse trabalho demonstraram possuir requisitos para desempenhar suas funções no Zero e de empenho para participar de eventos acerca da conscientização contra LGBTfobia, além de contribuir diariamente para que seus pares não sejam vítimas de qualquer tipo de violência.

Por fim, como toda pesquisa possui seus percalços, essa não se torna exceção. Não poder acompanhá-las por um longo período de tempo e participar do cotidiano, não conseguir chegar ao assunto de relacionamentos amorosos e religiosidade e principalmente não poder conhecer a pensão na qual moram foram os principais fatores que deixam a sensação de incompletude a essa pesquisa.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Sonia. Redes Sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. *Revista informação e informação*, v. 12, n. 1, 2007.

ACSERALD, Henri. *Mapeamentos, Identidades e territórios*. ACSERALD, Henri (org). Cartografia Social e dinâmica territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2ª Ed, 2012, p.9-47.

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações e movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, nº50, 2017.

ARAGUSUKU, Henrique Araújo; LOPES, Moisés. Preconceito, Discriminação e Cidadania LGBT: Políticas Públicas em Mato Grosso e no Brasil. In: *ACENO- Revista de antropologia do Centro-Oeste*. V. 3, nº 5, 2016, p. 242-258.

BENEDETTI, Marcos. *Toda feita. O corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 51-88.

BENTO, Berenice Alves de Melo. A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. *Revista Bagoas*, n. 4, 2009: pp. 95-112.

_____. *O que é transexualidade?* Coleção primeiros passos. 2ª ed, São Paulo: Editora Brasiliense. 2012.

_____. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: a crítica social do julgamento*. 1ª ed, Porto Alegre: Zouk, 2006.

BRASIL, ministério do trabalho. *Código Brasileiro de ocupações*. 2002. Retirado de: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorCodigo.jsf> acesso em: 04/06/2018.

BRITZMAN, Deborah. *Curiosidade, sexualidade e Currículo*. In: : LOURO, Guacira Lopes. *O Corpo Educado*, 3ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo* (1993). In: LOURO, Guacira Lopes. *O Corpo Educado*, 3ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

_____. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Regulações de gênero.: *Cadernos Pagu*, 2014, n. 42: 249-274.

_____. *Relatar a si mesmo: crítica a violência ética*. 1ª ed, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CARVALHO, Mário; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro Trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 14, 2013.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio Assis. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. In: *cadernos pagu*, v.28, 2007, pp. 65-99.

CAVILHA, Juliana. Lugares, fluxos e itinerários no comércio sexual de e na rua: redes sociais na cidade de Florianópolis (SC): *Iluminuras*, v. 12, 2011.

DaMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos pagu*, nº 37, 2011.

DE CERTEAU, Michel. “Terceira parte: Práticas de Espaço”. In: DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*, 1 artes de fazer, 3ªed. Petrópolis: Vozes, 1998. Pp. 169-217.

DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce. “Os fantasmas da cidade”. In: DE CERTEAU, M; GIARD L, *A invenção do cotidiano 2: Morar, cozinhar*. 9ªed, Petrópolis, Vozes, 2009. Pp. 189-202.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. *Conceito De território*. In: PRADO, Caio (org). *O que é Filosofia?* São Paulo: Editora 34, 1993.

FASSIN, Didier; RECHTMAN, Richard. *The Empire of Trauma : an inquiry into the condition of victimhood* . Princeton, Princeton University Press, 2009.

FASSIN, Didier. Entre las políticas de lo viviente y las políticas de la vida. *Revista Colombiana de Antropología*, nº 40, 2004.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. 12ª ed, Rio de Janeiro: Graal, 1997.

_____. Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes.2008.

FREIRE, Lucas. Sujeitos de papel: sobre a materialização de pessoas transexuais e a regulação do acesso a direitos. In: *Cadernos Pagu*, nº58, 2016.

GOMES DE JESUS, Jaqueline. *Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião*. 1ed, Brasília: Autor, 2012.

GUATTARI, Félix. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4ªEd, Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra: *Cadernos Pagu*, (22) 2004, p. 221-246.

INGOLD, Tim. Jornada ao longo de um caminho de vida: Mapas, descobridor-caminho e navegação. *Religião e Sociedade*, v. 25, n.1, 2005.

KULICK, Dom. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

LANGDON, Esther Jean. Performance e sua diversidade como paradigma analítico: A contribuição da abordagem de Bauman e Briggs. *Antropologia em primeira mão*, v. 22. Florianópolis, 2007.

LAQUEUR, Thomas Walter. *Inventando o sexo: Corpo e gênero dos gregos a Freud*. 1ªed, Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2001, p. 9-80.

LATOUR, Bruno. Reagregando o Social: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA-EDUSC, 2012.

LOPES, Moisés; SILVA, Jéssica Carolina Amaral. “De chapa e cruz”, “paus rodados” e “aqui tem de tudo”: Da movimentação de homossexuais ao movimento LGBT de Cuiabá e do Mato Grosso. In: *ACENO- Revista de antropologia do Centro-Oeste*. V. 2, n. 4, 2015, p.

LOURO, Guacira Lopes. *Pedagogias da sexualidade*. In LOURO, Guacira Lopes. O Corpo Educado, 3ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

MACHADO, Lia Zanotta. *O medo urbano e a violência de gênero*. In: MACHADO, Lia Zanotta; BORGES, Antonádia Monteiro; MOURA, Cristina Patriota (org). A cidade e o medo. Brasília: Verbena Francis, 2014.

MALUF, Sônia. Por uma antropologia do sujeito: da pessoa aos modos de subjetivação. In: *Revista Campos*, v.14 n. 1, 2013.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A antropologia Urbana e o desafio da metrópole. In: *Tempo soc.* vol.15 no.1 São Paulo, 2003.

_____. *Da periferia ao centro, cá e lá: seguindo trajetos, construindo circuitos*. In: anuário antropológico II, 2012.

_____. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n.49, 2002, p. 11-29.

_____. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARCUS, G. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografia sobre a modernidade. *Revista de Antropologia*, 34, 1991.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. Sexta parte: “As técnicas do corpo”, p. 399-422.

MISKOLCI, Richard. Pânicos Morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. In: *cadernos pagu*, janeiro-junho de 2007:101-128.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. In: *Gênero*, v. 7, n. 2, 2007, pp. 257-269.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio (org). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967. Pp. 25-66.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Anablume, 1ª Ed. 2009.

PERLONGHER, Néstor. Antropologia das Sociedades Complexas: identidade e territorialidade ou como estava vestida Margareth Mead. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 8(22), 1993.

PISCITELLI, Adriana. Amor, apego e interesse: trocas sexuais, econômicas e afetivas em cenários transnacionais. In: PISCITELLI, Adriana *et al.* *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. São Paulo : Unicamp (coleção encontros), 2011.

PORTUGAL, Sílvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. In: *Centro de estudos da Universidade de Coimbra* nº271, 2007.

REDETRANS, Rede Nacional de pessoas trans do Brasil. *Monitoramento de assassinato trans*. Disponível em:< <http://redetransbrasil.org.br/category/assassinatos/>>. Acesso: 23/07/2018.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Revista Bagoas*, n. 10. Natal: UFRN, 2010.

RUBIN, Gayle. *Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da sexualidade* (1984). Trad. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes, Revisão de Miriam Pillar Grossi. In: DIAS, Jamile Pinheiro. *Gayle Rubin: Políticas do Sexo*.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, vol. 20, n. 2, 1995, pp. 71-99.

SESP, Secretaria de Segurança Pública do estado de Mato Grosso. *Relatório de crimes contra população LGBT*. Disponível em: <http://www.seguranca.mt.gov.br/gecch.php?IDCategoria=3419>> acesso em: 23/07/2018.

SILVA, Hélio R. S. *Travestis: entre o espelho e a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SILVA, Marco Aurélio. A cidade de São Paulo e o território de desejo: uma etnografia do Festival Mix Brasil Cinema e Vídeo da diversidade sexual. *Comunicação, narrativas e territorialidades*, v. 16, n. 3, p. 19-43, set./dez. 2013

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. 1901. *Mana*, 11(2):577-591, 2005.

WEEKS, Jeffrey. *O corpo e a sexualidade* (1995). In: LOURO, Guacira L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.